

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA

Programa de Pós-Graduação
- Educação Científica e Formação de Professores -



PPG.ECFP

Programa de Pós-Graduação em
Educação Científica e Formação de Professores



**O ENSINO DE MATEMÁTICA NO GRUPO ESCOLAR CONSELHEIRO
ZACARIAS EM VALENÇA-BA (1948 - 1982)**

TANIELE DE SOUSA PEREIRA

2022

TANIELE DE SOUSA PEREIRA

**O ENSINO DE MATEMÁTICA NO GRUPO ESCOLAR
CONSELHEIRO ZACARIAS EM VALENÇA-BA (1948 - 1982)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Científica e Formação de Professores da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia para obtenção do título Mestre em Educação Científica e Formação de Professores

Orientador: Claudinei Camargo de Sant'Ana

Jequié/BA - 2022

Ficha Catalográfica

P436e Pereira, Taniele de Sousa.
O ensino de matemática no grupo escolar conselheiro Zacarias em
Valença-Ba (1948 – 1982) / Taniele de Sousa Pereira.- Jequié, 2022.
118f.

(Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Científica e Formação de Professores da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB, sob orientação do Prof. Dr. Claudinei Camargo de Sant'Ana)

1.História da Matemática Escolar 2.Ensino de Matemática 3.Ensino Primário 4.Grupo Escolar I.Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
II.Título

CDD – 372.7

Rafaella Cância Portela de Sousa - CRB 5/1710. Bibliotecária – UESB - Jequié

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EDUCAÇÃO CIENTÍFICA E FORMAÇÃO DE PROFESSORES

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

O ensino de matemática no Grupo Escolar Conselheiro Zacarias em Valença-BA (1948/1982)

Autora: Taniele de Sousa Pereira

Orientador: Claudinei Camargo de Sant'Ana.

Esse exemplar corresponde à redação final da
Dissertação defendida por Taniele de Sousa
Pereira, e aprovada pela Comissão Avaliadora.


Data: 30/03/2022

Assinatura:

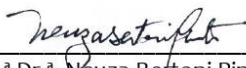


Prof. Dr. Claudinei Camargo de Sant'Ana

COMISSÃO AVALIADORA




Prof. Dr. Claudinei Camargo de Sant'Ana



Prof.ª Dr.ª Neuza Bertoni Pinto



Prof. Dr. Irani Parolin Sant'Ana



Prof.ª Dr.ª Januária Araujo Bertani



Prof.ª Dr.ª Janice Cassia Lando

2022

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA
Campus Universitário de Jequié/BA
Programa de Pós-Graduação
Educação Científica e Formação de Professores

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

O ENSINO DE MATEMÁTICA NO GRUPO ESCOLAR
CONSELHEIRO ZACARIAS EM VALENÇA-BA: (1948 - 1982)

Autora: Taniele de Sousa Pereira

Orientador: Claudinei Camargo de Sant'Ana

Este exemplar corresponde à Dissertação defendida por **Taniele de Sousa Pereira** e aprovada pela Comissão Julgadora.

Data: 30/03/2022

Taniele de Sousa Pereira

Assinatura do/a orientado/a

Claudinei Camargo de Sant'Ana
Nome (Orientador)

Comissão Julgadora:

Professor Dr. Claudinei Camargo de Sant'Ana

Professora Dra. Neuza Bertoni Pinto

Professora Dra. Irani Parolin Sant'Ana

Professora Dra. Januária Araujo Bertani

Professora Dra. Janice Cassia Lando

Dedicatória

Ao meu pai (*in memoriam*), minha mãe, irmãos e sobrinhos.

Agradecimentos

Não deixo de dar graças por vocês, mencionando-os em minhas orações.
– Efésios 1:16

A Deus, pelo fôlego de vida e por me guiar diariamente.

À minha querida família, pelo apoio incondicional, companheirismo, cumplicidade, incentivo e amor.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Claudinei Camargo de Sant'Ana, pela condução da pesquisa e, sobretudo, pela confiança.

À professora Irani Parolin Sant'Ana pelo apoio e pelas contribuições.

Ao Grupo de Estudos em Educação Matemática (GEEM), pelo acolhimento, pelos momentos de aprendizado, sorrisos, angústias e estudos, em especial às irmãs e aos irmãos de orientação.

À Banca Examinadora, formada pela professora Dra. Janice Cássia Lando, professora Dra. Neuza Bertoni Pinto, professora Dra. Irani Parolin Sant'Ana e professora Dra. Januária Araújo Bertani, por aceitar nosso convite, pelas importantes sugestões de aprofundamento e melhorias da pesquisa.

A todos os professores e funcionários que estão e que passaram pelo Programa de Pós-Graduação Educação Científica e Formação de Professores (PPG-ECFP), grata pela oportunidade.

À turma do PPG-ECFP 2020.1 pelos momentos alegres e desafiadores que vivemos nesse contexto de pandemia, obrigada por não soltarem minha mão.

Ao Sindicato Intermunicipal de Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate as Endemias (SINDRACSE), eu jamais serei capaz de retribuir todo carinho, apoio, flexibilidade, sensibilidade que tenho recebido dessa diretoria.

Ao pastor Pedro Nunes, à Missionária Valdenilda Lopes e aos integrantes da Igreja Assembleia de Deus local pela compreensão.

Aos queridos amigos e professores do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA), *campus* Valença, obrigada por continuarem comigo, apoiando, contribuindo e incentivando mesmo após a conclusão da graduação.

Ao professor Leandro Silva Teixeira, obrigada por acreditar em mim quando nem eu mesma acreditei, obrigada por possibilitar as primeiras publicações do meu currículo.

Aos meus amigos e amigas mais íntimos que não irei nomeá-los para evitar o risco do esquecimento – gratidão pela amizade sincera, pelos sorrisos bobos, pelo incentivo constante e pela compreensão das minhas ausências durante o mestrado.

A todos os participantes da pesquisa, pela conversa informal e formal, pelo acesso aos arquivos, pelas contribuições e pela escuta, sem vocês a construção desta pesquisa não seria possível.

A todos os demais que direta ou indiretamente contribuíram para a realização da presente pesquisa.

Que bom que vocês existem, gratidão por tudo!

“A vida é muito breve, os conhecimentos a adquirir muito longos para permitir, até para o mais belo gênio, uma experiência total da humanidade.”

Marc Bloch¹

¹ BLOCH, M. **Apologia da história ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. p. 68.

RESUMO

Esta pesquisa teve como objetivo entender de que forma se deu o Ensino Primário de Matemática no Grupo Escolar Conselheiro Zacarias. A referida instituição de ensino foi fundada em 1948 e atuou como Grupo Escolar até 1982, período que justifica o recorte temporal desta pesquisa. Na perspectiva de uma pesquisa historiográfica, utilizamos para análise fontes documentais e orais: documentos oficiais e escolares, assim como entrevistas semiestruturadas realizadas com professores e ex-estudantes, à luz dos estudos teóricos de Chartier (2002), que versa sobre a História Cultural, de Chervel (1990), que trata da História das Disciplinas Escolares, e de Julia (2001) que estuda a Cultura Escolar. Partindo desse pressuposto, buscamos responder à seguinte questão norteadora: De que forma foi desenvolvido o Ensino de Matemática no Grupo Escolar Conselheiro Zacarias de Góes na cidade de Valença-Bahia no período de 1948 a 1982? Os resultados nos permitem concluir que o desenvolvimento do ensino de Matemática no primeiro Grupo Escolar de Valença foi marcado pela presença do ensino de Aritmética, tendo como dispositivo pedagógico o uso da tabuada, destacando um ensino memorativo, os vestígios de uma cultura escolar baseada na ordem, ética e respeito à pátria, além de relatos sobre os castigos simbólicos e físicos (palmatórias) aos estudantes indisciplinados.

Palavras-chave: História da Matemática Escolar. Ensino de Matemática. Ensino Primário. Grupo Escolar.

ABSTRACT

This research aimed to understand how primary mathematics education took place in the Zacarias Counselor School Group. This educational institution was founded in 1948 and acted as a School Group until 1982, a period that justifies the time frame of this research. From the perspective of a historiographical research, we used for analysis documentary and oral sources: official and school documents, as well as semi-structured interviews conducted with teachers and former students, in the light of chartier's theoretical studies (2002), which deals with Cultural History, by Chervel (1990), which deals with the History of School Disciplines, and Julia (2001) who studies School Culture. Based on this assumption, we sought to answer the following guide question: How was mathematics teaching developed in the School Group Counselor Zacarias de Góes in the city of Valença-Bahia in the period from 1948 to 1982? The results allow us to conclude that the development of mathematics teaching in the first School Group of Valencia was marked by the presence of the teaching of Aritmetics, having as pedagogical device the use of the tablet, highlighting a memorative teaching, the traces of a school culture based on order, ethics and respect for the homeland, as well as reports about the symbolic and physical punishments (palmatory) to unruly students.

Keywords: History of School Mathematics. Teaching of Mathematics. Primary education. School Group.

Lista de Ilustrações

Figura 1- Reunião da Comissão Nacional de Ensino Primário (1939).....	37
Figura 2- Mapa do estado da Bahia	45
Figura 3- Igreja Matriz do Sagrado Coração de Jesus: Valença- BA	52
Figura 4- Imagem Ilustrativa do Grupo Escolar Conselheiro Zacarias (sem data)	60
Figura 5- Imagem Ilustrativa do Conselheiro Zacarias de Góes	61
Figura 6- Imagem Ilustrativa do Sobrado do Conselheiro Zacarias de Góes (sem data)	62
Figura 7- Ficha de Aparelhamento Escolar (1948-1950)	64
Figura 8- Ficha de Professores (setembro de 1948).....	65
Figura 9- Ficha de Estudantes (setembro de 1948).	68
Figura 10 - Registro de um Evento Cívico (sem data).....	77
Figura 11- Diário Escolar (1988)	82
Figura 12- Imagem ilustrativa do Livro Aritmética Primária (1947)	87

Lista de Quadros

Quadro 1 - Conteúdos dos cursos no Ensino Primário da Bahia (1895).....	p. 30
Quadro 2 - Plano de Ensino Escolar dos Grupos Escolares (1913).....	p. 32
Quadro 3 - Estrutura do curso primário elementar.....	p. 40
Quadro 4 - Estrutura do curso primário complementar	p. 41
Quadro 5 - Dados da ficha de professoras (setembro de 1948).....	p. 66
Quadro 6 - Estrutura do curso de Pedagogia “3+1” (1939).....	p. 70

Lista de Abreviaturas e Siglas

BA	Bahia
CADES	Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário
CEFET	Centro Federal de Educação Tecnológica
CENEVA	Centro Educacional de Valença
CEPLAC	Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CVI	Companhia Valença Industrial
EMARC	Escola Média de Agropecuária Regional da CEPLAC
GEEM	Grupo de Estudos em Educação Matemática
IFBA	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MMM	Movimento da Matemática Moderna
MOBRAL	Movimento Brasileiro de Alfabetização
NTE	Núcleo Territorial de Educação
PCCR	Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração
PPG-ECFP	Programa de Pós-Graduação em Educação Científica e Formação de Professores
UESB	Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	15
CAPÍTULO 1	21
A CRIAÇÃO DOS GRUPOS ESCOLARES E AS MUDANÇAS POLÍTICO- EDUCACIONAIS NO ENSINO PRIMÁRIO DA BAHIA	21
1.1 Grupo Escolar na Bahia.....	24
1.2 Mudanças político-educacionais no ensino primário	28
CAPÍTULO 2	45
UM POUCO DA HISTÓRIA DE VALENÇA-BAHIA	45
2.1. Valença no período Republicano.....	49
2.2 Valença entre as décadas 1940 e 1982	51
2.3 Contexto Educacional de Valença.....	55
CAPÍTULO 3	59
GRUPO ESCOLAR CONSELHEIRO ZACARIAS E O ENSINO DE MATEMÁTICA (1948-1982).....	59
3.1 Grupo Escolar Conselheiro Zacarias de Góes	59
3.2. Organização pedagógica.....	63
3.3. A formação dos professores do Grupo Escolar Conselheiro Zacarias de Góes	68
3.4. Vestígios da Cultura Escolar presentes nos relatos dos entrevistados.....	76
3.5 O Ensino de Matemática no Grupo Escolar Conselheiro Zacarias de Góes	78
CONSIDERAÇÕES FINAIS	99
REFERÊNCIAS	102
APÊNDICE A – Roteiros de entrevistas	110
APÊNDICE B – Roteiros de entrevistas	111
APÊNDICE C – Autorização para coleta de dados.....	113
APÊNDICE D – Autorização para coleta de dados	114
ANEXO A – Termo de autorização de Imagem e depoimento.....	115
ANEXO B - TCLE	116
DECLARAÇÃO DE AUTORIA.....	117

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa, desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Educação Científica e Formação de Professores (PPG ECFP)², da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), *campus* Jequié, integra o Projeto intitulado “O ensino de Matemática no Curso Primário no Estado da Bahia: A caracterização de um percurso³”, fomentado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Edital 01/2016, processo n.º 407925/2016-3.

Foram analisados os aspectos históricos do ensino de matemática no antigo Grupo Escolar Conselheiro Zacarias de Góes em Valença, cidade do interior do estado da Bahia. Pesquisas orientadas na perspectiva da História Cultural vêm contribuindo para a produção de um estudo sobre o ensino de matemática em Grupos Escolares, valorizando os diversos aspectos da cultura e do cotidiano escolar.

Nesse sentido, o Grupo de Estudos em Educação Matemática (GEEM), por meio de seus membros, fomenta e amplia as pesquisas sobre os grupos escolares, em especial, na Bahia. As referidas pesquisas contribuem para a produção de fontes e de narrativas que possibilitam um inventário historiográfico sobre esse tipo de instituição que representou uma modernização na educação do Brasil. Das pesquisas desenvolvidas pelo GEEM, podemos citar Amaral (2015), Santos (2019), dentre outras.

No caso do Grupo Escolar pesquisado, encontramos documentos que mostraram indícios da prática pedagógica na sala de aula. Com eles, desenvolvemos observações, reflexões e dados novos sobre o passado institucional e sobre as pessoas e suas práticas no contexto em que estavam inseridas (VIDAL, 2005), fato esse fundamental para a compreensão do processo, da cultura da escola e de seus aspectos educativos.

² www2.uesb.br/ppg/ppgecfp

³ Resolução do Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE) n.º 025/2016.

Por se tratar de uma pesquisa histórica, relacionada a uma instituição escolar, fez-se necessário, para sua construção e desenvolvimento, consultas e análises dos documentos escolares, que associamos às entrevistas obtidas junto aos participantes da pesquisa, por meio de seus relatos.

Relato oral, obtido por meio de entrevistas, constitui-se como núcleo da investigação, ou seja, o trabalho investigativo leva em conta as trajetórias individuais, eventos ou processos que não poderiam ser compreendidos de outra maneira. Ele permite o resgate do indivíduo como sujeito no processo histórico e constitui-se como documento gerado no momento da entrevista, legítimo tanto pelo seu valor informativo quanto pelo seu valor simbólico (GAERTNER; BARALDI, 2008, p. 52)

Dentre os participantes, temos seis estudantes, quatro professores, um escritor e uma historiadora. O recorte temporal escolhido para a pesquisa corresponde ao ano de 1948, quando o Grupo Escolar Conselheiro Zacarias de Góes foi fundado e ao ano de 1982, quando essa instituição deixou de ser Grupo Escolar e passou a ser denominada Escola Estadual Conselheiro Zacarias⁴, seguiu nessa modalidade de ensino até a sua extinção⁵ no ano de 2006. Além disso, refere-se a uma época que foi marcada por grandes acontecimentos no ensino primário a nível estadual e nacional. Para compreendermos o contexto político-educacional, buscamos algumas mudanças ocorridas antes e durante o período 1948-1982, a saber: a primeira Reforma do Ensino Público na Bahia, ocorrida em 1925, o período do Estado Novo, entre 1937 e 1945 (quando o ensino primário se estabeleceu como obrigatório e gratuito), o período de Redemocratização, de 1946 até 1964 (período que é promulgado a Lei Orgânica do Ensino Primário), a extinção da modalidade Grupo Escolar em 1971 pela Lei n.º 5692.

As mudanças mencionadas no parágrafo anterior, aconteceram nos âmbitos político e educacional das três esferas: municipal, estadual e nacional.

⁴ [Detalhe do ato \(sec.ba.gov.br\)](http://sec.ba.gov.br)

⁵A partir de 2007, a unidade escolar que ministra o ensino fundamental de 1ª a 4ª série fica extinta, encontrando-se o acervo documental recolhido na DIREC/05, município de Valença-Ba. Fonte: [Detalhe do Ato \(sec.ba.gov.br\)](http://sec.ba.gov.br)

Valença, por sua vez, no período escolhido para o desenvolvimento da pesquisa, apresentava alguns aspectos que consideramos relevantes. Localizada no interior do estado, em 1920, a cidade contava com uma população de mais de vinte mil habitantes e possuía nove escolas públicas primárias, sendo que esse número só crescia ao passar dos anos.

Em 1948, chegou o primeiro Grupo Escolar, levando o nome de Conselheiro Zacarias de Góes. Nos anos seguintes, o número de escolas aumentou: outros grupos escolares chegaram, sendo implantados também o Ginásio Gentil Paraíso Martins oferecendo o ensino secundário e, o Ginásio de Valença (atualmente denominado Centro Estadual de Educação Profissional em Saúde do Leste Baiano), que oferecia no início de funcionamento os cursos de contabilidade e de magistério. O artigo 1º, da Lei n.º 130, de 14 de dezembro de 1948, Anísio Teixeira em sua segunda fase a frente da Educação Baiana determinava a criação de ginásios oficiais no interior do estado no intuito de organizar e expandir o ensino, assim que, entre outros municípios, Valença foi contemplada com a implantação dos ginásios (DICK, 2020, p. 321).

Diante do breve histórico educacional do município, nos centramos a partir daqui em nosso objeto de estudo, ou seja, o primeiro Grupo Escolar de Valença, a fim de responder à seguinte questão: De que forma foi desenvolvido o Ensino de Matemática no Grupo Escolar Conselheiro Zacarias de Góes na cidade de Valença-Bahia no período de 1948 a 1982?

Objetivamos entender, sob a perspectiva do projeto guarda-chuva já mencionado, como se deu o Ensino de Matemática no referido Grupo Escolar, investigando elementos da prática pedagógica dos professores, da cultura escolar e das experiências dos estudantes que fizeram parte desse ensino no recorte temporal supracitado.

A fim de sabermos se as mudanças e acontecimentos históricos a nível estadual e nacional influenciaram no seu processo de ensino, investigamos os aspectos históricos do Ensino de Matemática no Grupo Escolar escolhido. Haja visto que,

Os Grupos Escolares [...] consistiam em instituições de ensino primário graduado com novas metodologias para o ensino sendo inserida algumas exigências na pedagogia escolar, tais como: oficinas, bibliotecas, mobiliário escolar, pátio para recreio e utilização de material escolar. (SANTOS; SANT'ANA, 2019, p. 204).

A partir de 1920, com as necessidades de uma formação humanista e as demandas de uma sociedade que vivia o processo de industrialização e urbanização surgiram inquirições no sentido de promover profundas reformas no ensino de matemática (VALENTE, 2004).

O governo brasileiro, ainda que em passos lentos, ao longo da história implementou diversas reformas educacionais na infraestrutura, nos recursos metodológicos, no currículo e na formação do professor, a fim de atender às necessidades educacionais das crianças. No entanto, essa organização não diminuía o alto índice de analfabetismo no Brasil e, no caso do estado da Bahia, na década de 1950 essa realidade se justificava talvez por ser o Brasil um país “elitista e excludente”, em que os privilegiados eram aqueles que pertenciam à classe social com poder econômico e político favorável (DIAS, 2011). Dessa forma, a maioria da população, em especial da zona rural e do interior do estado, não tinha acesso à educação, tampouco à educação de qualidade.

Dito isto, esta pesquisa se caracteriza por fundamentar-se na perspectiva da História Cultural, especificamente no que propõe o professor e pesquisador francês Roger Chartier, considerando um contexto que permitiria dar sentido de “caracterizar práticas que se apropriam de modo diferente dos materiais que circulam em determinada sociedade” (CHARTIER, 1990 p. 136). Ainda na percepção desse autor, “a história cultural tem como principal objecto identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler” (CHARTIER, 2002, p. 166-167).

Entendendo que o papel do historiador é investigar e interpretar processos importantes do passado e produzir reflexões no presente, ele faz “um exercício reflexivo, submete os vestígios deixados dele, a partir dos quais deve

ser capaz de produzir suas explicações” (RIOS, 2016, p. 8). Nesse sentido, vale salientar que a demarcação temporal sofre conflitos, pois, as experiências não são isoladas e o historiador deve considerar os períodos anteriores e posteriores ao recorte para uma análise de interesse do campo da História. Partindo desse pressuposto, “a história como escritura desdobrada tem, então, a tripla tarefa de convocar o passado, que já não está num discurso no presente; mostrar as competências do historiador, dono das fontes; e convencer o leitor” (CHARTIER, 2017, p. 15).

Por esse viés, esta pesquisa buscou analisar o ensino de Matemática no Grupo Escolar Conselheiro Zacarias, em Valença, nos limites do recorte temporal. O ensino de Matemática como disciplina influencia significativamente a vida escolar e pessoal do estudante, de maneira positiva ou negativa, a depender da forma que lhe é apresentada, visto que, “a particularidade das disciplinas escolares consiste em que elas misturam intimamente conteúdo cultural e formação do espírito” (CHERVEL, 1990, p. 186).

Neste aspecto, vale salientar que o passado não é acessível diretamente ao historiador, no entanto, não significa afirmar que seu conhecimento histórico diminui, pois, a sua existência permanece nos vestígios que foram produzidos e conservados (LE GOFF, 2013).

Destarte, recorreremos aos vestígios deixados pelos atores que vivenciaram o ensino de matemática no Grupo Escolar Conselheiro Zacarias, no período entre 1948 e 1982. O referido estabelecimento escolar foi considerado referência ao longo da sua existência no município de Valença. Dessa forma, concordamos com Julia (2001) ao afirmar,

Sem dúvida, não devemos exagerar o silêncio dos arquivos escolares. O historiador sabe fazer flechas com qualquer madeira: quanto ao século XIX, por pouco que procure e que se esforce em reuni-los, os cadernos de notas tomadas pelos alunos (mesmo sendo grande risco de se verem conservados apenas os mais bonitos deles) e os cadernos de preparações dos educadores, não são escassos e, na falta destes, pode-se tentar reconstruir, indiretamente, as práticas escolares a partir das

normas ditadas nos programas oficiais ou nos artigos das revistas pedagógicas (JULIA, 2001, p. 17)

Pelo caminho da história cultural e com as fontes encontradas, neste caso, os documentos escolares, as leis que regulamentavam o ensino primário na época e as narrativas dos ex-estudantes e professores por meio de entrevistas semiestruturadas, que buscamos contar uma história do ensino de matemática no Grupo Escolar Conselheiro Zacarias de Góes, definindo “uma história social dos usos das interpretações, referidas a suas determinações fundamentais e inscritas nas práticas específicas que as produzem” (CHARTIER, 1990, p.180).

O olhar que se desloca da política e das reformas educacionais, dos dados de expansão, dos atores políticos e do pensamento educacional busca fazer recair o foco de luz sobre a instituição escolar, demonstrando como essa modalidade de escola primária consolidou-se no ensino público; quais as mudanças que introduziu e as práticas, os rituais e as tradições que gerou (SOUZA, 1998, p. 17)

Por esse viés, é relevante verificar como se consolidou a história do ensino de matemática nesses ambientes educacionais, em especial na instituição em estudo.

Assim, uma vez estabelecidas as delimitações da pesquisa e com o objetivo de entender como se deu o ensino de Matemática no referido Grupo Escolar Conselheiro Zacarias de Góes, fundado em 1948 em Valença, dividimos este trabalho em três capítulos, a fim de melhor expor o tema estudado. O capítulo I apresenta a criação dos Grupos Escolares no Brasil e na Bahia, assim como as mudanças político-educacionais do ensino primário baiano. O capítulo II apresenta a cidade de Valença por meio de sua história e do seu processo educacional. O capítulo III apresenta as análises realizadas nos documentos oficiais e escolares encontrados nos acervos públicos, no antigo Grupo Escolar Conselheiro Zacarias de Góes e as narrativas dos participantes que vivenciaram a prática pedagógica do ensino primário da referida instituição de ensino.

CAPÍTULO 1

A CRIAÇÃO DOS GRUPOS ESCOLARES E AS MUDANÇAS POLÍTICO-EDUCACIONAIS NO ENSINO PRIMÁRIO DA BAHIA

Com a Proclamação da República em 1889, o poder no país foi dividido entre a presidência da república e os governos estaduais. No Brasil, com a Constituição de 1891, a União ficou responsável apenas pela Educação no Distrito Federal (então, o Rio de Janeiro). Neste aspecto,

A iniciativa de reforma era parte de um projeto mais amplo pretendido pelo recém-instituído regime republicano. A reforma pretendeu promover transformações profundas na concepção de instrução escolar, na organização da escola pública, em inovações nas práticas e nos objetivos de ensino. (BADUY; RIBEIRO, 2020, p. 6)

Surgem, portanto, os Grupos Escolares como modalidades educacionais destinadas ao ensino primário, que demarcam o Brasil em um período republicano específico: 1893 a 1971. “O Estado de São Paulo foi pioneiro da instrução pública, logo após a Proclamação da República. A escola de primeiras letras no império cedeu lugar aos grupos escolares, criados em 1893” (SILVA, 2014, p. 83).

Posteriormente à implantação do grupo escolar no estado de São Paulo, expandiu-se como modelo para os demais estados brasileiros.

[...] como forma de escola provocou um entusiasmo na sociedade. Isso porque, além de ser proposto para suprir a necessidade de ampliar as vagas escolares, dava resposta a um anseio de modernização que se lia na abolição da escravatura, na Proclamação da República, na consolidação da democracia e da democratização da escola (RIBEIRO, 2006, p. 6).

Destarte, nasce a exigência da alfabetização, visando à participação dos brasileiros nas eleições diretas. A instrução primária tornou-se indispensável para a consolidação do regime republicano. Dessa maneira, “a escola primária

adquire uma finalidade cívica, moral e instrumental (SOUZA, 1998). No entanto,

Para cumprir tão elevado desígnio era preciso fundar uma escola identificada com os avanços do século, uma escola renovada nos métodos, nos processos de ensino, nos programas, na organização didático-pedagógica; enfim, uma escola moderna em substituição à arcaica e precária escola de primeiras letras existente no Império. (SOUZA, 1998, p. 28).

Essa mesma autora, afirma ainda, que a implantação desses estabelecimentos escolares estava inicialmente destinada à população em massa, pois o índice de analfabetismo era alto. Dessa maneira, essa nova modalidade escolar teve implicações profundas na educação pública do Estado e na história da educação no país. A criação dos grupos escolares nas localidades era motivada pela política, visto que “a legislação previa a concessão de prioridade às localidades que contribuíssem com terrenos e donativos para a instalação das escolas” (SOUZA, 1998, p. 93).

Sob influência dos sistemas nacionais de ensino dos países mais desenvolvidos, por meio da Lei n.º 169⁶, de 7 de agosto de 1893, assim como pelo Decreto n.º 248, de 26 de julho de 1894, a criação dos grupos escolares primou “pela racionalidade científica e pela laicidade da escola e tinha na educação o viés para a modernidade e ao engajamento do processo civilizador” (SANTOS, 2019, p. 25).

Dessa maneira, essa modalidade de ensino rompeu com o que era utilizado no período da monarquia brasileira, que eram espaços e locais improvisados, funcionando precariamente, com classes isoladas e heterogêneas, sendo comum os docentes usarem suas próprias residências para assumirem a regência.

À vista disso, os Grupos Escolares surgiram como modelos de ensino primário e organização pedagógica, expandindo para todo o estado de São

⁶Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1893/lei-169-07.08.1893.html>

Paulo e para os demais estados brasileiros, a saber: em 1897 no estado do Rio de Janeiro, em 1903 nos estados do Maranhão e Paraná, em 1906 no estado de Minas Gerais, em 1908 nos estados de Espírito Santo, Rio Grande do Norte e Santa Catarina, em 1910 no estado do Mato Grosso, em 1913 no estado da Bahia⁷, em 1916 nos estados de Sergipe e Paraíba, em 1918 no estado de Goiás e em 1922 no estado do Piauí (MONTEIRO, 2017).

Os grupos escolares eram como “templos de saber” (SOUZA, 1998), isso é, havia “todo um conjunto de saberes, de projetos político-educativos, e punham em circulação o modelo definitivo da educação do século XIX: o das escolas seriadas” (VIDAL, 2000, p. 25). E ainda, para essa autora, a

[...] prática e representação que permitiam aos republicanos romper com o passado imperial, os grupos escolares projetavam para o futuro, em que na República, o povo, reconciliado com a nação, plasmaria uma pátria ordeira e progressista (VIDAL, 2000, p. 25).

Essas instituições de ensino apresentavam características próprias, no intuito de manter uma “organização administrativo-pedagógica que estabelecia modificações profundas e precisas na didática, no currículo e na distribuição espacial dos edifícios” (SANTOS, 2019, p. 27). Sobre essas características,

Os grupos escolares, na sua maioria, eram construídos a partir de plantas-tipo em função do número de alunos, em geral 4, 8 ou 10 classes, em um ou dois pavimentos, com nichos previstos para biblioteca escolar, museu escolar, sala de professores e administração. Edificados simetricamente em torno de um pátio central ofereciam espaços distintos para o ensino de meninos e de meninas. À divisão formal da planta, às vezes, era acrescido um muro, afastando rigidamente e evitando a comunicação entre os dois lados da escola. Esses prédios tinham entradas laterais diferentes para os sexos. Apesar de padronizados em planta, os edifícios assumiam características diversas, sendo-lhes alteradas as fachadas. (VIDAL, 2000, p. 25)

⁷ A próxima seção desta dissertação apresenta a implementação desse modelo escolar no estado da Bahia.

Considerado como projeto modernizador, inspirava-se em modelos europeus com intuito de tornar os grandes centros urbanos modernos e higiênicos, assim vários estados brasileiros seguiram essa nova modalidade de ensino nas primeiras décadas da Primeira República, sendo que no ano de 1927, já existiam 816 grupos escolares no Brasil, sendo São Paulo e Minas Gerais os estados com maior número: 283 e 248, respectivamente, e Piauí e Bahia com o menor número, ou seja, apenas 2 em cada estado (MONTEIRO, 2017).

Como já supracitado, essa modalidade de instituição no Brasil se consolidou no período republicano com o intuito de progresso educacional, surgindo como uma inovação na educação primária, divergindo de uma modalidade já existente, intitulada de escola isolada. Sá (2008) afirma que a implantação do grupo escolar foi, sem dúvida, extraordinária, no sentido de que não se propunha a recriar o modelo existente, mas, sim, romper com o que já existia e sugerir algo totalmente adverso ao que era vivenciado. Nesse contexto, nas próximas linhas daremos continuidade com mais detalhes de como se deu o desenvolvimento dos Grupos Escolares no estado da Bahia.

1.1 Grupo Escolar na Bahia

O primeiro governador indicado pelo Governo Provisório da República para o estado da Bahia foi o liberal Manoel Vitorino Pereira (1853-1902)⁸, logo que assumiu nomeou uma comissão “para estudar a reforma educacional, mas não esperou seus resultados e logo em 31 de dezembro de 1889 baixou um longo ato de 53 artigos reformando a instrução pública primária e secundária, que esperava vigorasse já no ano de 1890” (NUNES, 2007, p. 291). Assim, em seus primeiros atos destacam-se: “[...] os de 30 e 31 de dezembro de 1889, e o de 10 de janeiro de 1890, com os quais pretendeu atualizar e concretizar

⁸ Dr. Manoel Vitorino Pereira, médico, jornalista, escritor, professor e político brasileiro, nasceu em Salvador, em 30 de janeiro de 1853, filho de Vitorino José Pereira e de Dona Carolina Maria Franco Pereira. Foi governador da Bahia e depois foi vice-presidente da República no mandato de Prudente de Moraes. Foi presidente da República (interino) por quatro meses, tendo sido o único Baiano a assumir a Presidência da República do Brasil. Fonte: <https://www.anm.org.br/?s=Manoel+Vitorino>.

medidas para a criação de um sistema educacional baiano” (TAVARES, 1981, p. 31).

Em relação ao decreto do ato de 30 de dezembro de 1889, com o intuito de desenvolver a educação baiana, ficou estabelecido a criação do fundo escolar do estado e do município e regulamentou a obrigatoriedade do ensino primário para alunos, entre outras exigências. (MONTEIRO, 2017). No entanto,

A partir de 1895, ano em que o grupo escolar foi apontado como um modelo de escola primária a ser desenvolvido na Bahia, encontrou inúmeras dificuldades para a sua efetivação. Concorreu para isto a realidade econômica do estado, que não dispunha de suficientes recursos para dotar as escolas primárias de prédios escolares com mobiliário e material didático e pedagógico adequados ao ensino intuitivo e a outros métodos recomendados pela moderna pedagogia. (MONTEIRO, 2017, p. 48)

Apesar do pequeno número de grupos escolares implantados na Bahia no final da Primeira República, esses estabelecimentos foram instituições propulsoras e difusoras da escola graduada no Brasil, integrando a realidade urbana. Nesse aspecto,

“fundaram uma representação de ensino que não apenas regulou o comportamento, reencenando cotidianamente, de professores e alunos no interior das instituições escolares como disseminou valores e normas sociais e educacionais” (VIDAL, 2006, p. 10).

Nessa perspectiva, a implantação dos grupos escolares em território baiano aconteceu de forma peculiar e lenta, a situação econômica do estado e outros aspectos da realidade não possibilitavam sua instalação em larga escala, embora eles estivessem presentes na legislação educacional como modelo de escolarização primária, junto às escolas isoladas e depois às escolas reunidas (SOUZA, 1998). Assim sendo, no período inicial de disseminação do modelo escolar, foram instalados poucos grupos no estado.

[...] foram criadas pelo Regulamento de 18 de agosto de 1890. Vinculadas à Escola Normal, eram compostas por escola infantil, elementar e complementar, essas duas últimas com

escolas para ambos os sexos. Não há, no regulamento, detalhes sobre o seu funcionamento, constando apenas a indicação de que serviriam como modelo para as demais escolas do estado. No regulamento do ano de 1895, essas escolas são referidas como grupos escolares completos, sem que também houvesse especificação de funcionamento e organização. (MONTEIRO, 2017, p. 49)

No ano de 1927, a Bahia ainda era um dos estados brasileiros com menor número de instituição relacionada ao Grupo Escolar. Porém, a partir de 1930, o número dos grupos escolares foi mais expressivo. Os grupos escolares, como modelo de modernização da escolarização primária foi responsável pela formação básica do estado. Contudo, vale salientar que,

A implantação de grupos escolares na Bahia não ocorreu através de princípios uniformes. Se por um lado o grupo escolar anexo à escola normal, que funcionou por algumas décadas em prédio adaptado, apresentando, em algum momento, precárias condições higiênicas, mas seguindo os parâmetros da pedagogia moderna; por outro, existia um prédio com ótimas condições físicas, construído dentro dos preceitos da higiene escolar, mas que ainda não funcionava sob a forma de ensino graduado, uma recomendação da moderna pedagogia. (MONTEIRO, 2017, p. 56)

Oficialmente, as determinações de 1913, 1918, 1925 autorizavam a criação de Grupos Escolares.

Lei nº1006⁹/1913: art. 32. Em cada um dos districtos desta capital, fica o Governo autorizado a crear um grupo escolar, abrindo para isso o necessario credito, creando ao mesmo tempo, e na mesma proporção, nas cidades mais importantes no interior do Estado, grupos escolares. (BAHIA, 1913, p. 135)

Lei nº1293¹⁰/1918: art. 31. Em cada um dos districtos da Capital, fica o Governo autorizado a crear um grupo escolar, abrindo para isso o necessario credito, creando ao mesmo tempo, e na mesma proporção, nas cidades mais importantes do interior do Estado, grupos escolares. (BAHIA, 1918, p. 150-151)

⁹Disponível em: <http://geem.mat.br/sites/default/files/inline-files/10%20-%20Lei%20N.%201006%20de%20de%20Setembro%20de%201913%20.pdf>

¹⁰Disponível em: <http://geem.mat.br/sites/default/files/inline-files/11%20-%20Lei%20N.%201293%20de%209%20de%20Novembro%20de%201918.pdf>

Lei nº1846¹¹/1925: art. 59. Fica creado um Grupo Escolar em cada districto da Capital e em cada cidade e villa, nas condições do art. 57. O Governo os irá installando e provendo à medida que lh'ó permitta a situação financeira do Estado. (BAHIA, 1925, p. 189)

Organizadas no mesmo prédio, as escolas isoladas compunham os grupos escolares entre 4 e 10 unidades, inicialmente os meninos e meninas eram comportados separadamente, configurando aspectos culturais da realidade da época.

Com efeito, a uniformidade e a padronização não eram fáceis de serem alcançadas, no entanto, em 1925, o então governador Francisco Marques de Góes Calmon¹² aprovou uma reforma no ensino, pois, segundo o seu entendimento,

A educação popular não é, como parece a muitos, uma simples questão de quantidade. É, sobretudo de qualidade. Não bastam escolas para todos. Melhor serão boas escolas para alguns, já que o ideal, - boas escolas para todos, - é, entre nós, fito inatingível. (BAHIA, 1925, p. 67)

Nesse período, já havia outros grupos escolares no estado, a exemplo do Grupo Escolar José Joaquim Seabra¹³ (J. J. Seabra) no agreste baiano, cidade de Feira de Santana, e o Grupo Escolar General Osório, no sul da Bahia, cidade de Ilhéus.

Podemos afirmar que algumas cidades interioranas da Bahia foram dotadas de prédios próprios para a instalação de grupos escolares. As cidades onde os grupos foram inaugurados vivenciaram esses processos de modernização, de modo que a instalação desses prédios fazia parte do projeto de reformulação urbana e educacional local.

¹¹Disponível em: <http://geem.mat.br/sites/default/files/inline-files/15%20-%20Lei%20N.%201.846%2C%20de%2014%20de%20Agosto%20de%201925.pdf>

¹² Francisco Marques de Góis Calmon nasceu em Salvador no dia 6 de novembro de 1874, em 1897, foi nomeado fiscal do governo federal junto ao Banco da Bahia e passou a atuar na área de economia e finança. Fonte: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/CALMON,%20Francisco%20Marques%20de%20G%C3%B3is.pdf>

¹³O Grupo Escolar JJ Seabra, foi considerado o prédio mais suntuoso da Bahia em sua época de inauguração, em 1916. Em 1926, o prédio teve a sua primeira turma de Escola Normal, com 40 matrículas. Fonte: <http://periodicos.uefs.br/index.php/semic/article/view/3218>

Vale salientar que os grupos escolares representavam um símbolo da educação da região em que estavam instalados, construindo em seu tempo uma cultura escolar refletida nas práticas escolares, nos valores sociais e na transmissão de conhecimentos. Essa modalidade de ensino passou por várias reformas, conforme veremos mais adiante, no entanto, suas reformulações sofriam de acordo com as demandas políticas, sociais e educacionais da época.

Podemos mencionar vários Grupos Escolares que foram criados na Bahia, a partir de pesquisas realizadas pelo GEEM, a exemplo: Grupo Escolar Barão de Macaúbas (1935) em Vitória da Conquista, Grupo Escolar Getúlio Vargas (1938) em Brumado, Grupo Escolar Getúlio Vargas (1938) em Guanambi, Grupo Escolar Lomanto Júnior (1954) em Aiquara, Grupo Escolar Adélia da Mata (1960) em Ipiaú, Grupo Escolar Duque de Caxias (1965) em Jequié, Grupo Escolar Pedro Alves Cunha (1969) em Poções, Grupo Escolar Luís Carlos Braga (1972) na cidade de Aiquara, Grupo Escolar Rosalvo Avelar (1978) na cidade de Anagé e o Grupo Escolar Conselheiro Zacarias de Góes na cidade de Valença na década de 1940, o objeto de estudo desta pesquisa.

1.2 Mudanças político-educacionais no ensino primário

O cenário político, educacional e social baiano é conhecido por diversas reformas desde o início da Primeira República. Em 2 de julho de 1891, a Constituição do estado da Bahia foi aprovada e em 24 de agosto de 1895, sob a Lei n.º 117, Joaquim Manoel Rodrigues Lima¹⁴, o primeiro governador, sancionou esta que objetivamente pretendeu criar, organizar e manter instituições que promovessem e aperfeiçoassem o desenvolvimento físico, intelectual e moral do indivíduo (SOARES, 2017).

¹⁴ Joaquim Manuel Rodrigues Lima nasceu em Caetitê (BA) no dia 4 de maio de 1845. Eleito para a assembleia que elaborou a primeira Constituição estadual republicana da Bahia (1891), Rodrigues Lima foi escolhido candidato e, eleito, tomou posse no dia 28 de maio de 1892. Para administrar o estado, Rodrigues Lima implantou novos serviços públicos e organizou a administração estadual em quatro secretarias: do Tesouro e Fazenda, do Interior, Justiça e Instrução Pública, da Agricultura, Viação, Indústria e Obras Públicas, e de Polícia. O governador enfrentou um período turbulento, repleto de revoltas nacionais e crises políticas locais. Fonte: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/LIMA,%20Rodrigues.pdf>

O ensino primário da Bahia com base na lei supracitada, tinha como característica: Escolas Infantis, Escolas Elementares e Escolas Complementares. O art. 15 da referida lei estabelecia os critérios de cada nível:

Escolas Infantis: São por sua natureza mixtas e promiscuas; nellas serão admittidos alumnos de quatro a sete annos de idade. O ensino será rigorosamente intuitivo, de accordo com os processos froebelianos¹⁵. [...]

Escolas Elementares: Poderão ser mixtas ou não, conforme as circumstancias locais; no primeiro caso serão sempre regidas por senhoras, e no segundo serão estas preferidas; nella serão admittidos alumnos de seis a treze annos [...]

Escolas Complementares: Serão admittidos alumnos de dez a dezeseis annos de idade, mediante prova de exame das materias do curso elementar.

De acordo com o Acto¹⁶ de 4 de outubro de 1895, o ensino era intuitivo, os professores e professoras cumpriam algumas regras comportamentais e de pontualidade, ou seja, vestir-se adequadamente e chegar meia hora antes para receber seus estudantes, ainda era dever do professor tornar o ensino atraente, respeitoso e disciplinar, com moderação nesta última (BAHIA, 1895b. art. 28-41). O plano de ensino para a escola elementar expressava: Educação Moral e Cívica, Língua Materna, Leitura e Escripta, *Calculo e Systema Metrico*, *Geographia* e *Historia*, principalmente da Bahia, primeiras noções das sciencias physicas e naturaes por meio das leccões de coisas, noções de agricultura, desenho, gymnastica, exercícos militares, canto e trabalhos manuais. Destas, iremos destacar os conteúdos de Cálculo e Sistema Métrico, conforme especificado no Quadro 1, de acordo com o Acto 4 de outubro de 1895, que orientava os três cursos: elementar, médio e superior. Conteúdos estes, dos cursos no Ensino Primário da Bahia.

¹⁵ Friedrich Wilhelm August Froebel (1782-1852), pedagogo alemão, foi o fundador dos jardins de infância - os Kindergartens - cujos preceitos serviram de modelo institucionalizado, de alcance internacional, à educação pré-escolar. O primeiro jardim de infância foi fundado por Froebel em 1840. Fonte: [47 \(ucs.br\)](http://47.ucs.br)

¹⁶Disponível em: <http://geem.mat.br/sites/default/files/inline-files/4-%20ACTO%20de%204%20de%20Outubro%20de%201895.pdf>

Quadro 1 - Conteúdos dos cursos no Ensino Primário da Bahia (1895)

Curso Elementar	Curso Médio	Curso Superior
“Princípios de numeração fallada e escripta: sommar, diminuir, multiplicar e dividir, até dois algarismos no divisor; problema sobre as quatro operações. Noções praticas do systema métrico”	“Revisão do curso antecedente. Divisão de números inteiros, operações sobre as fracções ordinárias e decimaes. Systema métrico. Problemas e applicações.”	“Números primos; divisibilidade dos números; regra de tres simples; systema metrico. Problemas e applicações.”

Fonte: Acto 4 de outubro de 1895 (BAHIA, 1895b, p. 66)

Nota-se que não eram muitos conteúdos em cada curso, o que nos faz pensar que o ensino primário de matemática era caracterizado para aplicação utilitária, visto que “o fim do ensino primário, que deve ser intuitivo e prático, não é dar ao alumno tudo quanto é possível saber, mas o que não é possível ignorar: não é ensinar muito, mas ensinar bem” (BAHIA, 1895b, p. 60-61).

No período da Primeira República outras reformas educacionais marcaram o ensino na Bahia, a saber: a Lei n.º 1.006, de 6 de setembro de 1913; a Lei n.º 1.293, de 9 de novembro de 1918 e; a Lei n.º 1.846, de 14 de agosto de 1925.

O governo de José Joaquim Seabra (1912-1915)¹⁷ na Bahia justificou a necessidade de uma Reforma no Ensino, por meio de uma mensagem¹⁸ enviada à Assembleia Legislativa do Estado, na qual mencionou:

[...] o nosso ensino publico primario, que continúa a ser como vos disse que elle era: um serviço defeituoso, que, em vez de reforma na lei, pede organização, para que o professor ensine e o alumno aprenda e os seus fiscaes o fiscalisem. [...] Antes disto, qualquer que seja a reforma, não teremos ensino, o que significa dizer-vos que o primeiro passo a dar no caminho de sua melhor fortuna, para que se lhe conheçam as procuradas vantagens, de habilitação do homem para a vida, é, precisamente, o do estabelecimento dessa fiscalisação, aparelhada de geito a lhe assegurar com a actividade a independencia. Pois se o governo, que custeia, em 585 Escolas

¹⁷ José Joaquim Seabra foi eleito para o governo da Bahia em 1912 e exerceu o poder executivo até 1915. Fonte: JOSE JOAQUIM SEABRA | CPDOC - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (fgv.br)

¹⁸ Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/104675>.

Primarias do Estado, o ensino que manda distribuir ao povo, nem, ao menos, sabe o que nellas se passa, como funcionam, de que beneficios carecem e a que necessidades se sujeitam! Ou accaso, Senhores, será sómente a funcção do governo, em materia de ensino publico, nomear, remover e demittir o professor? (BAHIA, 1913, p. 38)

Como informa a mensagem, havia naquele período quase 600 Escolas Primárias no Estado, no entanto, precisavam de fiscalização, especialmente as do Ensino Primário, visto que, comparado ao Ensino Secundário e o Ensino Normal, encontravam-se desorganizadas.

Sobre o nosso ensino normal e secundário, confiados a direcção zelosa de illustres competentes, são de contentar as informações que sobre ambos reuni, e isto vos declaro. Tendo falhas e defeitos, e carecendo de melhoramentos, um e outro estão, entretanto, organisados. Assim estivesse o ensino das nossas escolas primárias, e tudo iria bem. Preciso é, eis a verdade, que este anno não corra e nem passe sem que deixemos de nosso associado esforço pela melhor instrucção do Estado as effectivas provas. (BAHIA, 1913a, p. 39- 40).

Expressa-se na mensagem que o Ensino Primário precisava de uma melhora urgente na organização para tentar fechar as lacunas das falhas no ensino. A Lei n.º 1.006, de 6 de setembro de 1913, determinava um ensino graduado dividido em três modalidades: ensino primário; ensino profissional e ensino secundário. De acordo com Santos (2019), no que se refere ao ensino primário, os grupos escolares teriam um programa curricular específico.

O programa curricular dos grupos escolares se diferenciava de acordo com a categoria das escolas, pois eram classificadas de acordo a localização. A lei considerava escola de primeira classe, as que estavam localizadas na capital, de segunda classe, aquelas do subúrbio da capital, cidades e vilas sedes das comarcas e a de terceira classe as escolas situadas nas vilas, arraiais e povoados. (SANTOS, 2019, p. 31).

Aos Grupos Escolares, cuja implantação estava determinada no texto da referida Lei de 1913, ficavam responsáveis pela inspeção técnica, os delegados de ensino, cuja função era administrativa, técnica ou pedagógica, buscando assim, a verificação do exercício do professor.

Ainda, de acordo com a Lei n.º 1.006/1913, o diretor era uma autoridade local, a exemplo de juiz, delegado, Presidente da Câmara, dentre outros cargos semelhantes. O art. 31 determinava que “O cargo de director é de comissão e de inteira confiança do Governador e renovado anualmente, podendo ser reconduzido” (BAHIA, 1913b, p.135).

Nesse sentido, “A importância dos diretores de grupo escolar não pode ser minimizada, pois eles constituíram, juntamente com os professores primários, o primeiro corpo profissional do magistério público dotado de uma identidade” (SOUZA, 1996, p.70).

Segundo a referida lei, Programas de Ensino Primário correspondiam a três classes, conforme especificado no Quadro 2.

Quadro 2 - Plano de Ensino Escolar dos Grupos Escolares (1913)

Escola de Primeira Classe	Escola de Segunda Classe	Escola de Terceira Classe
a) Lingua portugueza; b) Caligraphia; c) Arithmetica, systema metrico; d) Desenho de imitação geometrico; e) Noções de geographia geral, do Brazil, especialmente da Bahia; f) História do Brazil, especialmente da Bahia; g) Elemento de sciencias physicas e naturaes, applicadas à agricultura e industrias; h) Elementos de hygiene; i) Civilidade; j) Instrucção moral e civica, sendo que as letras h, i, j, por lições occasionaes; k) Prendas domesticas para meninas; l) Callistenia sueca; m) Canticos e hymnos patrióticos.	a) Lingua portugueza, falar, lêr, escrever, formas grammaticaes; b) Calligraphia; c) Arithmetica, systema metrico; d) Desenho de imitação e linear; e) Noções de geographia geral, elementos de geographia do Brazil, geographia do Estado; f) História do Brazil (elementos); g) Prendas domesticas para meninas; h) Lições occasionaes de civilidade, de educação moral e civica, de hygiene elementar, de sciencias physicas e naturaes applicadas; i) Callistenia sueca; j) Canticos e hymnos patrioticos.	a) Lingua portugueza, falar, lêr, escrever; b) Calligraphia; c) calculos das operações fundamentaes, pezos e medidas usuaes; d) Noções de geographia geral e do Brazil, geographia do Estado; e) Biographia de homens notaveis do Brazil; f) Desenho linear; g) Lições occasionaes de civilidade, de educação moral e civica, de hygiene elementar, sobre agricultura e industria da localidade; h) Prendas domesticas para meninas; i) Canticos e hymnos escolares; j) Callistenia sueca.

Fonte: Elaborado pelos autores, conforme Lei n.º 1.006/1913 (BAHIA, 1913)

Conforme a determinação da Lei n.º 1006/1913, o ensino complementar compreendido em três anos era composto pelos estudos de: a) Língua Portuguesa; b) Língua Francesa; c) Geographia Geral; d) História Geral e do Brasil; e) Arithmetica e Algebra; f) Desenho Geometrico e de Imitação; g) Sciencias Naturaes (noções); h) Sciencias Physicas (noções); i) Educação e Instrução Moral e Civica; j) Musica; k) Trabalhos de Prendas Domesticas; e l) Gymnastica (BAHIA, 1913, p. 137).

Ao magistério, o cargo de professor deveria ser, conforme o parágrafo único do capítulo V, vitalício, classificado em: i) professores de escolas isoladas; ii) professores de grupos; e iii) professores adjuntos, podendo ser efetivos ou substitutos (BAHIA, 1913, p. 139).

Art. 53. O Governador reunirá de 2 em 2 anos em turmas previamente designadas, os professores do Estado em conferencia pedagogica durante 3 sessões publicas, onde se discutirão assumptos attinentes ao ensino primario.

Parágrafo único. Estes professores terão passagem gratuita nos vapores da navegação maritima ou fluvial e nas estradas de ferro [...] (BAHIA, 1913, p. 139).

As conferências pedagógicas aconteceram nos anos de 1913, 1914 e 1915, nas quais se discutiam temas referentes às práticas escolares do ensino primário.

Basicamente consistiam em colóquios públicos feitos por professores sobre temáticas ligadas a práticas escolares para escola primária. As exposições eram organizadas pela apresentação das “teses” dos professores participantes das conferências. Estas “teses”, eram definidas a partir de temáticas apresentadas nos “quesitos” para os debates, indicados previamente pela coordenação das conferências. (D’ESQUIVEL; SANT’ANA, 2015, p. 248).

No ano de 1918, o governador do Estado da Bahia, Antonio Ferrão Moniz de Aragão (1875-1931)¹⁹, aprovou a Lei n.º 1.293, de 9 de novembro

¹⁹ Antônio Ferrão Muniz de Aragão, conhecido como Antônio Muniz, nasceu no dia 30 de maio de 1875 em Salvador. Ingressou, em 1892, na Faculdade de Direito da Bahia, graduando-se em 1896. Ainda estudante, começou a colaborar em jornais, especialmente na Gazeta de Notícias e no Correio do Brasil, dos quais foi redator, e no O Norte e Gazeta do Povo, de que foi redator-

daquele ano. A Lei previa a organização do ensino público do estado com o objetivo de promover “o desenvolvimento *physico, intellectual e moral* do indivíduo, dando-lhe uma educação integral, que o habilite bem servir a família e a sociedade” (BAHIA, 1918, p. 144).

Comparada à Reforma do Ensino de 1913, não houve grandes mudanças no que diz respeito à fiscalização do ensino primário, às modalidades escolares (escolas isoladas e grupos escolares), às classes escolares, à duração do ensino complementar, bem como aos programas de ensino.

Anos mais tarde, na década de 1920, no Governo de Francisco Marques de Góes Calmon²⁰ (1924-1928), a compreensão do ensino público do estado passou por nova mudança, em que a instrução primária deveria “acontecer pela ação moralizadora do professor, alicerçada na democracia, na garantia de direito e deveres dos cidadãos” (SANTOS, 2019, p. 34). Para coordenar a Reforma da Instrução Pública, Calmon convidou Anísio Teixeira²¹, que naquela época já defendia o método intuitivo e reconhecia uma decadência nas escolas primárias do estado (SANTOS, 2019). Por meio da Lei n.º 1.846, de 14 de agosto de 1925, o ensino público do estado da Bahia passou a compreender oito modalidades, inclusive ensino primário elementar e ensino primário superior que, mantidos pelo estado e municípios, seriam desenvolvidos em escolas primárias, escolas reunidas e grupos escolares (BAHIA, 1925, p. 188-189).

chefe. Iniciou-se no serviço público em 1895 como primeiro oficial da secretaria da Assembleia estadual. Antônio Muniz assumiu o governo do estado no dia 29 de março de 1916. Seu mandato (1916-1920). Fonte: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/MUNIZ,%20Ant%C3%B4nio.pdf>.

²⁰ Francisco Marques de Góis Calmon nasceu em Salvador no dia 6 de novembro de 1874, fez seus estudos primários no Colégio Florêncio, na capital baiana, e os estudos secundários no Rio de Janeiro, concluindo-os em Salvador em 1886. Em 1897, foi nomeado fiscal do governo federal junto ao Banco da Bahia e passou atuar na área de economia e finanças. Góis Calmon buscou promover a reorganização administrativa do Estado. O governo Góis Calmon também criou a polícia de carreira, com a exigência de que todos delegados fossem bacharéis, e promoveu a reforma da instrução pública, entre outras ações. Para coordenar a reforma da educação, o governador convidou o jovem advogado Anísio Teixeira. Fonte: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/CALMON,%20Francisco%20Marques%20de%20G%C3%B3is.pdf>

²¹ Anísio Espínola Teixeira nasceu na cidade de Caetité (BA), no ano de 1900. Foi diretor geral de instrução do governo da Bahia entre os anos de 1924 e 1928, período que promoveu a Reforma do Ensino Primário do estado. Fonte: https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/biografias/anisio_teixeira

Já em 1937, o Brasil passava por uma mudança significativa com a instauração do Estado Novo sob a presidência de Getúlio Vargas²². O então presidente outorgou a nova Constituição e garantiu “ao povo brasileiro, sob um regime de paz política e social, as condições necessárias à sua segurança, ao seu bem-estar e à sua prosperidade” (BRASIL, 1937, s/p). Com o decreto do presidente promulgado em 10 de novembro de 1937, “o ensino primário foi estabelecido como obrigatório e gratuito. Contudo, a gratuidade estava ancorada na exigência de uma contribuição módica e mensal para a caixa escolar” (SOARES, 2017, p. 36). No ano seguinte, em 18 de novembro de 1938, foi criada uma comissão para o Ensino Primário, sob o Decreto-lei n.º 868²³, pelo qual o art. 1 estabelecia,

Fica criada, no Ministério da Educação e Saúde, a Comissão Nacional de Ensino Primário, que se comporá de sete membros, escolhidos pelo Presidente da República, dentre pessoas notoriamente versadas em matéria de ensino primário e consagradas ao seu estudo, ao seu ensino ou à sua propagação. (BRASIL, 1938, art. 1º, p. 23163).

Essa comissão foi representada por Gustavo Ambrust (1880-1953)²⁴, Carlos Alberto Nóbrega da Cunha²⁵, Manuel Bergström Lourenço Filho (1897-1970)²⁶, Alberto Ribeiro de Cerqueira Lima, Everardo Backheuser (1879-

²² Getúlio Dornelles Vargas nasceu em 1882, no Rio Grande do Sul, na cidade de São Borja. Em 1907 tornou-se bacharel em Direito, entre os anos de 1926 e 1927 foi deputado estadual e federal, além de assumir a Fazenda do Governo como ministro. Teve na presidência da República por duas vezes (1930-1945) e (1951-1954). https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/getulio_vargas

²³ Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decllei/1930-1939/decreto-lei-868-18-novembro-1938-350829-publicacaooriginal-1-pe.html>.

²⁴ Gustavo Ambrust, nascido em 1880 em Campinas, formou-se em medicina. Com o objetivo de combater o analfabetismo, fundou a “Cruzada Nacional de Educação” no Rio de Janeiro (BARBOSA, 2001).

²⁵ Carlos Alberto Nóbrega da Cunha, nascido no Estado do Rio de Janeiro, embora não encontrar a data de nascimento, encontramos que começou a trabalhar aos 16 anos. Fez carreira simultaneamente como educador no magistério público do Distrito Federal e como jornalista, na imprensa carioca. Na Educação, foi diretor de Curso de Aperfeiçoamento do Distrito Federal, Diretor do Departamento de Educação do Estado do Rio de Janeiro, Superintendente Geral do Ensino Secundário (Ministério da Educação), Diretor da Divisão do Ensino Primário do Ministério da Educação e membro da Comissão Nacional do Ensino Primário. Disponível em: Estado do Paraná (seed.pr.gov.br). Acesso em 01 de jun. de 2021.

²⁶ Manuel Bergström Lourenço Filho (Porto Ferreira, 10 de março de 1897 – 3 de agosto de 1970), nasceu no interior de São Paulo, o primogênito de oito filhos, Manuel Bergström

1951)²⁷(Na Figura 1, em pé, da direita para a esquerda), Maria dos Reis Campos²⁸, Gustavo Capanema (1900-1985)²⁹ e Major Euclides Sarmento³⁰. Apresentamos, na Figura 1, imagem ilustrativa de membros da comissão Nacional de Ensino Primário.

Lourenço Filho teve uma formação marcada pela influência do pai. Iniciou a vida escolar aos seis anos em sua terra natal. Por insistência de seu professor, Ernesto Moreira, matriculou-se no Ginásio de Campinas, mas, devido à família numerosa, o pai teve dificuldade em custear-lhe os estudos, de modo que, ao fim daquele ano, Manoel deixa o Ginásio. Em 1912 retoma os estudos, após obter o primeiro lugar nos exames de admissão para a recém-inaugurada Escola Normal Primária de Pirassununga. E após formar-se como normalista, no ano de 1914, retorna a Porto Ferreira, onde exerceu o magistério, foi um educador e pedagogo brasileiro conhecido sobretudo por sua participação no movimento dos pioneiros da Escola Nova. Foi duramente criticado por ter colaborado com o Estado Novo de Getúlio Vargas. Apesar de ter exercido cargos na administração pública federal – como diretor de gabinete de Francisco Campos (1931), como diretor geral do Departamento Nacional de Educação (nomeado por Gustavo Capanema, em 1937) e como diretor do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (1938-46) –, foi sobretudo um professor e um estudioso de assuntos didático-pedagógicos. Disponível em: Manuel Bergstrom Lourenço Filho (1897 - 1970) - Genealogy (geni.com). Acesso em: 01 de jun. de 2021.

²⁷ Everardo Backheuser foi professor da Politécnic e autor de vários livros, como por exemplo: *Aritmética da escola nova* (1933), *Técnica da pedagogia moderna* (1936) e *como se ensina a Aritmética* (1946). Organizador e diretor do Museu Pedagógico no Distrito Federal, presidente da Confederação Católica Brasileira de Educação. Esteve no Ministério da Educação após os anos de 1930, onde foi presidente da Comissão Nacional de Ensino Primário (GHIRALDELLI JUNIOR, 2016).

²⁸ Professora colaboradora na Reforma de Fernando de Azevedo. Foi superintendente do ensino Primário. “Na administração de Anísio, quando foi criada a Universidade do Distrito Federal, assumiu o cargo de professora chefe da Escola de Educação” (VIDAL; CAMARGO, 1992, p. 414). Informações de data de nascimento e morte não encontradas.

²⁹ Gustavo Capanema Filho nasceu em Pitangui (MG) no dia 10 de agosto de 1900, iniciou seus estudos em Pitangui, transferindo-se em seguida para Belo Horizonte, onde cursou os colégios Azeredo, Arnaldo – dirigido por padres alemães – e o Ginásio Mineiro. Ingressou em 1920 na Faculdade de Direito de Minas Gerais, onde se tornou amigo de Abgar Renault, Mário Casassanta, Gabriel Passos e Emílio Moura, que mais tarde alcançariam renome, quer como escritores, quer como políticos. Junto com esses colegas de faculdade, Capanema formava o grupo conhecido como “os intelectuais da rua da Bahia”, integrado também por Carlos Drummond de Andrade, Milton Campos, João Alphonsus e João Pinheiro Filho. Bacharelou-se em direito em dezembro de 1924.

No ano seguinte, retornou a Pitangui, onde lecionou e advogou até 1929. Ao longo desse período, travou contato com a reforma educacional iniciada por Francisco Campos em sua gestão como secretário do Interior do governo mineiro de Antônio Carlos Ribeiro de Andrada (1926-1930). Ingressou ao mesmo tempo na vida política, elegendo-se em 1927 vereador à Câmara Municipal de Pitangui. Disponível em: GUSTAVO CAPANEMA FILHO | CPDOC - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (fgv.br). Acesso em: 01 de jun. de 2021.

³⁰ Não foram encontradas, durante o desenvolvimento da pesquisa, informações biográficas do Major Euclides Sarmento.

Figura 1- Reunião da Comissão Nacional de Ensino Primário (1939)



Fonte: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC).

Conforme estabelecia o art. 1º, as pessoas escolhidas pelo Presidente da República seriam aquelas que tinham conhecimento sobre o ensino primário. Nessa perspectiva, a elas competiam:

- a) organizar o plano de uma campanha nacional de combate ao analfabetismo, mediante a cooperação de esforços do Governo Federal com os governos estaduais e municipais e ainda com o aproveitamento das iniciativas de ordem particular;
- b) definir a ação a ser exercida pelo Governo Federal e pelos governos estaduais e municipais para o fim de nacionalizar integralmente o ensino primário de todos os núcleos de população de origem estrangeira;
- c) caracterizar a diferenciação que deve ser dada ao ensino primário das cidades e das zonas rurais;
- d) estudar a estrutura a ser dada ao currículo primário bem como as diretrizes que devam presidir a elaboração dos programas do ensino primário;
- e) opinar sobre as condições em que deve ser dado nas escolas primárias o ensino religioso;
- f) indicar em que termos deve ser entendida a questão da obrigatoriedade do ensino primário;
- g) estudar a questão da gratuidade do ensino primário, opinando sobre as contribuições com que as pessoas menos necessitadas são obrigadas a concorrer para as caixas escolares,

bem como sobre o destino a ser dado ao produto destas contribuições;

h) estudar a questão da preparação, da investidura, da remuneração e da disciplina do magistério primário de todo o país (BRASIL, 1938, art. 2º, p. 23163).

Diante das tarefas a serem executadas, percebe-se na alínea d) que, para elaborar os programas do ensino primário, à comissão competia estudar a estrutura curricular e as diretrizes, em outras palavras, a escolha dos conteúdos estava entre os pontos consignados pelo referido decreto. Outro ponto interessante está presente na alínea h), a qual propõe que a comissão estude a preparação do magistério do país. Para dar agilidade ao processo, o art. 4º determinava a reunião da Comissão Nacional, no mínimo, uma vez ao mês até que todos os trabalhos fossem concluídos.

A necessidade de criar uma Comissão Nacional era tão evidente que Gustavo Capanema pontua como justificativa o analfabetismo no país, considerando que o ensino primário ministrado na época “nem sempre se reveste das qualidades essenciais a esta modalidade de educação” (CAPANEMA, 1939, p. 9453). Diante dessa afirmação, recorremos a Chervel (1990), que nos diz que entre programa oficial e realidade escolar há uma defasagem considerável.

Capanema, ainda em 1938, marca um importante episódio no cenário educacional do país, dando início ao seu plano para elaboração de estudos para a Reforma do Ensino Secundário³¹. Em sua gestão como ministro, promulgou, em 9 de abril de 1942, a Reforma que levou o seu nome, também conhecida como a Lei Orgânica do Ensino Secundário, permanecendo até 1961, com apenas um reajuste em 1951 (DASSIE; ROCHA, 2003). Dentre outras finalidades da reforma, estava a de:

Formar, em prosseguimento da obra educativa do ensino primário, a personalidade integral dos adolescentes; acentuar e elevar, na formação espiritual dos adolescentes, a consciência patriótica e a consciência humanística; e dar preparação

³¹ Reforma do Ensino Secundário. Disponível em: Reforma do ensino secundário | CPDOC (fgv.br). Acesso em: 02 jun. 2021.

intelectual geral que possa servir de base a estudos mais elevados de formação especial. (BRASIL, DECRETO-LEI 4.244, art. 1º).

O Decreto-lei n.º 4.244, de 9 de abril de 1942, que estabelecia a Reforma do Ensino Secundário, já mencionado no parágrafo anterior, teve suas finalidades próprias. Já o Decreto-lei n.º 8.529³², de 2 de janeiro de 1946, que diz respeito à Lei Orgânica do Ensino Primário teve como finalidade,

- a) proporcionar a iniciação cultural que a todos conduza ao conhecimento da vida nacional, e ao exercício das virtudes morais e cívicas que a mantenham e engrandeam, dentro de elevado espírito de Naturalidade humana;
- b) oferecer de modo especial, às crianças de sete a doze anos, as condições de equilibrada formação e desenvolvimento da personalidade;
- c) elevar o nível dos conhecimentos úteis à vida na família, à defesa da saúde e à iniciação no trabalho (BRASIL, 1946, art. 1º, 113)

No que se refere às finalidades de ensino: “Seu estudo depende em parte da história das disciplinas” (CHERVEL, 1990, p. 187), este mesmo autor afirma que:

Pode supor que a sociedade, a família, a religião experimentaram, em determinada época da história, a necessidade de delegar certas tarefas educacionais a uma instituição especializada, que a escola e o colégio devem sua origem a essa demanda, que as grandes finalidades educacionais que emanam da sociedade global não deixaram de evoluir com as épocas e os séculos, e que os comanditários sociais da escola conduzem permanentemente os principais objetivos da instrução e da educação aos quais ela se encontra submetida. (CHERVEL, 1990, p. 187).

Para entendermos as finalidades impostas nesse período, vale conhecermos o contexto histórico-político do Brasil no período. Um ano antes desse decreto ser instaurado, o presidente Getúlio Vargas havia renunciado ao cargo e um governo provisório assumiu o poder, sob a regência de José Linhares³³, presidente do Supremo Federal. Foi ele quem decretou a Lei

³² Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-8529-2-janeiro-1946-458442-publicacaooriginal-1-pe.html>

³³ José Linhares (1886-1957) assumiu a presidência quando Getúlio Vargas renunciou ao cargo

Orgânica do Ensino Primário, por meio do ministro da educação, Raul Leitão da Cunha³⁴. O ensino primário teve duas categorias de abrangência: o fundamental e o supletivo. O primeiro ministrado em dois cursos sucessivos: elementar e complementar; e o segundo com apenas um curso: o supletivo.

A estrutura do curso elementar, conforme consta no art. 7º do Decreto-lei n.º 8.529/1946, teria 4 anos e compreendia os conhecimentos descritos no Quadro 3.

Quadro 3 – Estrutura do curso primário elementar

- | |
|---|
| <p>I. Leitura e linguagem oral e escrita.
 II. Iniciação matemática.
 III. Geografia e história do Brasil.
 IV. Conhecimentos gerais aplicados à vida social, à educação para a saúde e ao trabalho.
 V. Desenho e trabalhos manuais.
 VI. Canto orfeônico.
 VII. Educação física</p> |
|---|

Fonte: Decreto-lei n.º 8.529, de 2 de janeiro de 1946, cap. I – art. 7º

Já a estrutura do curso complementar, disposto no art. 8º, de apenas um ano, compreendia as disciplinas e atividades educativas descritas no Quadro 4.

Quadro 4 – Estrutura do curso primário complementar

- | |
|---|
| <p>I. Leitura e linguagem oral e escrita.
 II. Aritmética e geometria.
 III. Geografia e história do Brasil, e noções de geografia geral e história da América.
 IV. Ciências naturais e higiene.
 V. Conhecimentos das atividades econômicas da região.
 VI. Desenho.
 VII. Trabalhos manuais e práticas educativas referentes às atividades econômicas da região.
 VIII. Canto orfeônico.
 IX. Educação física.</p> |
|---|

<p>Parágrafo único. Os alunos do sexo feminino, aprenderão, ainda, noções de economia doméstica e de puericultura.</p>
--

Fonte: Decreto-lei n.º 8.529, de 2 de janeiro de 1946, cap. I, art. 8º

em 29 de outubro de 1945. Fonte: SOUZA, W. A. A República e a história dos presidentes do Brasil. Discovery Publicações.

³⁴ Raul Leitão da Cunha foi reitor da Universidade do Brasil durante o Estado Novo (1937-1945). Foi designado ministro da Educação e Saúde durante o governo de José Linhares, em substituição de Gustavo Capanema. Disponível em: CUNHA, RAUL LEITAO DA | CPDOC - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (fgv.br)

Percebemos nos dois cursos, a presença da matemática como conhecimento básico no ensino primário, sem maiores detalhes no que tange às suas finalidades, identificamos o ensino de aritmética e de geometria. Esse período, década de 1940, é fundada em Valença, Bahia, lócus da pesquisa, o Grupo Escolar Conselheiro Zacarias de Góes. Pretendemos apresentar, no capítulo 3 desta dissertação, como se deu o ensino de matemática nessa instituição diante do cenário político-educacional existente nos limites do recorte temporal. Entendendo que, “não podemos, pois, nos basear unicamente nos textos oficiais para descobrir as finalidades do ensino” (CHERVEL, 1990, p. 191), no entanto, “[...] os textos normativos devem sempre nos reenviar às práticas; mais que nos tempos de calma, é nos tempos de crise e de conflitos que podemos captar melhor o funcionamento real das finalidades atribuídas à escola” (JULIA, 2001, p. 19).

No estado da Bahia, o ensino primário obedecia a programas mínimos e as diretrizes necessárias (SOARES, 2017), os programas eram adotados e adaptados sem alterar os princípios gerais do Decreto-lei n.º 8.529, de 2 de janeiro de 1946. Na década de 1940, Anísio Teixeira ocupou a Secretaria de Educação e Saúde, apresentando, em 1948, um relatório ao então governador, Otávio Mangabeira³⁵, que caracterizava a escola primária da Bahia como “uma escola ineficiente” (BAHIA, 1948, p. 4), reconhecendo-a em falência e desprestígio social, observando que “a obra de recuperação do ensino primário tem de atingir o prédio escolar e seu aparelhamento, o professor e o aluno” (BAHIA, 1948, p. 9).

[...] o ensino público na Bahia, na capital da Bahia, chegou ao ponto de manter mais de cinquenta classes primárias em salas de menos de 12 metros quadrados, sem o menor resquício de mobiliário ou material, que aliás os locais não comportavam, e isto, sem maior escândalo, é que a escola, já se achava em fase final de dissolução, constituindo apenas os remanescentes

³⁵ Otávio Mangabeira nasceu na capital baiana, Salvador, dia 27 de agosto de 1886. Foi deputado federal pela Bahia diversas vezes. Integrou ao corpo docente da Escola Politécnica da Bahia em 1906. Fonte: MANGABEIRA, OTAVIO | CPDOC - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (fgv.br)

simbólicos que uma sociedade em decadência guarda, enquanto tais símbolos pagam os que os conservam. (BAHIA, 1949, p. 4).

Essa realidade de lacunas e ineficiência no ensino público do estado se manteve nos anos seguintes, no entanto, com a Lei Orgânica de 1961, o ensino primário do país sofreu alteração com a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)³⁶. No entanto, no que tange à estrutura de ensino “A LDB de 1961 mantinha a estrutura do ensino primário em 4 anos podendo estender-se até 6 anos de duração e do ginásio com duração de 4 anos, o qual o aluno só poderia cursar mediante o curso de admissão” (QUEIROZ, 2013, p. 21037).

Além disso, a LDB de 1961 buscava contemplar, como finalidade do ensino primário “o desenvolvimento do raciocínio e das atividades de expressão da criança” (BRASIL, 1961, art. 25), porém “[...] apesar de proclamar um discurso democrático, o ensino público primário permaneceu sem uma reforma legislativa que trouxesse benefícios reais à escola” (SOARES, 2017, p. 45).

No entanto, com a instauração do Golpe Militar, em 1 de abril de 1964, o ensino passou por novos conflitos e os Grupos Escolares foram, então, extintos pela Lei n.º 5.692/71. Para Queiroz (2013),

O Ensino de 1º grau, a partir da lei nº 5692/71, ampliou a obrigatoriedade de 4 para 8 anos, com no mínimo 720 horas de atividades anuais, uniu o antigo ensino primário ao ginásio, e incorporou às séries finais a iniciação para o trabalho e a sondagem de aptidões, que passam a ter um lugar importante nas discussões em todos os âmbitos: Municipal, Estadual e Federal. (QUEIROZ, 2013, p. 21037).

Apesar de o ensino de matemática no primário não apresentar mudanças significativas, a educação passava a ser privatizada, gerando uma

³⁶ “A primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional foi debatida e elaborada no contexto de redemocratização do país logo após a queda do Estado Novo (1937-1945). Foi promulgada somente em 1961, com o n.º 4.024, e duas vezes reformulada: pela Lei n.º 5.692/1971 e pela Lei n.º 9.394/1996”. Fonte: LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL (LDBEN) | CPDOC - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (fgv.br). Acesso em 02 de jun. de 2021.

exclusão de acesso das classes populares e ainda, a “institucionalização do ensino profissionalizante, tecnicismo pedagógico e desmobilização do magistério através de abundante e confusa legislação educacional” (GHIRALDELLI JUNIOR, 1994, p. 163).

[...] o Regime punia os professores, alunos e/ou funcionários de instituições educacionais, que agissem contrário a esse pensamento. A Universidade de Brasília (UnB) exemplifica bem esse fato. Por três vezes ocupada por tropas militares, sendo a primeira invasão em 9 de abril de 1964, teve seu reitor, Anísio Teixeira, destituído de suas funções, sendo substituído. (SOARES, 2017, p. 49)

Vale salientar que a oposição entre educação e instrução intervém em cada época por meio de abstruso (CHERVEL, 1990). Com efeito, por vinte e um anos, durante o período da Ditadura Militar, a educação deixou algumas marcas, como por exemplo, a junção do Primário e do Ginásio, “essa escola reuniria, em realidade, culturas profissionais historicamente diferenciadas – os professores primários e os professores secundaristas” (SOUZA, 2008, p. 268).

No que se refere ao 1º grau, o art. 20, do capítulo II da lei, determinava:

Art. 20. O ensino de 1º grau será obrigatório dos 7 aos 14 anos, cabendo aos Municípios promover, anualmente, o levantamento da população que alcance a idade escolar e proceder à sua chamada para matrícula. Parágrafo único. Nos Estados, no Distrito Federal, nos Territórios e nos Municípios, deverá a administração do ensino fiscalizar o cumprimento da obrigatoriedade escolar e incentivar a frequência dos alunos. (BRASIL, 1971)

Para o 2º grau, o art. 21 do capítulo II, previa,

Art. 21 O ensino de 2º grau destina-se à formação integral do adolescente. Parágrafo único. Para ingresso no ensino de 2º grau, exigir-se-á a conclusão do ensino de 1º grau ou de estudos equivalentes. (BRASIL, 1971)

Em relação à formação de professores era previsto no capítulo V:

Art. 29. A formação de professores e especialistas para o ensino de 1º e 2º graus será feita em níveis que se elevem progressivamente, ajustando-se as diferenças culturais de cada região do País, e com orientação que atenda aos objetivos

específicos de cada grau, às características das disciplinas, áreas de estudo ou atividades e às fases de desenvolvimento dos educandos. (BRASIL, 1971)

Para exercer a função do magistério no 1º grau, correspondente a 1ª e 4ª séries do primário, era exigida a habilitação mínima do 2º grau (BRASIL, 1971, cap. V, art. 31).

Diante do exposto, percebemos que as iniciativas de reformas do ensino público configuram o cenário político-educacional do estado da Bahia e, portanto, é relevante para compreendermos, de acordo com o projeto guarda-chuva já mencionado, esse processo de internacionalização, institucionalização e profissionalização da escola primária.

CAPÍTULO 2

UM POUCO DA HISTÓRIA DE VALENÇA-BAHIA

A Bahia é o estado mais antigo do Brasil, considerado o maior do nordeste brasileiro, possui 417 municípios e dentre estes está Valença, localizada no Baixo Sul da Bahia e tem uma extensão territorial de $1123,975 \text{ km}^2$, dista da Capital, Salvador, aproximadamente, 123 km via Ferry Boat e 270 km via BR 101 (IBGE, 2020). A Figura 2 apresenta o mapa do estado da Bahia, indicando a localização do município de Valença.

Figura 2 - Mapa do estado da Bahia



Fonte: IBGE (2020)

Em Oliveira (2009) e em dados presentes no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)³⁷, identificamos que, por ocasião da chegada dos portugueses ao Brasil, a cidade de Valença, em que vivemos hoje, era habitada por nativos. O rei de Portugal, D. João III, dividiu o Brasil em Capitânicas Hereditárias e a região que hoje pertence à cidade valenciana pertencia à

³⁷ Fonte: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/valenca/panorama>

Capitania de Ilhéus, cuja jurisdição era vinculada a Vila Nossa Senhora do Rosário de Cairu e sob a administração de Sebastião de Pontes³⁸.

A região da atual Valença foi marcada por fortes embates entre nativos e portugueses a partir de 1535. Sabe-se que a costa brasileira sempre foi habitada por nativos até a chegada dos povos europeus ao Brasil.

No entanto, a ocupação da Terra do Una sofreu diversos conflitos em consequência de como se dava o domínio português, tanto no aspecto geográfico quanto dos indígenas. Havia dois grupos nativos habitando a referida região, eram eles: os Tupinambás, do tronco linguístico tupi-guarani, e os Aimorés, do grupo macro-jê, comumente chamado de tapuia. Entre períodos mais acirrados e outros mais brandos, o último conflito durou cerca de 170 anos, quando a relação dos portugueses e índios foi se modificando, (OLIVEIRA, 2009).

As relações entre os índios e os portugueses só se modificaram quando Álvaro Rodrigues [...] prendeu e submeteu uma índia aimoré a um processo de aculturação em que lhe ensinaram a língua tupinambá e aprenderam a sua língua, ensinaram aspectos da fé cristã e promoveram o seu batismo, dando lhe nome de Margarida. (OLIVEIRA, 2009, p. 41)

Ao que tudo indica, esse é o primeiro registro de ensino na história de Valença. Com efeito, houve uma troca de saberes com o objetivo de conquistar as terras de Valença, considerando que a referida índia foi instruída com costumes e elementos portugueses a fim de conscientizar seu povo e cessar a hostilidade existente entre os portugueses e aimorés/tapuias.

Ainda em Oliveira (2009), no ano de 1799, havia um progresso considerável no desenvolvimento tanto econômico quanto populacional do povoado de Una, em decorrência disso o Desembargador e Ouvidor da Comarca de Ilhéus Baltazar da Silva Lisboa enviou uma proposta para elevar a categoria de povoado para vila.

³⁸ Fidalgo Sebastião de Pontes era sesmeiro, possuía engenhos na região da atual Valença e no Recôncavo baiano, era considerado arrogante que se autodenominou “Rei de Una”, considerado um ato “crime de lesa majestade” pela Constituição Portuguesa. (OLIVEIRA, 2009)

Anos depois, por meio da Carta Régia, de 23 de janeiro de 1799, foi determinada a criação da vila Nova Valença do Santíssimo Coração de Jesus desmembrando-se do município de Cairu, essa ação permitiu a construção da igreja com esse mesmo nome.

Valença ainda recebeu o nome de Industrial cidade de Valença, por meio da Resolução n.º 368, de 10 de novembro de 1849, quando a cidade recebeu a visita do Imperador do Brasil, D. Pedro II, época em que foi inaugurada a segunda indústria de tecido, a primeira havia sido inaugurada em 1847. A indústria, denominada fábrica de Todos os Santos, surgiu a partir de um projeto industrial, financiada na época por três importantes comerciantes³⁹ de Salvador.

No ano de 1844, quando iniciou a construção da fábrica de tecidos de Valença, o Governo do Império decretou a tarifa Alves Branco, que taxava os tecidos importados para o Brasil, viabilizando competitivamente a produção nacional. [...] A Todos os Santos foi a primeira fábrica do Brasil, a produzir tecidos finos. Era considerada a maior obra de engenharia de sua época. (OLIVEIRA, 2009 p. 11-13)

Ainda para esse autor, a fábrica de Todos os Santos “proporcionava educação primária” (OLIVEIRA, 2009, p. 20-21) aos seus operários e operárias, realizava ações sociais e, por isso: “A Todos os Santos, durante seu período de produção, foi a mais importante fábrica de tecidos do Império” (OLIVEIRA, 2009, p. 27).

Valença tem uma história marcada por importantes construções, como a Igreja de São Gens (1550), considerada a primeira da região, construída por Sebastião de Pontes; a Igreja de Nossa Senhora do Amparo (1750), reformada em 1799, com um estilo barroco, pelo missionário Frei Bernardino de Milão; a Igreja de Nossa Senhora do Desterro (1757), na BA-001, atual povoado de Cajaíba; conjunto de sobrados⁴⁰, na atual Praça da República, construídos entre os séculos XVIII e XIX, com mesmo padrão de três pavimentos; a Igreja do

³⁹ Antônio Francisco de Lacerda (português, naturalizado brasileiro); John Smith Gillmer (norte-americano) e Antônio Pedroso de Albuquerque (traficante de escravos da época). (OLIVEIRA, 2005)

⁴⁰ No período de realização desta pesquisa, restam somente três dos sobrados.

Sagrado Coração de Jesus (1800); Casa residencial onde nasceu o Conselheiro Zacarias de Góes e Vasconcellos, construída em 1807, situada na então Praça Dois de Julho; o prédio da Câmara Municipal (1822), a Santa Casa de Misericórdia de Valença (1860) inicialmente com capacidade para 50 enfermos, dentre outros.

Em 1860, foi inaugurada outra fábrica de tecidos, denominada Fábrica Nossa Senhora do Amparo, a qual existe até os dias de realização desta pesquisa, com a denominação Companhia Valença Industrial, situada à margem direita do Rio Una⁴¹, com um prédio arquitetônico histórico do tipo neoclássico. Valença, no referido período, apresentava um considerável crescimento populacional e econômico e, por volta de 1811, através de uma decisão do governador da Bahia, D. Marcos de Noronha e Brito, a cidade recebeu a escola de primeiras letras, aspecto relevante para compreendermos historicamente a educação de Valença, (OLIVEIRA, 2009)

Com a ascensão da cidade de Valença, em 21 de janeiro de 1860, o Imperador D. Pedro II visitou Valença, e na sua agenda visitou também 3 escolas.

Em 1888, Valença possuía boas praças, ruas calçadas, hotéis, bons sobrados, comércio ativo, iluminação elétrica, duas fábricas de tecidos, uma fundição de ferro e bronze, duas madeireiras movidas a vapor, bonde e troles entre as duas fábricas, uma eclusa chamada de Caldeira, a primeira que se construiu no Brasil, quatro olarias, dois estaleiros onde se construam embarcações de grande calado, quatro chafarizes e encanamento de água potável, com tubos de ferro para a população em muitas casas particulares [...].” (OLIVEIRA, 2009, p. 88)

O campo historiográfico da História Cultural, vertente histórica defendida por Chartier (2002), nos implica à reflexão de práticas e representações partilhados por inúmeros grupos sociais que caracterizam uma cultura que não se limita apenas aquelas consideradas intelectuais ou literárias

⁴¹ Antes, denominado pelos índios, Rio Tinharea, passou a ser chamado por Rio Una cujo significado é “negro ou escuro”. (OLIVEIRA, 2009)

“mas sim para designar toda historiografia que se tem voltado para o estudo da dimensão cultural de uma determinada sociedade historicamente localizada” (BARROS, 2005).

Com efeito, a cidade de Valença caracteriza múltiplas transformações culturais, sociais e políticas durante sua história. A instalação da primeira Câmara com seus vereadores marca historicamente a emancipação política da cidade que foi nomeada Valença em homenagem ao ex-governador D. Afonso Miguel de Portugal e Castro, quarto Marquês de Valença, natural da cidade Portuguesa de Valença (OLIVEIRA, 2009). Este autor ainda relata outro fato marcante na esfera educacional do município com o surgimento das primeiras Leis Orgânicas também conhecidas como Posturas Municipais estabelecendo “como símbolo da independência e solidariedade do município” (2009, p. 59). Valença foi destaque em vários aspectos no fim do século XIX, cenário considerado o auge do seu desenvolvimento. Em 1883 recebeu o sistema de água tratada fornecido pela empresa aquífera da Companhia Valença Industrial (CVI), no ano seguinte recebeu o sistema de iluminação pública pela mesma empresa, destacou-se na saúde ganhando, em 3 de setembro de 1860, a Santa Casa de Misericórdia, dispondo de duas enfermarias e com capacidade para 50 enfermos. Em 1888, a cidade se desenvolvia de forma considerável, diante disso houve mudanças no sistema de transporte que inicialmente era marítimo e passou a ser ferroviário e, em seguida, rodoviário.

2.1. Valença no período Republicano

Com a Proclamação da República, em 15 de novembro de 1889, findou a Monarquia Constitucional e iniciou o presidencialismo no Brasil. Esse período marca transformações de ordem política, econômica e social do país, onde os símbolos nacionais eram reverenciados e a esperança de um regime consolidado era alimentado pelos republicanos. No entanto, “A República foi, acima de tudo, resultado de uma cisão da classe dominante que se configurou ao longo do Segundo Reinado” (PATTO, 1999, p. 167)

O município de Valença, pelo recenseamento de 1890, possuía 21.957 habitantes e, com a queda da monarquia, a cidade se retirou do apogeu econômico e passou por um período longo de declínio, por outro lado, ganhou algumas mudanças significativas como a chegada do sistema de transporte, que antes era apenas marítimo; foi constituído o Conselho Municipal; recebeu a ponte que interliga o centro da cidade ao bairro São Félix, antes feito por canoas e barcos, a ponte abria para permitir a passagem de barcos para a Companhia Valença Industrial; surgimento de jornais; ampliação de bairros; e diversos intendentess assumiram a Prefeitura da cidade.

No ano de 1919, na gestão do engenheiro Raul Malbouisson, a Companhia Valença Industrial (CVI), iniciou a construção das primeiras 143 casas da Vila Operária para os seus funcionários, constituindo-se num dos primeiros projetos habitacionais do país. A Vila Operária foi inaugurada em 1922. Eram prédios confortáveis providos de sanitários, com os respectivos esgotos, água potável e ótima iluminação elétrica. (OLIVEIRA, 2009, p. 102)

A gestão da Companhia Valença Industrial (CVI), ainda nessa época, ofereceu aos operários da Vila escola gratuita e creche para seus filhos.

Por meio das leituras, foi possível perceber que a cidade de Valença vivenciou transformações em diversas esferas ao longo do seu contexto histórico, tanto no âmbito político regional quanto no âmbito político nacional. Na condição de historiadores, é impossível constatar os fatos que estamos estudando, estamos nos esforçando para reconstruir a história, visto que “o passado é por definição, um dado que nada mais modificará. Mas o conhecimento do passado é uma coisa em progresso, que incessantemente se transforma e aperfeiçoa” (BLOCH, 2001, p. 75).

O período da Primeira República foi também marcado pela difusão do ensino gratuito, pela necessidade de instruir a população e construir escolas (SOUZA, 1998). Assim, em 1924, Valença oferecia ensino por meio de 19 escolas, sendo 9 municipais, 9 estaduais e 1 particular, no mesmo ano foi aprovada a Lei 94, de 6 de junho, que determinava os vencimentos dos professores municipais acrescido de gratificações. Em 1930, foi criada a

primeira escola de Serra Grande (zona rural do município), através da Lei de n.º 115/1925.

Para Oliveira (2009), em 1937 um fato importante marca a educação do município, pois, conforme o que previa o Plano Nacional de Educação, os professores leigos recrutados pelos governos receberiam formação para educar crianças de todo território nacional.

2.2 Valença entre as décadas 1940 e 1982

As mudanças e transformações sociais, frutos da expansão urbana e da indústria provocaram embates e instabilidades políticas e econômicas no país nesse período. Surgiram, portanto, vários movimentos e discussões sociais, trabalhistas e educacionais, como as reformas de ensino, os sindicatos e as greves.

O município de Valença expandiu em alguns segmentos na década de 1940, principalmente no setor alimentício. Isso se deve ao fato de a região ter como uma das principais fontes geradoras de renda, a agricultura. Conhecida também como a cidade do Dendê, que por muito tempo foi a riqueza do município com uma produção de 16 mil toneladas anuais aproximadamente. A economia do valenciano na época também se dava pelo cultivo do cravo-da-índia, mandioca, pimenta-do-reino, pela pesca, turismo e comércio.

Foi construído, no período investigado pela da pesquisa, 34 km de pavimentação asfáltica – ligando Valença à BR 101 –, a rodoviária da cidade, inúmeras escolas urbanas e rurais (municipais, estaduais e técnicas), grupos escolares, bibliotecas, aeroporto, a ponte de concreto, cinema, teatro municipal, dentre outros.

2.2.1 Atrações turísticas e Naturais

A cidade de Valença é conhecida também por seus encantos naturais. Na época do recorte temporal desta pesquisa, os registros mostram que ela se destacava por seu cenário turístico. Conhecida como a região da Costa do Dendê, abriga praias e heranças arquitetônicas desde o século XVIII. Por meio

do Cais, tem-se acesso às ilhas de Tinharé, como o Morro de São Paulo, Boipeba, Garapuá, dentre outras.

Dentre as atrações turísticas existentes em Valença, no período de 1948 e 1982, podemos citar a Igreja do Sagrado Coração de Jesus, conforme Figura 3.

Figura 3- Igreja Matriz do Sagrado Coração de Jesus: Valença- BA



Fonte: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca>

A Igreja está situada numa elevação no centro da cidade, construída no Século XIX, possuindo, até a data desta pesquisa, grande valor arquitetônico. São também locais de interesse turístico: o Fórum Gonçalo Porto de Souza, que é o prédio residencial em que nasceu o Conselheiro Zacarias, sendo que em 2021, continuava situado no centro da cidade, no entanto, só funcionou o Fórum de Valença no período de recorte desta pesquisa; o Conjunto de Sobrados Coloniais construídos no Século XIX, os prédios arquitetônicos eram situados na Praça da República um ao lado do outro, apresentando uma arquitetura colonial; outro ponto turístico da época que podemos mencionar é o Prédio da Câmara Municipal de Valença, antiga residência do Comendador Madureira, localizada em frente ao Rio Una, um dos mais belos monumentos

históricos da cidade; e ainda o Teatro Municipal, construído em 1910, era o único no interior da Bahia que possui poltronas acolchoadas, situado na Praça da República, costumava ter apresentações semanalmente, (OLIVEIRA, 2009).

Além das atrações turísticas, Valença dispõe de uma riqueza natural desde seus primórdios, uma dessas atrações, que recebia visitas de nativos e turistas, entre 1948 e 1982, era o Parque Ecológico do Candengo, situado a 5 km do centro de Valença, com cachoeiras, mata atlântica e a 1.ª hidroelétrica da Bahia. Outras belezas naturais que continuam recebendo visitas no nosso município é a Praia de Guaibim, situada à 17 km do centro da cidade, extensa praia com barracas típicas e hotelaria servindo frutos do mar; a Praia de Ponta do Curral, considerada excêntrica e um paraíso da cidade, dá acesso marítimo do Cais de Valença; a Praia do Taquary, praia sossegada, com uma beleza única, boa para caminhar, situada após a praia de Guaibim; e ainda a Serra do Abiá, situada à aproximadamente 42 km da Sede, possui cerca de 900 m permitindo a prática de vôos livres, é o ponto mais alto de Valença.

Além destes, outros atrativos turísticos e naturais pertenciam à cidade de Valença na época, muitos já não existem neste período de realização da pesquisa. Desta forma, a expansão das cidades se constitui em arquivos urbanos, tornando uma “verdadeira identidade coletiva, comunitária” (LE GOOF, 2013, p. 412).

Neste aspecto, sobre a expansão e o desenvolvimento da cidade, as entrevistas contribuíram com esse entendimento, a partir das percepções e memórias dos participantes da pesquisa que recordaram a instalação do primeiro Teatro Municipal da cidade, este oferecia apresentações de artistas locais e regionais, peças teatrais, filmes nacionais, dentre outros.

Ali era o primeiro cinema de Valença, né? Então, no teatro aqui, eu me lembro que a gente ia, frequentava, tinha peças também [...] as peças a gente não tinha interesse, garoto não tinha, tinha mais interesse em ir pro filme, assistir o filme, filme de Faroeste [...] a gente até zelava de lá também. (NALDO, 01-09-2021)

Outro participante, que vivenciou sua infância na década de 1950, afirmou que nem sempre tinha dinheiro para frequentar o teatro e assistir aos filmes, mas, havia um senhor vizinho a sua casa que o levava para ler a legenda dos filmes (JOÃO, 02-09-2021), com isso ele aproveitava bastante. Considerado de classe baixa, é possível perceber no seu relato que as atrações da época nem sempre eram gratuitas, no entanto, sempre que possível, havia oportunidade de frequentá-las. A renda da população valenciana na época dependia do comércio, da pesca e da agricultura.

Chartier (2017, p. 31) nos alerta da importância de construirmos “um discurso como representação e explicações adequadas da realidade que foi”. Com efeito, partindo das fontes que dispomos, a relação entre história e memória pode contribuir para “uma representação adequada da realidade que foi e já não é” (CHARTIER, 2017, p. 24) na cidade de Valença.

2.2.2 Principais Eventos da Época

A conjuntura do país a partir da década de 1940, especialmente entre as décadas de 1950 e 1960, passava por mudanças que ganhavam ênfase na cultura popular (CATENACCI, 2001). No que se refere aos eventos da época, a cidade de Valença era bastante movimentada e cheia de tradições. O aniversário da cidade, que acontece em 10 de novembro, recebia grandes atrações e realizava concursos de Fanfarras, a cidade iniciava os festejos desde o início do mês, devido à comemoração da padroeira de Valença no dia 8 de novembro.

Das tradições a esses festejos da época estavam as novenas e a lavagem da Igreja do Amparo, as comemorações juninas, a Micareta, o Festival do Camarão, o Dois de Julho, dentre outros. Nesse sentido, um dos participantes da pesquisa relatou sobre um dos festejos:

Era uma época muito boa, muito boa mesmo que a gente tinha o prazer, quando chegava em abril já estava todo mundo pensando que geralmente a Micareta aqui era no início de maio. [...] os maiores trios elétricos tocaram aqui em Valença nas Micaretas, cada ano vinha um diferente, e... matérias de brincadeiras [...] teve a Escola de Samba Nega Maluca de Nazaré das Farinhas e os Orientais, que foi eu quem trouxe de Santo Antônio pra cá. (JOÃO, 02-09-2021)

A noção de cultura se constitui a partir da linguagem e das práticas discursivas da vida social, pois, “Comunicar é produzir Cultura” (BARROS, 2005, p. 127). Dessa forma os principais eventos da cidade eram refletidos nas tradicionais festas religiosas; nos atos cívicos, a exemplo do Dois de julho⁴² em que havia desfiles, participação de carros alegóricos e blocos estilizados no intuito de simbolizar as lutas travadas para a consolidação da Independência; na comemoração do aniversário da cidade que a programação atraía moradores e turistas.

2.3 Contexto Educacional de Valença

Valença possui uma extensão territorial significativa e percebemos, por meio das leituras que o número de escolas sempre foi expressivo. Em 1956, consta no livro “Valença: dos primórdios a contemporaneidade” de Edgar Oliveira que havia em todo município 22 escolas estaduais, 28 municipais (das quais 15 estavam na zona rural) e 10 particulares.

A administração municipal que governou na época desenvolvia algumas ações no intuito de melhorar a educação da cidade. O Grupo Escolar era referência na cidade e buscava atender o ensino primário. A arquitetura do Grupo Escolar Conselheiro Zacarias é um dos patrimônios tombados pelo município de Valença. No início do ano de 2021 a Secretaria de Educação do Estado da Bahia, por meio do Núcleo Territorial de Educação 06, iniciou a reforma do prédio histórico.

Os grupos escolares foram projetados não apenas para levar a uma “maior economia” como também para obedecerem a certas exigências em relação a “condições higiênicas e pedagógicas” (FARIA FILHO, 1998, p. 149). Ainda para esse autor, era necessária uma postura à ordem escolar, o espaço dos pátios dos grupos escolares representavam um papel importante nesse sentido, pois, significava cumprir limites de espaço-corporal, a transição de

⁴² Na Bahia, a Independência do Brasil é comemorada em 2 de julho.

meninos e meninas durante o recreio, dar visibilidade às mais distintas funções do espaço, separar a escola da rua, garantir a segurança, delimitar a circulação, dentre outros, uma realidade bem diferente das escolas isoladas⁴³ da época.

Uma ex-estudante do então Grupo Escolar Conselheiro Zacarias e professora do Estado no município, participante da pesquisa, relatou que no início da década de 1960 havia muitas escolas isoladas funcionando em casas particulares sem os elementos básicos de funcionamento.

Então foi assim, dezembro formar, janeiro concurso, março em sala de aula já nomeada. A minha escolinha, uma gracinha, minha escola é assim.... no caminho do Amparo [...] então era uma sala de família, tinha dois lances a casa e uma sala maior, essa sala era a minha escola Ana Caltar Loureiro uma boa professora aqui de Valença. [...] bom, então, você veja bem minha filha, oh, esta sala tinha só trinta carteiras duplas [...] aí...não tinha banheiro, não tinha água encanada, bom, a gente tinha um pote que eu botava enxofre em pedra e carvão mineral para poder segurar as impurezas da água, né E comprava água na mão de Porfírio que era um senhor que [...] ele vendia água, tirava [...] de uma nascente. As crianças quando queria ir, tinha que ir no quintal, professora eu preciso ir no quintal (risos). (JOANA, professora a partir do final da década de 1960)

Essa entrevistada relatou que começou sua prática docente aproximadamente no final da década de 1960. Para entendermos a história da educação de Valença e suas prerrogativas, precisamos analisar sob a luz da promulgação e legislação baiana por meio dos decretos, leis e Atos que regiam e legitimavam a educação. Vimos, no capítulo anterior, que a primeira Constituição da Bahia foi homologada em 1891, no início da Primeira República e, nos anos seguintes, outras leis foram decretadas prevendo melhorias e reformas no ensino e na formação.

Na década de 1960, foi promulgada a Lei Orgânica do Ensino que previa a obrigatoriedade do Ensino Primário a toda criança entre sete e doze anos; condições mínimas para o funcionamento dos estabelecimentos de ensino e

⁴³ As escolas isoladas eram unidades de funcionamento de ensino, compostas por aulas avulsas ministrada nas próprias residências dos mestres. (VIEGA; GALVÃO, 2012)

instalações satisfatórias (BAHIA, 1961). No entanto, esses são alguns aspectos da escola pública, porém os pormenores não saem do papel em tempo necessário, por vezes nem chegam a alguns lugares.

Apesar do exposto, Valença apresenta, nos registros oficiais encontrados e em registros da história da cidade, uma expressão considerável no número de escolas a partir da década de 1970, como construção de prédios escolares, grupos escolares, escolas municipais no perímetro urbano e rural, além das ampliações e restaurações por meio de convênio entre prefeitura e Secretaria de Educação e Cultura do Estado. Identificamos que em 1980, o município possuía 35 escolas do primeiro grau, sendo 16 na zona urbana e 19 na zona rural, totalizando um número de 4210 matrículas nesse nível de ensino (OLIVEIRA, 2006).

No ensino secundário, o Centro Educacional de Valença (CENEVA) oferecia cursos de contabilidade, magistério e básico a 714 estudantes, na década de 1950, um médico reconhecido na cidade, por nome de Mustafá Rosemberg de Souza iniciou, juntamente com os professores Araci Carvalho e Wilson Caetano, a criação do curso de Contabilidade, transformando o Colégio Normal de Valença em um Centro Educacional de Valença (CENEVA). Além disso, a cidade contava com cursos de formação técnica oferecida pela Escola Média de Agropecuária Regional da CEPLAC (EMARC). A alfabetização de 1550 estudantes nas zonas rural e urbana da época era responsabilidade do Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL)⁴⁴.

Uma ação marcante aconteceu em 1961, quando, na gestão de Dr. Heitor Guedes de Melo, foi sancionada a Lei n.º 535 de dezembro do mesmo ano, o Estatuto dos Funcionários Públicos Municipal, tal ato garantiu aos professores o reconhecimento docente e sua efetivação. Nas décadas seguintes a Câmara aprovou diversas leis que estabeleceram o Plano de Cargos e Salários dos Professores (PCCR) (VOLMERI, 2011).

⁴⁴ O Mobral foi um programa criado pelo governo federal na tentativa de erradicar o analfabetismo do país. Fonte: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/movimento-brasileiro-de-alfabetizacao-mobral>

Na década de 1980, na cidade de Valença, a primeira escola de jurisdição federal foi instalada, a então conhecida Escola Média de Agropecuária Regional da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (EMARC)⁴⁵, mediada pela Comissão Executiva do Plano de Lavoura Cacaueira (CEPLAC). A escola oferecia curso de nível médio na área agropecuária. No período que realizamos esta pesquisa, no local funciona o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano (IF Baiano), oferecendo curso integrado⁴⁶ e cursos de Pós-Graduação. O período que corresponde ao recorte temporal da pesquisa, havia no município três bibliotecas com uma significativa quantidade de exemplares (OLIVEIRA, 2009).

No próximo capítulo, dedicamos a contar a história do Grupo Escolar Conselheiro Zacarias de Góes e do ensino de Matemática, enquanto modalidade de Grupo Escolar entre 1948 e 1982. O Grupo, fundado em 1948, foi o primeiro Grupo Escolar no município e só a partir de 1982 passou a ser Escola Estadual Conselheiro Zacarias, por meio da IV Portaria, n.º 2984 de 19 de março do referido ano. Apesar da mudança na nomenclatura, encontramos nos documentos escolares dos anos seguintes e no próprio prédio o nome inicial dado à Instituição, ou seja, até a sua extinção foi conhecido como Grupo Escolar.

⁴⁵ Ver mais em: <https://www.ifbaiano.edu.br/unidades/valenca/historico/>

⁴⁶ Curso Técnico integrado ao Ensino Médio.

CAPÍTULO 3

GRUPO ESCOLAR CONSELHEIRO ZACARIAS E O ENSINO DE MATEMÁTICA (1948-1982)

A partir de 1930, começaram a surgir de forma expressiva os grupos escolares no estado da Bahia, por meio da Lei n.º 190 de 3 de agosto que determinava a criação de mais de 370 escolas primárias, sendo a maioria, no interior. Na década de 1940, período no qual é instalado o primeiro grupo escolar em Valença, mais de 20 escolas estaduais e municipais existiam na cidade (OLIVEIRA, 2008). Até o momento, não há informações oficiais que justifiquem a chegada do Grupo Escolar Conselheiro de Góes à Valença, considerando que já havia outras escolas no município, no entanto, Faria Filho (1998) salienta que a educação primária naquele período passava por importantes reformas e a construção de espaços próprios para os grupos escolares como educação escolar, era uma importante novidade.

3.1 Grupo Escolar Conselheiro Zacarias de Góes

Construído na década de 1940, o prédio encontra-se a Rua Conselheiro Ferraz, centro da cidade de Valença do estado Bahia. A estrutura inicial do prédio manteve-se sem sofrer grandes mudanças, apenas reformas durante seu funcionamento, a exemplo da reforma de 1991, no governo de Antônio Carlos Magalhães.

O início do funcionamento do Grupo Escolar Conselheiro Zacarias data de 1948, sendo, portanto, a primeira Escola Estadual do município de Valença, tendo então, um valor histórico e afetivo para a comunidade.

Identificamos na fala dos colaboradores da pesquisa que o estabelecimento se tornou modelo de ensino e organização no município. O prédio, localizado no centro de Valença, expressa uma estrutura física singular, quatro salas de aula amplas e ventiladas, com várias janelas compridas e pátios no seu interior, funcionou como grupo entre o período de 1948 e 1982. A Figura 4 apresenta a estrutura externa do Grupo.

Figura 4- Imagem Ilustrativa do Grupo Escolar Conselheiro Zacarias (sem data)



Fonte: Acervo do participante da pesquisa (NALDO, estudante da década de 1970)

Os grupos escolares do interior dos estados se localizavam “no centro do núcleo urbano ou em suas imediações, ocupando na trama urbanística um lugar de destaque [...]” (SOUZA, 1998, p. 126).

Os grupos escolares, na sua maioria, eram construídos a partir de plantas-tipo em função do número de alunos, em geral 4, 8 ou 10 classes [...]. Edificados simetricamente em torno de um pátio central [...]. O convívio com a arquitetura monumental, os amplos corredores, a altura do pé-direito, as dimensões grandiosas de janelas e portas, a racionalização e a higienização dos espaços e o destaque do prédio escolar com relação à cidade que o cercava visava incutir nos alunos o apreço à educação racional e científica, valorizando uma simbologia estética, cultural e ideológica constituída pelas luzes da República (FARIA FILHO; VIDAL, 2000, p. 25).

Os espaços foram pensados necessariamente para adotar o ensino seriado, facilitar a inspeção escolar e favorecer o método intuitivo. Tal método foi significativo, pois foi uma tentativa de mudança na organização do ensino e na execução do trabalho docente, cujo intuito era mudar as formas tradicionais de lidar com o ensino e o conhecimento da época (SOUZA, 1998). Como espaço escolar interligado a uma cultura no mundo urbano, “os grupos escolares deveriam significar [...], a criação de uma nova cultura escolar que

evidenciasse, simbólica e materialmente, a vinculação da escola com o mundo secular, público e urbano” (FARIA FILHO, 1998, p. 148).

O Grupo Escolar recebeu o nome de Conselheiro Zacarias em homenagem ao valenciano Zacarias de Góes e Vasconcellos⁴⁷ que durante sua vida deixou contribuições na educação em sua breve passagem como professor e na política por muitos anos, assumindo diversas cadeiras no estado da Bahia, Minas Gerais e outros.

3.1.1 Zacarias de Góes e Vasconcellos⁴⁸

O valenciano Zacarias de Góes e Vasconcellos (Figura 5) nasceu em 15 de novembro de 1815, na sua residência natal em Valença, interior da Bahia. Em sua trajetória de vida desempenhou várias funções e assumiu diversas cadeiras na política, “[...] foi Conselheiro do Império, Senador, presidiu as províncias do Piauí [...] Sergipe [...] e do Paraná foi o autor do livro intitulado ‘Da Natureza e Limites do Poder Moderador’ considerado um clássico do liberalismo” (OLIVEIRA, 2009, p. 70), teve três mandatos como Deputado e 14 anos como Senador.

Figura 5- Imagem Ilustrativa do Conselheiro Zacarias de Góes e Vasconcellos



Fonte: Ferrovia 130 anos | Gazeta do Povo

⁴⁷ O nome do Grupo Escolar pesquisado, consta nos documentos da pesquisa Conselheiro Zacarias, diferente do nome completo do homenageado, a saber: Zacarias de Góes e Vasconcellos.

⁴⁸ **Falecimento:** 29 de dezembro de 1877, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro

Os estabelecimentos de ensino homenageavam nomes de pessoas de grande prestígio tanto na vida pública quanto na vida particular. O Decreto de Lei, n.º 8.529, de 2 de janeiro de 1946, art. 32, parágrafo único, determinava,

Aos estabelecimentos de ensino primário poderão ser atribuídos nomes de pessoas já falecidas, que hajam prestado relevantes serviços à humanidade, ao país, Estado ou ao Município, e cuja vida pública e particular possa ser apontada às novas gerações como padrão digno de ser imitado (BRASIL, 1946, p. 113).

Partindo dessa premissa, o Conselheiro Zacarias de Góes recebeu inúmeras menções como personalidade marcante da cidade, a exemplo de quando Valença completou 150 anos de história, em 10 de novembro de 1999. Assim, acreditamos que essa talvez seja uma das justificativas de homenageá-lo como patrono do primeiro Grupo Escolar da cidade.

A casa onde “nasceu o eminente estadista Conselheiro Zacharias de Góes e Vasconcellos, em 5 de novembro de 1815” (OLIVEIRA, 2009, p. 65) é patrimônio histórico da cidade, a Figura 6 mostra o sobrado.

Figura 6- Imagem Ilustrativa do Sobrado do Conselheiro Zacarias de Góes (sem data)



Fonte: (OLIVEIRA, 2009)

O sobrado, apresentado na figura 6, no período do recorte temporal da pesquisa foi instalação do Fórum Gonçalo Porto, fórum da cidade.

3.2. Organização pedagógica

Ao imergir nas buscas por documentos, é importante refletir que numa pesquisa histórica “um documento não fala por si, mas responde às perguntas que lhe são feitas” (GARNICA; SOUZA, 2012, p. 31). Partindo dessa reflexão, buscamos perguntas que pudessem nos dizer historicamente como foi a organização pedagógica do Grupo Escolar Conselheiro Zacarias de Góes, no entanto, esbarramos na falta de documentos, o acervo que fica no próprio prédio sob a responsabilidade do Núcleo Territorial de Educação (NTE 6) dispõe de poucos registros escolares no âmbito do recorte temporal escolhido.

Tendo em vista que o documento escrito constitui uma fonte extremamente preciosa para todo pesquisador, entende-se que através de fonte documental é possível estudar dados da história e, assim, encontrar sentidos e significados que caracterizam a cultura (VALENTE, 2009).

No que se refere à cultura de uma instituição escolar, ela possui diversos significados e propósitos, pois, como objeto histórico demonstrado em Julia (2001), “é descrita como um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos” (JULIA, 2001, p. 9).

Dentre a documentação⁴⁹ encontrada no Grupo Escolar, encontramos Fichas de Aparelhamento Escolar e Ficha de Professores dos anos de 1948, 1949 e 1950. De acordo com o primeiro documento, havia mais de 70 carteiras adaptadas para dois estudantes, carteiras para professores, “quadros negro”, armários, bandeiras (não há especificação), mesas pequenas e grandes, relógio

⁴⁹ Os documentos escolares do Grupo Escolar Conselheiro Zacarias, no período de desenvolvimento da pesquisa, foram encontrados no Acervo do Núcleo Territorial de Educação 6 (NTE 6).

de parede, capachos de corda, armários, dentre outras mobílias, como podemos observar na Figura 7 que reproduz uma ficha de aparelhamento escolar.

Figura 7- Ficha de Aparelhamento Escolar do Grupo Escolar Conselheiro Zacarias (1948-1950)

APARELHAMENTO ESCOLAR
(Mobiliário, utensílios e material didático de uso permanente)

1948

Número de registro	CARACTERIZAÇÃO DE CADA OBJETO	PROPRIEDADE (nome do estabelecimento, da instituição ou da pessoa particular a que pertencerem os objetos)	Estado de conservação (Bom, Regular ou ruim)	VALOR (em mil réis)	ENTRADA NA ESCOLA			SAÍDA OU BAIXA DA ESCOLA				
					Data			Previdência (nome da repartição ou da firma fornecedora)	Data			Motivo
					Dia	Mês	Ano		Dia	Mês	Ano	
1	1 bancas capoteira, 2 de vidro	José Maria Batista	Bom	5	3	1948	Dep. de Educação					
2	" " " " " " " "	"	"	"	"	"	"	"	"	"		
3	12 cadeiras grandes	"	"	8	3	1948	"	"	16	5	1949	Transferência
4	" " " " " " " "	"	"	"	"	"	"	"	"	"	"	
5	5 cadeiras para livros	"	"	5	3	1948	"	"	20	5	1949	"
6	quadro negro	"	"	"	"	"	"	"	"	"	"	
7	" da Medeiros	"	"	"	"	"	"	"	"	"	"	
8	2 capachos de corda	"	"	"	"	"	"	"	"	"	"	
9	" de ferro	"	"	"	"	"	"	"	"	"	"	
10	1 painel de parede	"	"	"	"	"	"	"	"	"	"	
11	1 armário com vidro	"	"	"	"	"	"	"	"	"	"	
12	1 bancalite grande	"	"	"	"	"	"	"	"	"	"	
13	2 cadeiras pequenas	"	"	"	"	"	"	"	"	"	"	
14	1 cadeira de ferro	"	"	"	"	"	"	"	"	"	"	
15	3 cadeiras (alumínio)	"	"	11	5	1949	"	"	"	"	"	
16	5 armários sem vidro	"	"	"	"	"	"	"	"	"	"	
17	1 cadeira para livros	"	"	"	"	"	"	"	"	"	"	
18	12 cadeiras grandes	"	"	"	"	"	"	"	"	"	"	
19	quadro negro	"	"	"	"	"	"	"	"	"	"	
20	1 quadro negro	"	"	"	"	"	"	"	"	"	"	
21	1 quadro da Medeiros	"	"	"	"	"	"	"	"	"	"	
22	1 capoteira de corda	"	"	"	"	"	"	"	"	"	"	
23	" de ferro	"	"	"	"	"	"	"	"	"	"	
24	1 armário com vidro	"	"	"	"	"	"	"	"	"	"	
25	1 painel de parede	"	"	"	"	"	"	"	"	"	"	
26	1 bancalite grande	"	"	"	"	"	"	"	"	"	"	
27	2 cadeiras pequenas	"	"	"	"	"	"	"	"	"	"	
28	1 cadeira de ferro	"	"	"	"	"	"	"	"	"	"	

1950

Material material
Das cadeiras grandes
por falta de espaço de texto
por falta de espaço

Fonte: arquivo da pesquisa (NTE 6)

As pesquisas no âmbito da história da educação têm evidenciado a “arquitetura escolar, o espaço e o tempo escolar, sem deter-se sobre o significado do uso de certos objetos e as práticas ligadas a eles” (BASTOS, 2005, p. 133), dessa forma, por exemplo, o quadro-negro⁵⁰ instalado nas escolas no final do século XIX ocupa um lugar relevante, pois, o mobiliário é um dispositivo para o ensino escolar que reflete na pedagogia, na visualização para a aprendizagem, representa a docência, ocupa um espaço de destaque na sala

⁵⁰ Dispositivo escolar utilizado por professores em sala de aula. (BASTOS, 2005)

de aula e está associado a instrução de ensino de leitura e escrita (BASTOS, 2005).

Foi possível verificar nas fichas de Professores do Grupo Escolar Conselheiro Zacarias, dos anos entre 1948 e 1955, que havia em média oito professoras que assumiram a cadeira de cargo de professor nas séries do primeiro ao quinto ano, em turmas feminina, masculina e mistas. No período entre 1955 e 1982, não encontramos documentos que revelassem a permanência e/ou transformações dessa organização pedagógica. Porém, vale salientar, que a presença feminina ganhava força no campo da educação do país, e “viria a se constituir num dos primeiros campos profissionais ‘respeitáveis’, para os padrões da época, abertos à atividade feminina” (SOUZA, 1998, p.62).

Figura 8- Ficha de Professores do Grupo Escolar Conselheiro Zacarias (setembro de 1948)

Número de ficha	NOME DO PROFESSOR (Indicar, no primeiro lugar, as iniciais)	Seu cargo (ou em substituição)	E. católico ou não?	E. pro. favor ou contra (ou em caso de dúvida)	Percebe-se quanto em relação ao estabelecido de acordo com o plano?	E. de férias, férias, matutino, noturno ou misto?	Vencimento (ou salário)	ARREQUILIBRAMENTO DURANTE O MÊS		QUANTO AOS PROFESSORES CATEDRÁTICOS (dados de rotina)															
								Faltas	Dias de férias (ou de licença)	CASSINA & CUNDO DO PROFESSOR		MOVIMENTO DIDÁTICO DO MÊS				APOSIAMENTO DOS ALUNOS (de acordo com o ano letivo)									
										M	F	M	F	M	F	M	F	M	F						
1	Elisabeth L. Batista	F	Catolico	Sim	Ordinaria	800,00	—	24	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	
2	Conselheiro Zacarias	M	Pro.	Contra	—	500,00	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
3	Maria José G. dos Santos	F	Pro.	Favor	—	500,00	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
4	Maria J. de Carvalho	F	Pro.	Favor	—	500,00	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
5	Augusta M. Soares	F	Pro.	Favor	—	500,00	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
6	Roberta M. Soares	F	Pro.	Favor	—	500,00	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
7	Almeida M. de Souza	F	Pro.	Favor	—	500,00	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
8	Adelina Soares	F	Pro.	Favor	—	500,00	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—

Fonte: Arquivo da pesquisa (NTE 6)

No documento acima, Figura 8, identificamos os nomes das professoras⁵¹, suas respectivas turmas, vencimentos, matrículas e frequência da turma, no que se refere às turmas observa-se duas turmas mistas, três turmas femininas e três turmas masculinas. Como transcrevemos no Quadro 5:

⁵¹ Por motivo de o período histórico do recorte temporal da pesquisa ser distante do presente, não conseguimos contato das professoras do Quadro 5.

Quadro 5 – Dados da ficha de professoras do Grupo Escolar
Conselheiro Zacarias (setembro de 1948)

Nome da professora	Dias letivos trabalhados	Horário	Classe	Matriculados	
				M	F
Elisabeth Santos Batista	24	12h30 - 17h	1° ano Mista	12	35
Consuelo Dantas de Góes da Silva	24	12h30 - 17h	2° ano Mista	30	7
Maria José Pacheco dos Santos	24	12h30 - 17h	3° ano Feminino	-	32
Maura de Oliveira Carvalho	24	12h30 - 17h	3° ano Masculino	31	-
Augusta Messias Guimarães	24	7h30 - 12h	4° ano Feminino	-	56
Helenita P. Guedes	24	7h30 - 12h	4° ano Masculino	34	-
Noemia O. da Silva	24	7h30 - 12h	5° ano Masculino	29	-
Aidil Ferreira	24	7h30 - 12h	5° ano Feminino	-	30

Fonte: Elaborado pela autora de acordo com a Ficha de professoras (09/1948)

Os grupos escolares do estado da Bahia “não ocorreu através de princípios uniformes” (MONTEIRO, 2017, p.56) ou seja, não seguiam com afinco um modelo de escola primária e as prescrições legais de organização pedagógica e estrutural dos primeiros grupos criados no estado de São Paulo no século XIX, no entanto,

Uma escola urbana, moderna e de melhor qualidade [...] trazia todos os princípios fundamentais que propiciaram as mudanças no ensino primário: a racionalização e a padronização do ensino, a divisão do trabalho docente, a classificação dos alunos [...] (SOUZA, 1998, p.49).

As turmas mistas eram destinadas ao primeiro e segundo ano das séries iniciais, a partir da terceira série os meninos eram separados das meninas em

suas respectivas turmas. Muitos Grupos Escolares adotaram essa separação com a justificativa das meninas serem dóceis e o padrão de comportamento não era visto como problema, já os meninos “a ação civilizadora da escola deveria se impor com maior veemência” (SOUZA, 1998, p. 149).

Por meio das análises dos documentos escolares, identificamos a idade média dos estudantes do segundo ano (série), ou seja, era entre oito e doze anos de idade, enquanto os estudantes do terceiro ano (série) tinham entre onze e catorze anos de idade, estando condizente com os resultados da pesquisa de Souza (1998, p. 115), na qual “o início da escolarização não ocorria comumente aos sete anos de idade. [...] A grande parte dos alunos cursava o último ano do curso primário com 13 e 14 anos.”

A Lei Orgânica do Ensino Primário, de 2 de janeiro de 1946 determinava, dentre outras atribuições, a obrigatoriedade do ensino público por meio de matrículas e acompanhamento da frequência, assim o capítulo II, art. 41, expressa: “O ensino primário elementar é obrigatório para todas as crianças nas idades de sete a doze anos, tanto no que se refere à matrícula como no que diz respeito à frequência regular às aulas exercícios escolares.”

O Estado da Bahia, em 1946, ocupava “o penúltimo lugar entre todas as unidades da federação, inclusive os territórios, com 33 alunos por mil habitantes, e um déficit de matrícula de 74%” (TEIXEIRA, 1950 apud SOARES, 2017, p. 47), no entanto, em 1949, houve um aumento na matrícula de alunos ao ensino primário, assim como um aumento no número de instituições escolares públicas estaduais.

No documento expresso na Figura 9, consta que as crianças do Grupo Escolar Conselheiro Zacarias sabiam ler e escrever e mantinham uma frequência regular tanto os meninos quanto as meninas, “[...] a escola primária era atribuída uma finalidade prática e utilitária” (SOUZA, 1998, p.174), ou seja, cabia aos professores primários, difundir a luz da ciência, o ensino elementar, instruir e educar a criança transmitindo conhecimento e valores daquela época.

Figura 9- Ficha de Estudantes do Grupo Escolar Conselheiro Zacarias (setembro de 1948).

Número da matrícula	Data (dia e mês)	NOME DO ALUNO (por extenso)	Sexo (M = masculino, F = feminino)	Cidade de origem (por extenso)	DATA DO NASCIMENTO			Idade (em meses até 24 de Junho)	Nacionalidade (onde brasileiro, declarar o Estado ou Território onde nasceu)	Ano em que nasceu	É a 1ª, 2ª, 3ª, 4ª, 5ª, 6ª, 7ª, 8ª, 9ª ou 10ª vez que vai estudar ou nasceu aqui?	TEMPO ESCOLAR (em anos)			PROCEDÊNCIA DO ALUNO			APROVEITAMENTO		
					No prévia escola	Em outra escola	Da própria escola (até ao mês)					De outros países (F = federal, E = estadual, M = municipal, P = particular)	De onde veio (até ao mês)	A que disciplina se dedica (até ao mês)	Aprovação (até ao mês)	Reprovação (até ao mês)				
																	(01)	(02)	(03)	(04)
191	3-3	Edileusa Souza Freitas	F	Santa	4	3	1947	8	Bahia	1										
192	"	Emendina Albuquerque	F	"	14	11	1946	8	"	"	"	"	"	"	"	"	"	"	"	"
193	"	Edna Maria Conceição	F	"	14	1	1942	13	"	"	"	"	"	"	"	"	"	"	"	"
194	"	Luana Santana Ferreira	F	"	14	9	1944	10	"	"	"	"	"	"	"	"	"	"	"	"
195	"	Joana Santanhedada	F	"	13	8	1942	12	"	"	"	"	"	"	"	"	"	"	"	"
196	"	Luanda Albuquerque	F	"	6	1	1947	9	"	"	"	"	"	"	"	"	"	"	"	"
197	"	Maria de Lourdes Elias	F	"	5	3	1946	9	"	"	"	"	"	"	"	"	"	"	"	"
198	"	Maria de Lourdes Elias	F	"	5	12	1947	9	"	"	"	"	"	"	"	"	"	"	"	"
199	"	Maria Inês da Conceição	F	"	15	1	1945	11	"	"	"	"	"	"	"	"	"	"	"	"
200	"	Maria da Luz dos Santos	F	"	8	9	1944	10	"	"	"	"	"	"	"	"	"	"	"	"
201	"	Marilene de Almeida	F	"	12	10	1944	11	"	"	"	"	"	"	"	"	"	"	"	"
202	"	Maria Inês da Conceição	F	"	16	2	1945	11	"	"	"	"	"	"	"	"	"	"	"	"
203	"	Maria Inês da Conceição	F	"	23	11	1944	10	"	"	"	"	"	"	"	"	"	"	"	"

Fonte: Arquivo da pesquisa

Na ficha de Cadastro acima, datada de 1948, constam os nomes dos estudantes, ano (série), faixa etária e número de estudantes, a saber: na ficha acima, 26 meninas e 10 meninos. Em se tratando dos pais ou responsáveis pelo estudante, por meio dos documentos disponíveis, identificamos que em sua maioria não havia concluído o ginásial e exercia função de comerciante, operário e agricultor.

3.3. A formação dos professores do Grupo Escolar Conselheiro Zacarias de Góes

Com a implantação dos grupos escolares e da necessidade da formação de professores aptos a lecionarem nos cursos primários, a profissão de professor começou a ganhar destaque no cenário nacional, levando em consideração o objetivo principal da implantação dos Grupos Escolares em acabar com o analfabetismo e divulgar os pensamentos republicanos vinculados à ordem, ao progresso, à disciplina e à moral cívica para todas as pessoas. Dessa maneira, com o intuito de obter êxito nesse objetivo, havia necessidade da formação de professores aptos a lecionarem nos cursos primários.

Com efeito, a Lei Orgânica das Escolas Normais de 1946, determinava

aos professores primários realizarem a formação nas escolas normais, assim como em Institutos de Educação. A Escola Normal⁵² foi criada por meio do Decreto n.º 7.247, de 19 de abril de 1879, cuja finalidade era determinar novos rumos ao ensino primário, ensino secundário e ensino superior do império. Assim, o curso normal surge como formação de segundo grau no intuito de habilitar professores a lecionarem no ensino elementar, ou seja, a Escola Normal nasce, [...] como modelo de formação escolarizada de professores, coexistente e concorrente com os mecanismos tradicionais de formação pela prática; (SHUELER; MAGALDI, 2008, p. 38)

Sintetizando, o período da Primeira República (1889-1930) marcou a necessidade de elevar a educação do país e combater o analfabetismo com a disseminação da escolarização pública, de modo que, o surgimento da Escola Normal visava o ensino simultâneo e seriado adotando mecanismos inovadores da prática docente da então era republicana.

[...] um grupo de intelectuais educadores sob a inspiração de novos ideais de educação lançou um movimento de renovação educacional e em 1932 publicou o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova. Dentre outros assuntos, o Manifesto incorporou as reivindicações populares por mais escolas e defendeu a universalização do ensino. (SOKOLOWSKI, 2013, p. 83)

Percebemos que a década de 1930 ficou marcada por movimentos influenciados pela Escola Nova, os quais discutiam, dentre outros aspectos educacionais, a necessidade de criar universidades brasileiras para atender as demandas de formação de professores em nível superior e sua profissionalização. Nesse contexto ocorre, no final da década de 1930, a criação do curso de Pedagogia, um marco definido pelo Decreto-lei n.º 1.190 de 4 de abril de 1939, sendo a Faculdade Nacional de Filosofia uma das primeiras instituições a oferecer o curso de Pedagogia, com duração de 3 anos de disciplinas específicas acrescido de 1 ano de disciplinas didáticas. Na referida Faculdade já havia os cursos de Licenciatura em Matemática, Química,

⁵² Ver mais em: mapa.an.gov.br

Filosofia, dentre outros.

O Decreto-Lei nº 1.190 criou o paradigma que foi adotado no país inteiro, o famoso modelo “esquema 3+1”, adotado nos cursos de licenciaturas e no curso de pedagogia. Este esquema consistia em três anos de estudo dos conteúdos cognitivos ou das disciplinas específicas, o curso de bacharelado, e um ano de conteúdos didáticos, o curso de didática. (SOKOLOWSKI, 2013, p. 84);

A estrutura do curso caracterizava-se como um bacharelado, conforme art. 48 da Lei nº 1.190, expresso no Quadro 6 a seguir.

Quadro 6– Estrutura do curso de Pedagogia “3+1” (1939)

Seriação	Disciplinas
Primeira Série	1. Complementos de matemática. 2. História da filosofia. 3. Sociologia. 4. Fundamentos biológicos da educação. 5. Psicologia educacional.
Segunda Série	1. Estatística educacional. 2. História da educação. 3. Fundamentos sociológicos da educação. 4. Psicologia educacional. 5. Administração escolar.
Terceira Série	1. História da educação. 2. Psicologia educacional. 3. Administração escolar. 4. Educação comparada. 5. Filosofia da educação.
Curso de Didática	1. Didática geral. 2. Didática especial. 3. Psicologia educacional. 4. Administração escolar. 5. Fundamentos biológicos da educação. 6. Fundamentos sociológicos da educação.

Fonte: Elaborado pelos autores de acordo com o art. 19, Decreto-lei 1.190/39

Conforme o art. 51, o curso de Didática habilitava o estudante a exercer o cargo de magistério e, ainda, “o objetivo principal do curso de pedagogia era a formação de um profissional apto para a atuação na administração pública da educação” (BRASIL, 1939, art. 51)

Em 1952, o cenário do país ainda apresentava uma lacuna na formação de professores, o número de universidades era insuficiente para atender a essa demanda.

Neste contexto, surge a Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário - CADES [...] A CADES representa um importante capítulo na História da Educação Brasileira, em especial da Educação Matemática, no que tange ao processo de formação dos professores de matemática (BORGES, 2010, p.2-3).

Os cursos realizados pela CADES ofereciam treinamentos aos professores que possuíam “prática e não tinham formação em curso superior” (BORGES, 2010, p.3). Embora voltado para o ensino secundário, nos relatos de algumas professoras do Grupo Escolar Conselheiro Zacarias de Góes consta a realização desse curso durante o processo formativo delas.

Cada um se preparando como pudesse [...] foi lá que começou o trabalho em equipe. Eu era da escola anexa ao colégio né, era uma escola de aplicação [...] eu ensinei muito tempo lá. Fiz os três anos científicos e fiz o magistério na escola anexa. Eu mesmo só entrei por causa desse curso de matemática moderna, o curso CADES que mudava o nível 2, 3. A gente passava três meses janeiro, fevereiro e março [...] cada um da sua área, eu matemática. (KÁSSIA, professora a partir da década de 1970)

Aqui na Bahia as aulas eram ministradas na Faculdade de Filosofia da Universidade da Bahia⁵³ e muitos professores realizavam a formação na capital baiana. As participantes⁵⁴ desta pesquisa, que lecionaram no grupo em estudo a partir da década de 1960, informaram que realizaram a formação nas cidades de Salvador, Ilhéus e Feira de Santana até que em 1959 uma primeira turma foi diplomada na Escola Normal da cidade de Valença. Vale salientar que até o

⁵³ O processo institucionalizado de formação docente para o ensino secundário no interior da Bahia só inicia de forma efetiva a partir da década de 70. Ver: CHAPANI, D. T. (2012). A formação de professores na gênese do sistema estadual de ensino superior da Bahia. *Revista Brasileira de História da Educação*. 12 (1), 145-166.

⁵⁴ Todos os participantes da pesquisa serão reconhecidos por nomes fictícios a fim de preservarmos a identidade deles.

momento não identificamos informações mais precisas sobre a fundação e desenvolvimento da referida Escola Normal.

Naquele tempo todas as pessoas que se formaram iam estudar em Salvador [...] foi assim, como aqui não havia professores assim, formados, era a maioria leigos, então, é... aqui no colégio formaram-se treze, inclusive minha irmã [...] e todas as professoras que foram, que foram, que se formaram da região daqui de Valença, foram bem aproveitadas. Nós formamos em dezembro, agora o ano minha filha [...] não lembro. Eu terminei em Feira de Santana no Gastão Guimarães⁵⁵. Eu estudei lá na Escola Normal e depois eu fui [...] no Gastão eu completei a quarta série. Em janeiro teve concurso, nós fizemos, eu fiz lá em Feira mesmo, foi um dos polos. [...] e março já estava na sala de aula, dando aulas e nomeadas, que é melhor, né? Agora, depois demoramos muito de receber o dinheirinho, porque que fazia muita falta a nós [...], então, é [...] o dinheiro daqui só era da arrecadação da CVI (e do comércio) que era pouco não dava pra pagar [...] ficamos atrasados seis meses, só depois que começou o estado mandar verba, né? Aí então, regularizou a situação. (JOANA, professora na década de 1960)

As Escolas Normais, previstas na Lei 1.846 de 14 de agosto de 1925, permitiram a abertura de diversos institutos, inclusive, o Instituto de Educação Gastão Guimarães, onde a professora Joana concluiu sua formação no final da década de 1950 início de 1960. A implementação da Escola Normal era uma iniciativa de formar professores para o ensino primário e secundário.

Freire (2017) afirma que, a partir da década de 1960, os níveis de ensino precisavam ser elevados e para isso era necessário introduzir uma renovação,

[...] essa formação docente em serviço, treinamento e aperfeiçoamento de professores, no dizer da época, tinha o objetivo de atualizá-los aos novos conteúdos, novos métodos, novos materiais didáticos que estavam sendo difundidos em âmbito nacional. (FREIRE, 2017, p. 39)

⁵⁵ Gastão Clóvis de Souza Guimarães foi um médico que ficou conhecido por atender na Santa Casa de Misericórdia de Feira de Santana durante duas epidemias ao longo da sua carreira. Além de médico humanitário, ele se destacou como escritor jornalista e educador. Fonte: feiradesantana.ba.gov.br

Para Valente (2012), no final da década de 1950 foi possível analisar uma modificação da matemática escolar para o primário, revelando que as práticas, e os discursos estavam sustentados na Matemática Moderna. Ao analisar o relato de uma professora podemos perceber algumas evidências,

[...] conjunto foi uma novidade né, misturar matemática, histórias, desenho, muita coisa de desenho né? [...] daí começou a Matemática Moderna com pesquisas com tudo [...] da matemática divertida né? E acompanhada com desenho com histórias e aí fomos modificando. (KÁSSIA, professora a partir da década de 1970)

Para conhecermos as influências no ensino primário de matemática, a formação e a prática docente das professoras e ainda, a cultura escolar desenvolvida no cotidiano do Grupo Escolar em estudo, é necessário compreender a sua complexidade, pois a história dessas práticas culturais é difícil de ser reconstruída, visto que não deixa traços (JULIA, 2001).

No que se refere ao ensino primário no Grupo Escolar Conselheiro Zacarias de Góes, uma das entrevistadas relatou que,

Com sete anos eu vim estudar no Conselheiro Zacarias, no segundo ano [...] eu já sabia ler e escrever, entendeu? Naquele tempo a gente começava com a cartilha do ABC, que era um livro pequenininho, que treinava a caligrafia e depois a alfabetização. Com sete anos, eu já estava apta a vim para o segundo ano, já estava alfabetizada naquele tempo [...] saí daqui no quinto ano, fiz admissão e fui estudar o ginásial que hoje é o fundamental II. [...] terminei o ginásial e vim fazer magistério [...], eu comecei a me identificar com a pedagogia [...], estagiei aqui no Conselheiro Zacarias, quando eu me formei naquela época. (MARIA GEORGINA, estudante a partir da década de 1960)

A depoente, que ora transcrevemos trecho de seu relato, foi estudante na década de 1960 e professora a partir da década de 1980 no Grupo Escolar Conselheiro Zacarias, ministrando aulas do ensino primário, com ênfase no ensino da leitura e da contagem, priorizando as quatro operações com o auxílio da tabuada. Ela fez alguns cursos durante seu exercício docente, inclusive, o curso da CADES.

Outra evidência que podemos perceber no relato acima é a possibilidade de o Grupo Escolar ter sido uma escola como campo de estágio, pois, quando é mencionado pela entrevistada o estágio realizado fica claro que era comum essa prática, além disso “o futuro professor começava a sua vivência docente, com o estágio, momento do início do processo de atuação docente profissionalizada” (BERTANI, 2011, p.96). Há também indícios da existência de uma Escola Normal na cidade de Valença. De acordo com Oliveira (2009), a primeira turma de formandos desta escola é de 1959.

Voltando ao relato da depoente em questão, sobre o curso CADES, outras professoras participantes desta pesquisa relataram ter feito o referido curso para mudança de nível. Apesar de ser desenvolvida para formação de professores do ensino secundário, muitas delas davam aula também no ensino primário e desejavam se aperfeiçoar, como foi o caso de uma professora que no seu relato informa que fez o curso de magistério em Valença na Escola Normal “quando eu saí, ali anexo ao Ginásio com o curso pedagógico, que se falava pedagógico, né? Aí eu fiz 3 anos, eu já tinha os 3 anos científicos” (KÁSSIA, professora a partir da década de 1960), e depois ela fez o curso de Matemática Moderna por meio da CADES durante as férias de janeiro a março, esse curso mudou o nível 2 que ela possuía, para o nível 3.

A professora Vilma relatou que iniciou seus estudos em Valença e posteriormente cursou dois anos de magistério em Ilhéus,

Fiz no Colégio Mário Pessoa. E aí, terminei de lá e vim, quando eu vim, já recebi um convite pra ensinar no Colégio Santo André [...] em Ituberá. Aí vim de Ilhéus formada, né? Aí fui pra Salvador, fiz um curso e vim para ensinar matemática [...] ensinei matemática no Colégio Santo André quase sete anos. Nesse meio tempo eu fiz o concurso do Estado [...] Era o sonho do meu pai eu ser professora do estado. [...] Eu fiz o concurso aqui em Valença e passei em segundo lugar [...] fui nomeada, fiquei ensinando no curso primário no Santo André no turno da tarde e os outros dois turnos eu ensinava na parte do ginásio. A minha matéria prioritária era a matemática. [...] Aí quando eu casei tive que vir para Valença, pedi a remoção do estado para Valença, pra o Conselheiro Zacarias. [...] Fiquei três anos à disposição do estado e fiquei trabalhando da escola de professores leigos [...] dando formação aos professores

leigos do município (VILMA, professora a partir da década de 1970.)

Sobre os professores sem formação na década de 1950, foram firmados e regulamentados convênios com prefeituras e instituições particulares no interior do estado baiano, criando o Fundo do Desenvolvimento do Ensino Elementar que, “ajudou a promover cursos para a formação de professores para ensinar nas escolas do interior, principalmente no meio rural, visto a resistência dos professores diplomados” (LIMA; FREIRE, 2016, p. 73)

Voltando ao relato da professora Vilma, ela nos informou que só começou a dar aula no Grupo Conselheiro Zacarias quando o treinamento de professores acabou. Esse treinamento funcionava por meio de núcleos e ela fazia parte da equipe formadora.

[...] esse curso, que eu fiz quando eu me formei foi no Colégio Central, que hoje é o da Bahia, em Nazaré. Era um curso [...] fazíamos assim, época de férias, chegava janeiro, fevereiro e março [...], nós fizemos duas ou três vezes [...], já estava inserindo a matemática moderna. (VILMA, professora a partir da década d 1960)

Ao analisarmos o depoimento ora citado julgamos que estes cursos relatados pela professora Vilma podem ter sido realizados pelo Centro de Ensino de Ciências da Bahia (CECIBA)⁵⁶, que na formação de professores da época competia “o papel de atualizá-los aos novos conteúdos, novos métodos, novos materiais didáticos que estavam sendo difundidos em âmbito nacional.” (FREIRE, 2009, p. 55). Em Rios (2016), é destacado a introdução e implementação da Matemática Moderna na Bahia por professores, que na época eram responsáveis pela produção de materiais didáticos, vinculados ao CECIBA.

Ao perguntar se o curso era pela CADES, a professora negou, no entanto, ela menciona que já havia uma introdução das discussões da

⁵⁶ Para conhecer mais sobre CECIBA, ver FREIRE, I. A. A. Ensino de Matemática: iniciativas inovadoras no Centro de Ensino de Ciências da Bahia (1965-1969). Disponível em: <https://ppgefhc.ufba.br/pt-br/ensino-de-matematica-iniciativas-inovadoras-no-centro-de-ensino-de-ciencias-da-bahia-1965-1969>

matemática moderna. A CADES existiu em dois importantes períodos: quando estava em vigor a Reforma Capanema e quando foi aprovada a Lei Orgânica na Bahia, que visava no ensino primário o desenvolvimento do raciocínio da criança. Paralelamente, ela permaneceu durante o início da Matemática Moderna nas décadas de 1960 e 1970, período que se discutia a modernização do ensino. Percebemos também, que o ensino de matemática do Grupo Escolar Conselheiro Zacarias teve vestígio da Escola Nova, considerando que esta era uma tendência na época voltada para a formação de professores (MESQUITA, 2010).

O Movimento da Escola Nova buscava uma renovação no ensino, no Brasil teve ênfase em um período de transformações significativas nas esferas econômica, social e política.

[...] pode-se dizer que a Escola Nova ou Movimento Renovador do Ensino, ou, ainda, Pedagogia Nova, entre outras denominações, tem forte influência na Europa, América e no Brasil, neste último mais marcadamente na década de 1930. A criança é colocada no centro do processo de ensino/aprendizagem com metodologias específicas e facilitadoras desse processo, tendo a psicologia e outras ciências como auxiliares, de maneira a opor-se ao ensino dado como tradicional e a romper com a concepção de escola como simples transmissora de conhecimentos (ALMEIDA; SILVA, 2014, p. 61).

Dessa forma, durante tal Movimento buscava-se difundir novas concepções de ensino que conseqüentemente alterava os currículos escolares e influenciava as Reformas Educacionais da época.

3.4. Vestígios da Cultura Escolar presentes nos relatos dos entrevistados

A cultura escolar pode ser compreendida por meio dos programas escolares do ensino primário, visto que, estabelece conexões e outras experiências (D'ESQUIVEL *et al.*, 2014).

[...] os programmas, além de interessarem fortemente a opinião publica, encerram o ideal – o fim com que é dada a instrução. Nelles, mais do que a simples lista da materia a ensinar, se deve

encontrar, pelo menos parcialmente, o ideal educativo e o modo de realiza-lo. O espirito com que forem organizados os programmas nos permitirá dizer se elles se destinam a formar homens de acção ou homens de teoria ou de gabinete, se buscam desenvolver sobretudo a intelligencia ou se tambem a vontade e a força physica (BAHIA, 1925a, p. 64).

Os desfiles cívicos, a ética e a moral eram alguns dos ideários dos republicanos. Uma modalidade de ensino por meio dos grupos escolares visava modificar não apenas o ensino primário, mas também, formar uma sociedade cívica e patriótica (SOUZA, 1998). Abaixo, na figura 10, apresentamos um registro de um evento cívico realizado em Valença.

Figura 10 - Registro de um Evento Cívico (sem data)



Fonte: Acervo da Câmara Municipal de Valença/Ba

Em uma das entrevistas aos participantes que estudaram no final da década de 1940 e década de 1950, presenciamos a lembrança perfeitamente do hino “Cantar para Viver”, de Heitor Villa-Lobos, que a participante aprendeu quando estudava no Grupo Escolar Conselheiro Zacarias.

Toda segunda feira, as 8h, para hastear a bandeira reunia o colégio inteiro, agora, saía tudo arrumadinho, né? Pra vim pra

cá cantar. Agora eu vou cantar um pedacinho de uma música que sempre cantava. “Brasil! Teu povo é forte. Como é grande a tua terra. Brasil! Em tuas grandes matas verdes, canta a passarada em gorjeios mil! Queremos com alegria do trabalho e do teu saber, saudar o Céu, nossa linda terra, nosso verde mares. Queremos com prazer cantar. As nossas praias brancas, que as ondas vêm beijar, lembram os homens fortes, que vivem a pescar. Cantar é saber viver pelo Brasil, para ensinar ao povo juvenil que esta terra forte há de ser nossa até morrer, porque nos viu vencer!”. É um hino tão bonito, né? O civismo, aí despertava o civismo na gente, né? Hoje não se vê mais essas coisas. Eu gosto muito desse hino, por isso que eu cantei pra você. (JOANA, estudante no final da década de 1940)

Dessa forma, é possível identificarmos que a prática de desfiles em comemoração a Independência do Brasil (Sete de Setembro) e a Independência da Bahia (Dois de Julho), nessas datas, era comum, os estudantes participavam ativamente, acompanhando bandas, carros alegóricos, outras instituições públicas e privadas, representantes dos poderes legislativo e executivo representando um ato cívico e patriótico, “[...] eu me lembro primeiro a educação, a gente entrava, tinha que... é... ficar em fila, certo? Por ordem de chegada, pra entrar na sala de aula, é... cantar o hino nacional uma vez por semana [...]” (JAIRO, estudante a partir da década de 1970).

3.5 O Ensino de Matemática no Grupo Escolar Conselheiro Zacarias de Góes

A Aritmética constituiu um dos componentes dos programas de ensino primário, em particular para os Grupos Escolares, que dispunham de maior destaque em vários estados brasileiros. Ao longo dos avanços e retrocessos da constituição da disciplina Matemática como saber escolar, o historiador pode conhecer e estudar os conteúdos por meio das consultas e análises de documentações disponíveis (SANTOS, 2019), a saber: “textos oficiais, programáticos, leis, decretos, instruções, circulares, fixando os planos de estudo, programas, métodos e exercícios” (CHERVEL, 1990, p. 188-189).

A disciplina de matemática existe como disciplina desde 1931, a partir da proposta apresentada pelo professor Euclides de Medeiros Guimarães Roxo,

cujo intuito foi juntar a geometria, a álgebra, a aritmética e a trigonometria em uma única disciplina (VALENTE, 1999). No ensino primário,

[...] diversidade de saberes elementares, está presente a matemática. E ela se dá a conhecer por intermédio de diferentes rubricas: cálculo, aritmética, geometria, formas, desenho linear, cartografia, trabalhos manuais etc. (VALENTE, 2015, p. 358).

Em França e Villela (2015), encontramos que as professoras primárias, em determinado período compreendido desta pesquisa, tinham autonomia para elaborarem seus planejamentos de aula visto que o governo não tinha controle e cabia aos estados, organizar o sistema de ensino. O Programa de Emergência lançado pelo Ministério da Educação (MEC) em 1962, denominado “Matemática na Escola Primária”, evidenciava “um ensino prático tanto Aritmética quanto para a Geometria” (FRANÇA; VILLELA, 2015, p. 173). De acordo com o Programa,

deve o professor, fazer seu trabalho didático tomando como ponto de partida, para o estudo, situações reais da vida da criança que levem naturalmente a precisar da matemática, que, portanto, não se estudará desligada da vida prática, para lhe ser depois aplicada, e sim, como consequência das necessidades encontradas no decorrer da própria vida. (BRASIL, 1962, p.18).

Nesse sentido, a criança precisava estabelecer relações entre o ensino de matemática e sua vida cotidiana,

O objetivo geral do ensino de matemática no curso primário é: dotar a criança de um instrumento para resolver da melhor maneira, as situações da vida relacionadas com as questões de quantidade e de número (aritmética) e de forma, extensão e posição (geometria). (BRASIL, 1962, p.17).

Contudo, “apesar de a publicação defender a aprendizagem por compreensão, ainda havia heranças do ensino tradicional, talvez por cautela de não romper de repente com a prática de memorização” (FRANÇA; VILLELA, 2015, p. 173). Vejamos, no trecho do referido Programa em que diz: “Há conhecimentos de aritmética, como o de certos processos e de certas

combinações de números, que é indispensável ter perfeitamente de cor. Assim o que chamamos vulgarmente tabuada.” (BRASIL, 1962, p.20).

Para entender como se deu, então, o ensino primário de matemática no Grupo Escolar Conselheiro Zacarias de Góes, em um período de mudanças no contexto político-educacional da Bahia, buscamos, analisamos e categorizamos os documentos escolares encontrados durante a pesquisa (parte destes encontram-se fisicamente no acervo do estabelecimento escolar em estudo) e realizamos entrevistas semiestruturadas com pessoas que atuaram no grupo durante o período do recorte temporal.

Os documentos escolares possibilitam a escrita de uma história, no entanto, “toda essa documentação, afora algumas exceções, parece ter desaparecido” (CHERVEL, 1990, p. 210). Contudo, quando documentos são encontrados, é possível tomá-los como fonte de estudo para a história da cultura escolar.

Essa documentação cria a possibilidade, dentre tantas outras coisas, de análise dos conteúdos selecionados pelos professores como mais significativos de seu trabalho pedagógico com os alunos; os exames e provas podem revelar também a concepção de avaliação dominante num determinado contexto histórico; podem ainda, através da análise dos enunciados dos exercícios e questões, possibilitar a leitura que o cotidiano escolar realiza de uma determinada época histórica (VALENTE, 2005, p. 179-180).

É a partir das documentações que encontramos e dos relatos dos participantes da pesquisa que tentamos, por meio de várias análises, responder à questão norteadora desta investigação.

Haja vista que, é função do historiador buscar compreender o passado (CARR, 1989), buscamos realizar as entrevistas com duração média de sessenta minutos, deixando inicialmente o participante livre para expressar suas primeiras lembranças sobre sua trajetória educacional e sua passagem pelo Grupo Escolar, nesse momento tentamos captar algumas percepções da cultura escolar e do ensino de matemática. As entrevistas semiestruturadas foram gravadas e após o momento inicial, direcionamos as questões que buscavam

saber sobre sua trajetória educacional, formativa dos participantes e especificamente, a relação destas com o ensino de matemática no referido Grupo Escolar.

Para Chervel (1990, p. 202) o núcleo da disciplina escolar é constituído por conteúdos e exercícios,

é ele que a distingue de todas as modalidades não escolares de aprendizagem, as da família ou da sociedade. Para cada uma das disciplinas, o peso específico desse conteúdo explícito constitui uma variável histórica cujo estudo deve ter um papel privilegiado na história das disciplinas escolares. (CHERVEL, 1990, p. 202).

Chervel (1990) expressa em seus estudos que “a particularidade das disciplinas escolares consiste em que elas misturam intimamente conteúdo cultural e formação de espírito” (CHERVEL, 1990, p. 186). A matemática ensinada nos Grupos Escolares no Brasil no início do século XX teve forte presença da aritmética, “a Aritmética constituiu um dos componentes dos programas de ensino primário, em particular para os Grupos Escolares, que dispunham de maior destaque em vários estados brasileiros” (FORTALEZA, 2017, p. 51). Não fugindo a essa regra, no Grupo Escolar Conselheiro Zacarias também era ensinado aritmética, tendo como dispositivo de estudo, a tabuada, a participante Maria Georgina (estudante a partir da década de 1960) corrobora com essa afirmação quando relata “Tabuada era imprescindível, tabuada. Tinha que saber mesmo. [...] na realidade tudo partia de você saber fazer as operações.”

Era comum no século XX, a presença da tabuada como dispositivo didático nos grupos escolares (SANTOS, 2019), (AMARAL, 2016), (SANTOS, 2018), dentre outros.

[...] o uso da tabuada é recomendado não apenas em programas escolares, mas também valorizado e adotado por reconhecidos autores de livros didáticos de Aritmética, enquanto suporte necessário para o desenvolvimento da rapidez, na realização dos cálculos aritméticos. (ALMEIDA; PINTO, 2017, p.110)

No que se refere ao ensino de matemática foi possível identificar que se restringiam ao estudo das quatro operações: adição, subtração, multiplicação e divisão, assim como, a tabuada era o dispositivo utilizado frequentemente no auxílio pedagógico das professoras, “na realidade, tudo dependia das operações, se você não sabia operações não sabia matemática” (MARIA GEORGINA, estudante a partir da década de 1960).

Dos documentos escolares fornecidos pelo Núcleo Territorial de Educação 6, com sala no prédio do antigo Grupo Escolar Conselheiro Zacarias, não encontramos um diário escolar dentro do período do recorte temporal da pesquisa, tivemos acesso a um documento de 1988, nele consta as disciplinas e conteúdos ministrados no Ensino Primário daquele período, conforme mostra a figura 11.

Figura 11- Diário Escolar do Grupo Escolar Conselheiro Zacarias (1988)

COMPARECIMENTO DO PROFESSOR			
Matrícula	ASSUNTO DA AULA	Mês de	VISTO
Matemática	1) Adição de números naturais		
	2) Adição (com e sem reserva)		
	3) Prova de adição		
	4) Propriedades (comutativa, elemento neutro, associativa)		
Ciência	10) a) Sua existência - peso - pressão (poluição)		
Bot. Soc.	1) Características geográficas (orientação)		
	2) História da cidade (Rio de Troncal)		
	3) História das cidades		
	Período de 09/05/88 a 13/05/88		
Português	1) Substantivo (comum, próprio, primitivo e derivado)		
	2) Substantivo (simples, composto) feminino		
Matem.	1) Adição (propriedades)		
	2) Subtração (com e sem reserva)		

O PROFESSOR NÃO ENSINA: AJUDA O ALUNO A APRENDER

Fonte: Arquivo da pesquisa

Antes de expor os conteúdos apresentados no documento escolar, vale mencionar a frase contida no rodapé do diário “O PROFESSOR NÃO ENSINA: AJUDA O ALUNO APRENDER”, ao que indica essa frase representa uma ideia criada e defendida por Lauro de Oliveira Lima (1921-2013)⁵⁷, ele fundou o

⁵⁷ Um dos maiores educadores brasileiros, criador do Método Psicogenético e fundador de escolas experimentais onde aplicava o método criado baseado nas pesquisas de Jean Piaget. Fonte: <https://www.laurodeoliveiralima.com.br/>

Método Psicogenético baseado nos estudos de Jean Piaget e aplicava nas escolas, atuou em vários cursos realizados pela CADES, foi professor de Didática Geral e Fundamentos da Educação. Não se sabe se o Grupo Escolar Conselheiro Zacarias de Góes usava esse documento escolar por ser padrão ou se foi por encomenda por concordar com os estudos de Lauro.

Observa-se os conteúdos ministrados na disciplina Matemática: Adição, provas de adição e propriedades da adição. O uso das propriedades relativas à adição e subtração direciona aos estudantes realizar as operações de aritmética (GODOI, 2020). Sobre a maneira que o professor explicava o conteúdo, uma entrevistada relatou que o professor explicava o assunto, em seguida questionava os estudantes para ver se houve aprendizagem ou não “[...] o aluno não saía do ensino primário sem saber as quatro operações sem suas devidas provas reais” (MARIA GEORGINA, professora a partir da década de 1970).

Em relação ao relato da professora Maria Georgina, sobre questionar o estudante após a explicação de determinado conteúdo, podemos inferir que isso possibilitava acompanhar o desenvolvimento do estudante durante o processo de aprendizagem, permitindo que ele se expressasse pela fala.

Nesse aspecto, vale salientar que o Programa Experimental (Ensino Pré-primário e Elementar) da Bahia, elaborado em 1943, poderia ser conjecturado nesse sentido por ter havido uma permanência do uso da oralidade no ensino de matemática. Assim que, por “uma comissão composta de professores de Ciências de Educação do Instituto Normal e de professores do magistério primário, todos de reconhecida capacidade técnica e com a devida experiência” (BAHIA, 1943, p. 1), já apresentava indicação do uso do treino oral e escrito para o Ensino de Matemática: “no cálculo, ou mecânica das operações, temos a considerar o cálculo mental ou oral e o cálculo escrito. O treino do cálculo oral e escrito deve constituir atividade do programa desde os primeiros dias. Com este treino, visamos, ... a exatidão e a rapidez” (BAHIA, 1943, p. 88).

Outra entrevistada relatou que “[...] minha professora trabalhou muito ortografia, português, matemática, caligrafia. Tabuada era imprescindível.” (MARIA GEORGINA, estudante a partir da década de 1960). Identificamos no

relato da estudante Maria Georgina a presença marcante do ensino de aritmética no Grupo Escolar Conselheiro Zacarias, tendo como dispositivo pedagógico a tabuada para a memorização, conforme afirma Valente e Pinheiro (2015).

A Estrutura do curso primário complementar do Decreto-lei 8.529, de 2 de janeiro de 1946, – cap. I – art. 8, determinava, além da leitura e linguagem oral escrita, o ensino de aritmética e geometria. Na nossa observação dos relatos e documentos escolares, não identificamos até o momento o registro do ensino de geometria, exceto algumas rasas menções. No entanto, a aritmética, a leitura, a escrita apareceram em nossas fontes.

Ainda em relação ao método de ensino, identificamos indícios da concepção tradicional de ensino no que se refere ao estudante na prática da memorização dos conteúdos a partir da repetição e práticas de castigo,

[...] a professora ia lá no quadro e colocava todo o método em ensinar e fazer as contas e depois ela passava para gente fazer, não a mesma que ela fez, mas com outros números. [...] e aí, esse era um dos trabalhos que a gente fazia. (JOÃO, estudante na década de 1950)

Agora, veja bem, o ensino era muito memorativo [...] agora, depende muito da professora o ensino, né? Por exemplo, no Conselheiro, eu tive uma professora, ela não era agradável. [...] para fazer, é, pra responder, dava régua, dava palmatória a gente pra quando o colega respondesse antes de nós ele bater na mão da gente. Agora eu lhe digo sinceramente minha filha, eu não vou citar nomes porque é desagradável, mas a professora, ela colocava, na hora da lição como dizia, né? Mandava decorar a regra, por exemplo, de adição de Antônio Trajano e chegava pra gente e dizia assim, diga aí a regra, a regra [...], olha, no primeiro ano, eu vou lhe dizer uma coisa, um absurdo a criança decorar tudo. (JOANA, estudante no final da década de 1940)

Podemos perceber nos relatos de João e Joana característica do método tradicional de ensino, exposição de conteúdo, lista de exercícios, memorativo, uso da palmatória dentre outros aspectos, de maneira que o estudante repete o que lhe foi passado. Nesse aspecto, o período em estudo destacava “a adoção, por grande parte dos professores, de uma concepção de ensino como

transmissão e as correspondentes visões de aluno como tábula rasa e de Ciência como um corpo de conhecimentos prontos, verdadeiros, inquestionáveis e imutáveis” (SCHNETZLER 1992, p. 17).

Já no que se refere ao uso da palmatória,

[...] foi - e há quem diga que ainda é - um instrumento de cunho educativo, amparado por leis, decretos e constituições, como legado cultural e social, concebido como aparelho ou recurso de excelente eficiência, que se aplicava durante as atividades escolares, classificado pelo rígido tratamento dispensado à aprendizagem ou à disciplina, e item de regimentos da escola tradicional, em especial dirigida ao ensino primário (AMARAL, 2015, p.102)

Entendendo que nas variedades de formas e modos com que se pune, isto é, utilizava como um mecanismo de controle das crianças que não se adequavam ou não se desenvolviam de acordo com os padrões do período.

Outro aspecto interessante foi identificado nos relatos de dois entrevistados que eram estudantes no período final de 1940 e início de 1950, que escreviam os números em uma tábua de cimento com um lápis semelhante ao lápis de pedreiro, a esse respeito Souza (1998, p. 202) afirma que “Quanto ao *desenho*, deveria ser feito com auxílio das ardósias, começando com exercícios de traçar linhas retas e curvas”.

Ah, outra coisa, a matemática, a gente fazia com que? A pedra, a pedra é... hoje tem até uns quadrozinho menores que é para os pais é... ir ajudando as crianças. [...] e ela era marrom, assim. O material era de cimento e tinha o lápis de pedra também que era de cimento, aí a gente riscava na pedra, fazia as contas na pedra, para depois fazer no quadro quando a professora escolhia um por sua vez para ir lá no quadro [...]. eram compradas, ela era... tinha a chapa [...] e, era como a moldura de um quadro de retrato. [...]a matéria que eu menos gostava era geometria porque dos desenhos. (JOÃO, estudante a partir da década de 1950)

Ainda sobre os recursos didáticos, encontramos as lembranças e sentimentos sobre o livro didático:

Não associava nada [...] era o número nu e cru e aí botava [...] parcela embaixo de parcela e ainda obrigava a gente decorar a regra de Antônio Trajano, eu tenho uma raiva de Antônio Trajano, coitado do escritor (risos), mas não tinha uma figurinha no livro [...]. (JOANA, estudante no final da década de 1940)

Mais uma vez, aparece o método memorativo presente nos grupos escolares. Aqui na Bahia, podemos identificar nas pesquisas desenvolvidas pelo GEEM a ênfase do ensino de aritmética no ensino primário como, por exemplo, D'Esquivel, Sant'Ana e Santana (2014), Amaral (2015), Santos (2019), dentre outras. O método era como se segue: “[...] iniciava-se o cálculo mental, a leitura de cartas de números constando das operações” (SOUZA, 1998, p. 192).

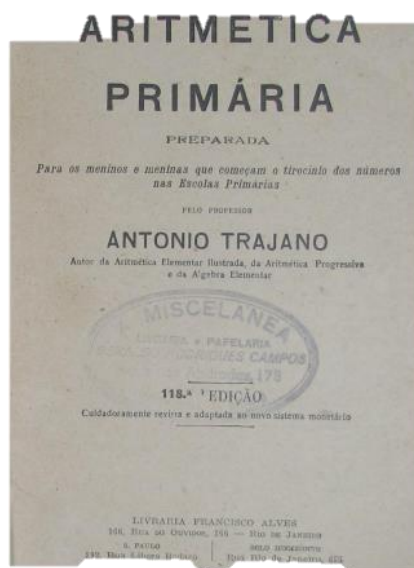
Durante a realização das entrevistas semiestruturada, identificamos a menção do livro “A aritmética de Trajano” é o primeiro relato que evidencia a sua utilização no Grupo Conselheiro Zacarias.

No que se refere ao livro, do autor Antonio Bandeira Trajano⁵⁸, este era destinado ao ensino de Aritmética nas escolas de primeiras letras, posteriormente chamadas de ensino elementar. Vale salientar que “este impresso escolar ganhou uma premiação, no ano de 1883, na Exposição Pedagógica, ocorrida no Rio de Janeiro, e teve a sua aprovação e adoção pela Instrução Pública em vários estados do Brasil, a partir do ano de 1893” (OLIVEIRA, 2013, p. 18). A figura 12 representa a imagem ilustrativa do Livro

⁵⁸Antônio Bandeira Trajano foi um importante autor de livros didáticos que veio ao Brasil por volta de 1860 e ao longo da sua vida escreveu obras voltadas para álgebra e aritmética. Teve uma vasta produção e mesmo falecendo em dezembro de 1921 suas obras continuaram sendo utilizadas nas escolas do Brasil por um bom período (MARÇAL, 2017).

Aritmética Primária do período em que o entrevistado cursava o ensino primário.

Figura 12- Imagem ilustrativa do Livro Aritmética Primária (1947)



Fonte: <https://repositorio.ufsc.br/>

A definição de Aritmética no Livro Aritmética Primária (1947), do autor Antônio Trajano, aparece no início do livro da seguinte maneira: “Aritmética é a ciência dos números e arte de calcular por meio dos algarismos” (TRAJANO, 1947, p. 5), os algarismos são apresentados nas páginas seguintes do livro seguidos das operações fundamentais (somar, diminuir, multiplicar e dividir) justificando que estas são a base para efetuar as demais operações de cálculos. Para aplicação das operações o autor justifica a necessidade de saber os significados de problema e solução, a saber: define problema como “uma questão que requer uma ou mais quantidades desconhecidas que se tem de obter por meio de quantidades conhecidas” e solução como “um processo por meio do qual se acha a resposta do problema” (TRAJANO, 1947, p. 10). O livro apresenta basicamente as definições de cada operação seguida de extensas quantidades de problemas como aplicação. Diante do exposto, trazendo a narrativa de um dos colaboradores da pesquisa ao lembrar do referido livro:

Eu estudei o primário aqui em Valença [...] no Conselheiro [...] agora veja bem, o ensino era muito memorativo [...] então, os livros horrorosos [...] a aritmética de Antônio Trajano não tinha uma figurinha nem colorido, nada, nada, era aquilo seco, seco. (JOANA. Estudante no final da década de 1940).

Assim, além da nossa análise do material, a fala do ex-aluno propicia apontarmos que o livro apresentava o conteúdo de forma a valorizar a aritmética somente com a intenção de calcular, como o próprio autor escreve no prefácio de sua produção.

Ainda referente à discussão sobre a Aritmética, havia ações governamentais. Na década de 1940, o Governo da Bahia aprovou, por meio do Decreto n.º 12.867, a renovação dos programas de ensino que estabelecia: “um inquérito nas escolas, procure-se averiguar as causas do fracasso dos escolares e encontraremos a Aritmética como o principal fator de embaraço do jovem, como a matéria de ensino mais temida e até detestada pela maioria das crianças.” (BAHIA, 1943, p. 85).

Quanto ao fracasso, o participante João relatou que reprovava quando não fazia as contas corretamente. No que diz respeito à temida matéria pelos estudantes, há relato de outro participante da pesquisa, que a mãe a tirou do Grupo Escolar pela forma que a professora ensinava no primeiro e segundo ano primário, no relato ela menciona trecho de um texto que a professora dela pedia para dizer em voz alta, confessando que a verdade é um ato de coragem,

[...] “oh, a criança, um pedacinho da lição da verdade, a verdade, confessar a verdade é um ato de coragem [...] que nos exalta e nos dignifica, negá-la é uma covardia que nos deprime e envergonha”, isso para primeira série, a gente sabia lá o que era deprime, envergonha, nada dessas coisas? E nem explicava, né? [...] agora segunda série era nesses termos, no próprio Conselheiro, né? Minha mãe me tirou porque eu ficava tão apavorada, e sempre estudei, e era boa aluna, modéstia parte, mas fiquei tão apavorada, porque na hora que chegava a minha vez o nervosismo era tanto que não respondia, aí... tome-le bolo. (JOANA, estudante no final da década de 1940)

Para Chervel (1990, p. 185), “a transmissão cultural de uma geração a outra põe em ação processos que se diferenciam segundo a idade dos que

aprendem”, e ainda, “no coração do processo que transforma as finalidades em ensino, há a pessoa do docente” (p. 191). Refletindo essa afirmação, analisamos no relato de Joana que a mãe a tirou do ensino primário devido a forma que a professora a ensinava e se emociona ao mencionar o ensino de outra professora quando ela retorna ao grupo nos anos finais do ensino primário.

[...] depois na terceira série eu fui novamente para o Conselheiro, aí foi bom. Mas, melhor ainda foi com a professora de quarta e quinta série, até hoje eu sinto saudade dela. Era uma excelente professora, ela não mandava a gente decorar, podia dizer com as nossas palavras. [...] As operações todas de matemática aprendi com ela. Eu me emociono quando falo nela. [...] Há professores que tem aquele dom que avança no tempo (JOANA, estudante no final da década de 1940).

Ainda no relato de Joana, é possível perceber a cultura escolar presente na relação professora e estudantes nas atividades fora de sala de aula, “a professora promovia campeonato, ela levava a turma para o pátio da escola, onde ela desenhava alguns círculos, para a que estava ali não recebia a bola” (Joana, estudante no final da década de 1940). Em Schneider e Costa (2017, p. 412) “a relevância dos jogos para o desenvolvimento infantil, fora do ambiente escolar, bem como dentro das escolas” era bastante acentuada no período do Movimento da Escola Nova.

Obtivemos também a contribuição de duas professoras e três estudantes que atuaram nas décadas de 1960 e 1970. Ao serem perguntadas como era o ensino primário, obtivemos as seguintes respostas:

Eu só tive uma professora aqui no Conselheiro da segunda ao quinto ano [...] ela trabalhou muito a ortografia, português, as quatro operações [...] alunos de Perpetinha não saía sem saber direitinho as quatro operações com suas devidas provas reais e os nove fora. (MARIA GEORGINA, estudante a partir da década de 1960).

“Em relação aos estudos considerados científicos, a matemática ocupava um lugar nobre nos programas, com práticas diárias de exercícios e

valorização da memorização da tabuada” (ALMEIDA; PINTO, 2017, p.108). A tabuada é um dispositivo pedagógico (VALENTE; PINHEIRO, 2015) que frequentemente era utilizada de forma “cantada” pelos estudantes nas aulas do ensino primário. Confirmamos isso por meio dos participantes “era assim, três vezes quatro doze, nove fora 3” (JOANA, estudante no final da década de 1940), “tinha sim, até hoje a minha maneira ainda é a antiga, eu tiro a prova com muita facilidade ainda, apesar da mente já estar bastante cansada [...]” (JOÃO, estudante a partir da década de 1950)

Essa prática cultural permaneceu nas décadas que o Grupo Conselheiro Zacarias existiu, “primeiro a gente começou com a tabuada [...]” (NALDO, estudante a partir da década de 1970), prevalecendo, portanto, a memorização. Essa metodologia de ensino valorizava a obtenção de respostas esperadas, o que Nürnberg (2008) considera uma tendência tecnicista presente no Brasil a partir da década de 1960.

A matemática eu me lembro muito bem que no início de fazer as contas de os algarismos, né? Que quando o professor perguntava [...] não era muito difícil não, a matemática. Pra mim mesmo nunca foi. Eu tinha a tabuada né? Ia pra escola de manhã e de tarde ia pra banca com um professor leigo. As operações somar, subtrair, dividir a gente aprendeu lá mesmo. (NALDO, estudante a partir da década de 1970)

Portanto, no discurso está subentendido que bastava saber a tabuada para ser um “bom aluno” em matemática, ou seja, “ter a tabuada” significava ter o conhecimento sobre a matemática. Em função dessa concepção em várias falas é salientada a prática do ensino da tabuada:

[...] eu estudei a terceira e a quarta série. [...] utilizava o quadro-negro naquela época [...] é, a gente aprendia a contar, o algarismo, existia a tabuada. [...] as vezes ela chamava a gente no quadro e as vezes da carteira mesmo a gente respondia as perguntas. (JAIRO, estudante a partir da década de 1970)

Analisando os relatos acima, referentes ao ensino primário do Grupo Escolar investigado, podemos identificar aspectos que revelam a forte presença da aritmética nas aulas de matemática. Porém, não descarta a presença de

outros conteúdos, como afirma esse outro trecho de uma das entrevistadas, “tinha desenho, geografia, matemática, português, ciências, [...] e uma matéria [...] educação moral e cívica [...] tratava o conteúdo nacional, quem era as pessoas que administrava o governo” (NALDO, estudante a partir da década de 1970).

Assim, a presença desses aspectos do ensino de matemática no Grupo Escolar Conselheiro Zacarias nas memórias dos estudantes nos diz sobre as práticas escolares e a permanência do ensino de aritmética focado nas quatro operações e no uso da tabuada.

A realidade de nossos sistemas educacionais não coloca os docentes, a não ser excepcionalmente, em contato direto com o problema das relações entre finalidades e ensinamentos [...] A definição das finalidades reais da escola passa pela resposta à questão: por que a escola ensina o que ensina? (CHERVEL, 1990, p. 190-191)

Com o questionamento do autor, podemos considerar dois elementos importantes para a interpretação dessa história apresentados por Chervel (1990), um é entender quais objetivos a conjuntura política-educacional impõe na determinada época investigada, enquanto o outro lado é entender as finalidades de ensino dos docentes que atuaram no período em questão. Ou ainda podemos “tentar reconstituir, indiretamente, as práticas escolares a partir das normas ditadas nos programas oficiais ou nos artigos das revistas científicas” (JULIA, 2001, p. 17), permeadas em cada época e em cada instituição de ensino e, a permanência do ideário dos primeiros grupos escolares do Brasil presentes nos grupos escolares da Bahia (SOARES, 2017), (SANTOS, 2019).

Sobre a cultura escolar, identificamos sua continuidade nos relatos.

[...] eu gostava sabe o quê? Eu gostava quando tinha estagiária, ela enchia a gente de presente [...] aí eu estudava mais ainda. Ela brincava de rodas, era diferente, elas vinham com uma técnica de brincadeiras. [...] Tinha o Dia do Soldado [...] o Dia da Árvore [...] naquele tempo era só sala de aula. (MARIA GEORGINA, estudante a partir da década de 1960)

As estagiárias oportunizavam outra forma de ensino, uma lembrança distante das práticas de punição. Além disso, podemos observar que os momentos de festividades traziam para a cultura escolar uma “outra representação” sobre as atividades voltadas ao aprender. No entanto, é certo que, também, eram uma forma de transmissão de valores.

Ainda nessa busca de compreensão, traremos para nossa discussão a última década pertencente ao recorte temporal da pesquisa que corresponde à de 1980, para esse período temos relatos de uma professora e uma estudante. Ao ser questionada sobre o ingresso no Conselheiro e no ensino primário de matemática, a estudante relatou,

[...] eu me lembro, a gente tinha um caderno, que era o caderno das contas, que era pra gente tipo assim, gravar a tabuada [...] dizia assim essa semana a gente vai trabalhar com a tabuada [...] 3 e 4. A gente passava a semana toda, quando era na sexta-feira, era aquela sabatina de questionar, um perguntar ao outro, e aí, ela era bem... não chegava a bater, nada disso, mas ela era bem assim... ameaçava, eu digo assim, a pressão psicológica [...] era um ensino de, você tá errado, você não tá aprendendo [...] vou chamar seus pais. [...] eu digo assim, eu passei a não gostar de matemática, porque assim, eu achava difícil e eu tinha muito medo de dizer a ela que eu não tinha entendido, então toda vez que ela perguntava a todo mundo na sala, entendeu? [...] Entendi, porque a gente tinha medo de dizer que não tinha entendido. [...] ela focava muito, eu me lembro bem, nas quatro operações [...] você tem que ir para o ginásio sabendo as quatro operações [...] parece que eu estou vendo a professora falar, como é que vocês querem chegar no Gentil⁵⁹ sem saber mais, menos, vezes e dividir? Vocês têm que saber as quatro operações e aí ela trabalhava aquilo ali com a gente, lembro dela trabalhar forma geométrica, [...] mandava comprar aqueles esquadros de madeira [...] ela botava muitos problemas, era, problemas, eu me lembro que na época ela colocava o nome da gente. (NARA, estudante a partir da década de 1980)

Na exposição, podemos perceber aproximações e algumas pequenas mudanças na prática docente, na cultura escolar e no ensino de matemática

⁵⁹ Colégio Estadual Gentil Paraíso Martins voltado para o ensino secundário, na época.

desde a década de fundação, 1940. Se voltarmos aos relatos das décadas anteriores a 1980, os estudantes e professores relatam a importância do Grupo Escolar na cidade, “qualquer pessoa de 60 anos pra cá se disser que não teve vontade de estudar no Conselheiro, não tinha vontade de estudar” (JOÃO, estudante a partir da década de 1950), esse sentimento permanece nas décadas finais de existência do Grupo.

No que se refere à prática docente, percebemos que cada professora na perspectiva do olhar dos estudantes, tinha suas particularidades na metodologia do ensino, porém, percebemos que todas davam ênfase no uso da tabuada, ou seja, “o ensino era fortemente fundamentado no estudo da tabuada, cuja sondagem do conhecimento se dava por meio da sabatina, fortemente influenciada pelo rigor disciplinar, aqui entendido como castigo” (SANTOS, 2019). Cabe ressaltar que, a avaliação dos estudantes discorre sobre dois fenômenos: controle dos exercícios e peso do exame final sobre o desenvolvimento da disciplina (CHERVEL, 1990). Dessa forma, para ter êxito na aprendizagem, a memorização era frequentemente utilizada e a tabuada era usada para que os estudantes atingissem os resultados esperados pelos docentes (NÜRNBERG, 2008).

Uma característica na cultura escolar que percebemos nos relatos é o uso dos castigos simbólicos, cronologicamente falando, nas décadas de 1940 e 1950 estes, eram mais rigorosos, os estudantes ficavam com uma régua na mão para bater na palma da mão daquela criança que não respondesse primeiro ou errasse a resposta da tabuada (JOANA, estudante no final da década de 1940). Um outro participante relata, “tinha os castigos para indisciplina, os castigos era a régua, a professora também muitas vezes tinha à palmatória que era grossona para quem merecesse, graças a Deus, nunca tomei uma reguada nem tomei também um bolo⁶⁰” (JOÃO, estudante a partir da década de 1950). Quando o entrevistado coloca o “merecimento” de um castigo podemos, de certa forma, perceber que era uma prática docente até mesmo “aceita” por esse

⁶⁰ Termo utilizado nesse contexto ao se referir à palmatória.

aluno. Assim, mais uma vez reafirmamos o quanto que uma cultura escolar é apropriada e praticada pelos participantes de uma instituição escolar.

Nas décadas de 1970 e 1980, identificamos por meio dos relatos que os castigos eram ficar sem recreio ou na diretoria (NALDO, estudante a partir da década de 1970, e MARIA GEORGINA, professora a partir da década de 1980) ainda continuava, além disso, descobrimos que o medo dos estudantes era fruto de uma pressão psicológica de não poder errar. Nesse sentido, para Julia (2001),

cultura escolar não pode ser estudada sem a análise precisa das relações conflituosas ou pacíficas que ela mantém, a cada período de sua história, com o conjunto das culturas que lhe são contemporâneas: cultura religiosa, cultura política ou cultura popular.” (JULIA, 2001, p. 10).

Sobre os conteúdos, a Aritmética continua sendo prioridade no ensino, aprender as quatro operações era fundamental para ingressar no ginásio (NARA, estudante a partir da década de 1980). A Geometria e o Desenho aparecem nos relatos com menos ênfase, mas podemos concluir previamente que faziam parte do currículo desde a fundação do Grupo. O surgimento dos problemas e do ensino de conjuntos começam a aparecer, nos relatos de participantes que fizeram parte do Grupo, a partir da década de 1980.

Me lembro que ela botava atividades de formas geométricas e pedia pra gente criar desenhos com aquelas formas geométricas. [...] lembro! Ela colocava pra gente desenhar aqueles balãozinhos [...] aí colocava pra gente dizer: conjunto vazio, conjunto unitário, trabalhava. Trabalhava dezenas [...] dúzias, ela falava muito de exemplo de goiaba, tinha um pé de goiaba, assim oh! Perto, no terreno do lado. A sala da gente tinha uma janela grandona bem de frente pra lá e aí ela ficava [...] por exemplo, fulano eu quero comprar uma dúzia de goiabas, quantas goiabas vou querer? [...] ela contextualizava, ela fazia da forma dela, mas ela fazia um contexto, porque ela pegava o nome da gente pra colocar como exemplo na hora de formular os problemas. (NARA, estudante a partir da década de 1980)

A partir de 1960, em tese, os métodos de sala de aula para o ensino primário foram inovados, o cenário educacional passa a implementar vestígios

do Movimento da Matemática Moderna (MMM), construindo assim um conhecimento matemático sistematizado (AMARAL; SANT'ANA; SANTANA, 2015). Vimos também em Duarte *et al* (2011),

[...] o ensino primário esteve mais ligado a uma proposta mais experimentalista, segundo a qual o aluno deveria permanecer em atividade constante durante a construção do conhecimento, por meio de situações de aprendizagem com materiais concretos. O professor deveria assumir o papel de orientador das descobertas, primeiramente intuitivas, que seriam sistematizadas e formalizadas gradativamente e tratadas sem grandes preocupações com a simbologia (DUARTE *et al.*, 2011, p. 134).

Nessa perspectiva, podemos inferir, a partir do relato da estudante da década de 1980, que é possível identificar uma metodologia de ensino contextualizada, com inserção de resolução de problemas e a presença dos conjuntos nas aulas de matemática do Grupo Escolar Conselheiro Zacarias. Em Arruda (2011), encontramos que,

considera-se a “teoria dos conjuntos” como o eixo/conteúdo e, ao mesmo tempo, meio dinamizador representacional para ensinar os conceitos matemáticos, tais como a ideia de número e numeral, as operações básicas, o sistema binário. Para trabalhar com essa matemática, sugere-se manusear objetos concretos como tampinhas, botões, palitos, usar flanelogravuras no flanelógrafo e, ainda, desenhar conjuntos no quadro para giz e no caderno. Indica-se o uso da representação de conjuntos por meio do diagrama de Venn ou de chaves $\{$. (ARRUDA, 2011, p. 175)

Em outras palavras, o uso de simbologias articulada à linguagem dos conjuntos “balãozinhos”, representa os conceitos matemáticos no ensino e aprendizagem.

Em outros relatos identificamos também, a prática do ditado, da leitura oral e da resolução de exercícios (NALDO, estudante a partir da década de 1970, e NARA, estudante a partir da década de 1980).

Para o sucesso do aluno quanto à resolução de problemas matemáticos, a leitura oral e a leitura silenciosa constituíam-se estratégias fundamentais, sendo, inclusive, indicadas nos

curso de formação para os professores dos Grupos Escolares. Os exercícios com resolução de problemas, realizados cotidianamente, contavam com a participação do aluno durante as aulas, na medida em que convidado a ir à frente da turma, respondia à atividade no quadro-negro, após o “ditado” das questões. (AMARAL, 2015, p.110)

No que refere ao quadro-negro, ele ocupava a centralidade da sala de aula, os alunos se voltavam para ele e acompanhavam o professor que convocava a aprendizagem de seus estudantes (ARAUJO, 2006). Perguntamos a uma professora que exerceu sua prática docente na década de 1980, sobre suas aulas e ela relatou como eram:

No curso primário [...] era misto, eles iam no quadro, a gente orientava pelo quadro, né? Mostrava pelo quadro, acompanhava as atividades deles no livro ou no caderno com o quadro, o quadro era um instrumento de trabalho mesmo [...] (VERA, professora a partir da década de 1980)

Podemos considerar que essas práticas “não são de forma alguma, discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas)” (CHARTIER, 1990, p. 17). Elas tornam representações de uma cultura que circulou em determinada época.

3.4.2 A Avaliação

As Leis Orgânicas aprovadas nas décadas de 1940 e 1960 estabeleceram um sistema de avaliação baseado no rigor, a fim de aprimorar o sistema avaliativo de ensino. A avaliação marca historicamente como vestígio da cultura escolar primária (SILVA, 2014),

Confirmamos esse vestígio em todos os relatos da nossa pesquisa, destacamos alguns

Eu me lembro que tinha assim: operação, solução [...] e a resposta. Era os probleminhas, né? E era isso mesmo, operações e probleminhas, se fosse dúzia, triplo, quádruplo também perguntava [...] dezenas, centenas. As avaliações variavam, mas eram mais escritas. Era papel pautado. Não era nada impresso. Comprava e levava, as vezes dava e as vezes não. Os livros a gente comprava. Dependia muito do professor,

né? Tinha professores que avaliava continuamente e outros não. Era o que tava ali e acabou-se o que era doce (risos). Algumas consideravam tudo, agora outras a resposta tava errada, tudo errado. (JOANA, estudante do final da década de 1940)

Esse relato é de uma estudante do final da década de 1940, ela explica que havia provas orais e escritas, ela teve duas professoras durante o curso primário, cada uma delas avaliava de forma distinta. Enquanto a professora dos primeiros anos considerava apenas a resposta correta ou não, a professora do quarto e quinto ano primário avaliava todo o processo. Para Chervel (1990) no processo de transformação das finalidades do ensino, há o professor que estabelece a ligação entre o ensino e as finalidades da escola.

Com efeito, cada professor tinha sua particularidade na forma de avaliar a partir de acertos e erros, como relata outro participante da pesquisa, destacando que teria que mentalizar o conteúdo,

no fim do mês, as matérias que deu tudo, [...] fazia um apanhamento de tudo para responder na prova [...] as questões no quadro, você respondia no papel, por exemplo [...] de história: quem foi o presidente do Brasil durante tanto a tanto? [...] em certo tempo era no quadro, fazia no quadro mesmo [...] *em matemática se errasse metade* ela colocava um “c” cortado, considerava meio termo. Quando *estava* certo, é certo mesmo, um “c” e quando era meio termo um certo pela metade, e quando era errado, botava “err”. (NALDO, estudante a partir da década de 1970, grifo nosso)

O relato ora descrito é de um estudante da década de 1970 e podemos perceber que as provas avaliativas eram retiradas do quadro e respondidas em papel. O assunto da prova era correspondente à unidade em curso, e, portanto os estudantes precisavam estudar todo o assunto para ter êxito na prova, no entanto, a professora avaliava considerando os acertos e os erros.

Confrontando o relato de uma estudante da década de 1980, percebemos mudanças, a exemplo das provas serem mimeografadas,

a avaliação era no mimeógrafo⁶¹ [...] ou então até ditando, ela tinha um caderno da capa azul [...] parece que eu *estou* vendo [...] ela dizia assim: abra o caderno. [...] eu vou ler e vocês escrevem. [...]. Normalmente, quando a gente ia fazer os problemas, ela dizia letra “a” e aí ela ditava e a gente escrevia. [...] na atividade mimeografada, ela fazia desenhos [...] matriz colorida e aí vinha as quatro operações, arme e efetue [...] e logo depois vinha os problemas. Me lembro que ela gostava muito de colocar atividades [...]de forma geométrica e pedia *para* gente criar desenhos com aquelas formas geométricas. [...] Me lembro de algumas provas dela, disso aí. (NARA, estudante a partir da década de 1980, grifo nosso)

Ao analisarmos esse relato, concordamos com Silva (2014) no que diz respeito às finalidades de avaliação, elas podem ser para classificar, diagnosticar, controlar, investigar, dentre outras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ensino primário de matemática compreendido por esta pesquisa situa-se na perspectiva da História Cultural, pois possibilitou conhecer os procedimentos metodológicos e recursos didático-pedagógicos que foram utilizados para o ensino de aritmética e demais conteúdos matemáticos no período investigado.

O ensino de matemática no Grupo Escolar Conselheiro Zacarias foi permeado por transformações ligadas às políticas educacionais da época e às representações do modelo de Grupo Escolar, que compunham a tendência pedagógica e o cenário educativo da cidade de Valença-BA, adotado pelo uso da tabuada como recurso pedagógico no ensino das quatro operações.

A investigação no Grupo Escolar Conselheiro Zacarias, com foco no ensino de matemática, possibilitou identificar como se deu o ensino primário no período entre as décadas de 1948 e 1982. Decerto só foi possível a partir da perspectiva da história cultural, pois entender o contexto sociocultural em que o referido Grupo estava inserido não seria possível sem a compreensão historiográfica, que permite ao historiador um olhar rigoroso e reflexivo diante das fontes e de um passado que já não existe em nosso tempo presente (CHARTIER, 2017).

A história cultural é dinâmica e, à medida que a pesquisa caminha, ela vai se estabelecendo nesse processo, por meio das fontes e narrativas que surgem. Portanto, uma pesquisa historiográfica apresenta-nos vestígios de um passado que permite a possibilidade de fazermos uma ação analítica e interpretativa sobre as fontes encontradas.

Foi possível identificar que o município de Valença-BA recebeu o primeiro Grupo Escolar no ano de 1948, sendo a primeira instituição estadual no município, estabelecida no período do Estado Novo, quando o ensino primário se tornava obrigatório e gratuito, e ainda a partir de 1946, quando foi promulgada a Lei Orgânica do Ensino Primário.

Os resultados desta pesquisa revelam que o Grupo Escolar não atendia a toda população valenciana, além disso, por meio dos relatos, sabemos que era um modelo institucional de ensino tido como referência em sua época e atendia à classe mais favorecida do município, filhos de comerciantes, professores e operários da Companhia Valença Industrial (CVI).

O ensino primário, no início da implantação do Grupo no município, teve duração de cinco anos, em seguida, foi alterado para quatro anos. Essa mudança é resultado das Reformas do Ensino Primário ocorridas no Estado da Bahia. O ensino primário era ministrado por professoras, com formação na Escola Normal da cidade e/ou de outras cidades Baiana, em especial, o ensino de matemática, as professoras participavam de capacitações e formação continuada. Elas, em suas práticas docentes, priorizavam o ensino das quatro operações com suas devidas provas reais, usavam a pedra de ardósia, nas duas primeiras décadas, para o ensino de desenho e aritmética, além da tabuada que se estabeleceu como recurso pedagógico durante todo o funcionamento do Grupo.

Nos primeiros anos, as provas eram copiadas do quadro e escritas no papel pautado, depois, com a chegada do mimeógrafo, os estudantes as recebiam impressas. Podemos perceber que o ensino de matemática se deu também pela adoção dos probleminhas matemáticos, do arme e efetue e da tabuada cantada.

A cultura escolar se configurou pela disciplina e respeito entre professores e estudantes, assim como os demais membros do Grupo Escolar. A prática de cantar o Hino Nacional era rotina, as comemorações cívicas e das demais datas de feriado nacional se faziam presentes na organização pedagógica. Os recreios aconteciam diariamente e os castigos simbólicos e físicos fizeram parte da prática cultural do Conselheiro Zacarias.

Essa é uma história do ensino de matemática no Grupo Escolar Conselheiro Zacarias que foi possível construir a partir das análises dos documentos oficiais, escolares e dos relatos dos participantes da pesquisa. Outras questões podem ser analisadas futuramente como continuidade da

investigação, a exemplo dos vestígios do Movimento da Matemática Moderna, das mudanças e permanências do ensino de matemática a partir de 1982 até a extinção em 2006 e dos Livros Didáticos utilizados pelas professoras e estudantes do Grupo Escolar Conselheiro Zacarias.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. F. ; PINTO, N. B. . A presença das tabuadas em programas de ensino e em livros didáticos de aritmética da escola primária? Início do século XX. **REVISTA DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO MATEMÁTICA**, v. 3, p. 107-123, 2017.

ALMEIDA, D. H. de; SILVA, M. C. L. de. Resolução de problemas na formação de professores primários em tempos de Escola Nova. **Revista Acta Scientiae**, Canoas-RS, v.16, n.1, p. 57-71, jan./abr. 2014.

AMARAL, R. S. **A cultura escolar do ensino de matemática nos anos iniciais: um panorama nos grupos escolares em Anagé, Brumado e Guanambi – BAHIA (1938-2000)**. 2015. Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Vitória da Conquista-Bahia, 2015. Disponível em: <http://geem.mat.br/br/node/79>. Acesso em: 25 de fev. de 2022.

AMARAL, R. S. ; SANTANA, C. C.; SANTANA, I. P.. Livros didáticos e manuais pedagógicos: o ensino de Matemática no Curso Primário dos anos de 1960. **Interfaces Científicas - Educação**, v. 3, p. 87-86, 2015.

AMARAL, R. S. ; SANTANA, Claudinei de Camargo. **A Escola Normal e os Grupos Escolares: o processo formativo-profissional docente na Bahia Republicana**. In: Claudinei de Camargo Sant´Ana; Irani Parolin Santana; Rosemeire dos Santos Amaral; Claudinei de Camargo Sant´Ana. (Org.). **Ações colaborativas e cooperativas em educação: entre história, ensino e formação de professores**. 1ed.São Carlos - São Paulo: Pedro & João Editores, 2016, v. 1, p. 103-124.

ARRUDA, J. P. **Histórias e práticas de um ensino na escola primária: marcas e movimentos da matemática moderna**. 2011. Tese (doutorado em Educação Científica e Tecnológica). Universidade Federal de Santa Catarina-Florianópolis, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/1807/Tese%20Joseane%20Pinto%20de%20Arruda.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em 09 de fev. de 2022.

BADUY, M.; RIBEIRO, B. O. L. **Origens do grupo escolar e a modernização (educacional) no Brasil**. *Intercursos*, Ituiutaba, v. 19, n. 1, Jan-Jun. 2020.

BAHIA. **Constituição do Estado da Bahia**, 1891. Disponível em <http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/224181/000210622.pdf?sequence=3> acesso em 16 jul. 2021.

BAHIA. Governador do Estado, SEABRA, J. J. **Mensagem apresentada à Assembléia Geral Legislativa do Estado da Bahia**. Bahia: Secção de Obras da Revista do Brasil, 1912. Disponível em <https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:redede.virtual.bibliotecas:livro:1915:000790334>. Acesso em 16 jul. 2021.

BAHIA. Governador do Estado. SEABRA, J. J. **Mensagem apresentada à Assembléia Geral Legislativa do Estado da Bahia**. Bahia: Secção de Obras da Revista do Brasil, 1913. Disponível em: [pele Dr. J. J. Seabra, Governador do Estado. --, Mensagem apresentada á Assembléa Geral Legislativa do Estado da Bahia na abertura da 1ª Sessão Ordinária da 13ª Legislatura, Livro \(lexml.gov.br\)](#). acesso em 16 jul. 2021.

BAHIA. **Programa Experimental** (Ensino Pré-primário e Elementar). Tipografia Naval. Bahia, 1943.

BLOCH, M. **Apologia da história ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1967**. Disponível em: [Constituição67 \(planalto.gov.br\)](#) acesso em 18 ago. 2021.

BRASIL. **Decreto-lei n.º 8.529**, de 2 de janeiro de 1946. Lei Orgânica do Ensino Primário. Disponível em: **Erro! A referência de hiperlink não é válida.** Acesso em, 18 de ago. 2021.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 1.190/1939**: Dá organização à Faculdade Nacional de Filosofia. (1939). Disponível em: [Portal da Câmara dos Deputados \(camara.leg.br\)](#). acesso em 07 fev. 2022.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 868/1938**: Cria, no Ministério da Educação e Saúde, a Comissão Nacional de Ensino Primário (1938). Disponível em: [Portal da Câmara dos Deputados \(camara.leg.br\)](#). acesso em 05 set. 2021.

BRASIL. **Lei nº 1.846/1925**. Reforma a Instrução Publica do Estado. Disponível em [https:// Acervo | \(geem.mat.br\)](https://Acervo | (geem.mat.br)). Acesso em 27 jan. 2022.

BRASIL. **Lei nº 1006/1913**. Reforma o Ensino primário. Disponível em <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/122531> Acesso em 15 jul. 2020.

BRASIL. **Lei nº 117**: organização do ensino, 1895. Disponível em <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/122520> acesso em 14 jul. 2021.

BRASIL. **Lei no 5.692**, de 11 de agosto de 1971. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Disponível em: [Base](#)

[Legislação da Presidência da República - Lei nº 5.692 de 11 de agosto de 1971 \(presidencia.gov.br\)](#) 10 ago. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Matemática na Escola Primária**. Biblioteca da Professora Brasileira, volume 2. Brasília: MEC, 1962. Disponível em: Matemática na escola primária, 1962 (ufsc.br). Acesso em 09 de fev. 2022.

CARR. E. H. **Que é história?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 3ª ed., 1982.

CATENACCI, V. **Cultura popular: entre a tradição e a transformação**. São Paulo Perspec. 15 (2). Abr 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/spp/a/VNzdj3bndNsGT3mHhwg5krk/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 26 de fev. de 2022.

CHARTIER, R. **A história cultural entre práticas e representações**. Trad. de Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difusão Editora, 2002.

CHARTIER, R. **A história cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 1990.

CHARTIER. R. **A história ou a leitura do tempo**. -2. ed.; 3. reimp. - Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

CHERVEL, A. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. **Teoria e Educação**, n. 2, p.177-229, 1990.

D'ESQUIVEL, M. O.; AMARAL, R. S.; SANTANA, I. P.; SANTANA, Claudinei de Camargo. **Saberes elementares de Matemática na Bahia: Currículos e Programas de ensino (1895-1925)**. In: VALENTE, Wagner Rodrigues; COSTA, D. A. (Org.). Saberes matemáticos no curso primário: o que, como e por que ensinar? Estudos histórico-comparativos a partir da documentação oficial escolar. 1ed.São Paulo: Livraria e Editora da Física, 2014, v. 1, p. 200-218.

D'ESQUIVEL, M. O. **O Ensino de Desenho e Geometria para a Escola Primária na Bahia (1835- 1925)**. 2015. Programa de pós-graduação Educação Científica e Formação de Professores – PPG-ECFPP - Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB – Jequié - Bahia, 2015. Disponível em: <http://geem.mat.br/br/node/79>. Acesso em 25 de fev. de 2022.

D'ESQUIVEL, M. SANT'ANA, C. C. Revista do Ensino Primário e o ensino de matemática pelo método intuitivo na Bahia (1892-1893). In: XII SEMINÁRIO TEMÁTICO SABERES ELEMENTARES MATEMÁTICOS DO ENSINO PRIMÁRIO (1890 - 1971): o que dizem as revistas pedagógicas? **Anais...** PUCPR: Curitiba, 2015.

DIAS, A. M. Uma história da Educação Matemática na Bahia. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo, julho 2011 do século XX**. São Paulo: Cortez, 2008. (Col. Biblioteca Básica da História da Educação Brasileira).

FARIA FILHO, L. M. de. **Dos pardieiros aos palácios: cultura escolar e urbana em Belo Horizonte na Primeira República**. Passo Fundo: UPF, 2000.

FARIA FILHO, L. M. de. O espaço escolar como objeto da história da educação: algumas reflexões. **Revista da Faculdade de Educação**. São Paulo, v. 24, n. 1, p. 141-159, 1998.

FARIA FILHO, L. M. VIDAL, D. G. Os tempos e os espaços escolares no processo de institucionalização da escola primária no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, n. 14, p. 19-34 Mai/Jun/Jul/Ago 2000 Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/rbedu/n14/n14a03>>. Acesso em 18 de fevereiro de 2021.

FORTALEZA, F. J. S. **A escolarização da matemática nos grupos escolares paraenses (1899- 1930)** / Francisca Janice dos Santos Fortaleza, 2017. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Educação Matemática e Científica - Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências e Matemáticas, Belém, 2017. Disponível em: [A escolarização da matemática nos grupos escolares paraenses \(1899-1930\) \(ufsc.br\)](https://repositorio.ufsc.br/handle/15652/10000). Acesso em outubro de 2021.

FRANÇA, D.M.; VILLELA, L. M. A. Notícias do rio de janeiro: aritmética, geometria e desenho no ensino primário (1890- 1970). **Jornal Internacional de Estudos em Educação Matemática**, v. 8, p. 155-177, 2015.

FREIRE, I. A. A. **Ensino de ciências e matemática: processos de institucionalização e modernização na década de 1960**. Salvador, 2017. 111f. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/31474/1/FREIRE%20TESE%20VER%20S%C3%83O%20FINAL.pdf>. Acesso em 20 de jan. 2022.

FREIRE, I. A. A. **Ensino de matemática: iniciativas inovadoras no Centro de Ensino de Ciências da Bahia (1965-1969)**. 2009. Dissertação (mestrado em Ensino, Filosofia e História das Ciências). Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009. Disponível em: https://ppgefhc.ufba.br/sites/ppgefhc.ufba.br/files/ines_angelica_andrade_freire_-_dissertacao_-_ensino_de_matematica_iniciativas_inovadoras_no_centro_de_ensino_de_ciencias_da_bahia_1965-1969.pdf. Acesso em 09 de fev. de 2022.

GAERTNER, R.; BARALDI, I. M. Um Ensaio Sobre História Oral e Educação Matemática: pontuando princípios e procedimentos. **Bolema-mathematics Education Bulletin-boletim de Educacao Matematica**. Rio Claro: Unesp-dept Mathematica, v. 21, n. 30, p. 47-61, 2008. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/8592>>.

GARNICA, A. V. M.; SOUZA, L. A. **Elementos de História da Educação Matemática**. – São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.

GHIRALDELLI JUNIOR, Paulo. História da educação. São Paulo: Cortez, 1994.

GODOI, A. J. **A aritmética em tempos de matemática moderna: registros em cadernos escolares do ensino primário (1950-1970)**. 2020. Dissertação (mestrado em Educação Científica e Tecnológica). Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2020. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/208283/Texto_de_dissertacao_Anieli_Joana_de_Godoi_assinado.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em 09 de fev. de 2022.

JULIA, D. A cultura escolar como objeto histórico. **Revista Brasileira de História da Educação**, Campinas, n. 1, p. 9-43, jan./jun. 2001.

LE GOFF, J. **História e memória**. Campinas, SP: Unicamp, 2013.

LIMA, E. B.; FREIRE, I. A. A. **Os programas de ensino elementar nos cursos de “treinamento” dos professores leigos dos municípios baianos: o que dizem sobre o contexto socioeconômico, político e educacional da Bahia da década de 1950?**. *Revista de História da Educação Matemática*, v. 2, n. 1, 15 maio 2016.

MONTEIRO, C. P. S. **Para uma história dos grupos escolares na Bahia: a trajetória do Grupo Escolar Rio Branco (1905/1929)**. 2017. Dissertação (mestrado em Educação e Contemporaneidade). Universidade do Estado da Bahia, 2017. Disponível em: <<http://www.saberaberto.uneb.br/bitstream/20.500.11896/1005/1/CANDIDA%20PEREIRA%20DOS%20SANTOS%20MONTEIRO%20dissertaco%20finalizada.pdf>>. Acesso em: 24 jul. 2020.

NUNES, A. A. Hermes Ernesto da Fonseca: irmão do proclamador da república, governador da Bahia e sua política educacional. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n.28, p. 287 -301, dez. 2007.

NÜRNBERG, J. **Tabuada: significados e sentidos produzidos pelos professores das Séries Iniciais do Ensino Fundamental**. 2008. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC), Criciúma, Santa Catarina, 2008.

OLIVEIRA, E. O. S. **Valença: dos primórdios a contemporaneidade**. 2º ed. Valença-BA, FACE, 2009.

OLIVEIRA, M. A. **Antônio Bandeira Trajano e o método intuitivo para o ensino de Arithmetica**. 2013. Dissertação (mestrado em Educação). Universidade

RIOS, D. F. Memórias de ex-alunos do Colégio de Aplicação da Bahia: contribuições para a História da Educação Matemática. **Bolema**, Rio Claro (SP), v. 30, n. 56, p. 1223 - 1243, dez. 2016

SANT'ANA, C. C. **Documentos escolares: fontes para a pesquisa em história da educação matemática**. In: VALENTE, W. R. (org.). **História da educação matemática no Brasil: problemáticas de pesquisa, fontes, referências teórico-metodológicas e histórias elaboradas**. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2014, p. 238-245.

SANTANA, I P. **O movimento da matemática moderna nas escolas secundárias de Vitória da Conquista: análise de 1960-1970**. 2011. 115f. Dissertação (Mestrado em Ensino, Filosofia e História das Ciências). Universidade Federal da Bahia e Universidade Estadual de Feira de Santana, Salvador, 2011.

SANTOS, E S. **O ensino do desenho livre e sua relação com a matemática na escola primária em Vitória da Conquista-BA e Salvador-BA (1925-1982): uma compreensão histórica**. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-Graduação em Educação Científica e Formação de Professores), Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB, Jequié BA, 2018.

SANTOS, Z. **O ensino da matemática nos grupos escolares no município de Aiquara-BA (1965-1985): documentos, narrativas e perspectivas sobre a história**. 2019. Dissertação (mestrado em Educação Científica e Formação de Professores). Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Jequié, 2019. Disponível em: <<http://www2.uesb.br/ppg/ppgecfp/wp-content/uploads/2019/06/Dissertac%CC%A7a%CC%83o-Zenildo-final.pdf>>. Acesso em: 4 de maio de 2020.

SANTOS, Z.; SANT'ANA, C. Os Grupo Escolares no Brasil e o foco dado a disciplina Matemática: uma revisão bibliográfica. **Com a Palavra, o Professor**, v. 4, n. 8, p. 202-221, 26 abr. 2019.

SCHNEIDER, C. COSTA, D. A. Jogos para o ensino de aritmética no manual a aritmética na escola nova - a nova didática da aritmética (1933) de Backheuser. **Atos de Pesquisa em Educação** Blumenau, v. 12, n. 2, p. 406-423, mai./ago. 2017.

SCHNETZLER, R. P. Construção do conhecimento e ensino de Ciências. **Em Aberto**, v. 55, n. 11, p. 17-22, 1992.

SCHUELER, A. F. M. de. MAGALDI, A. M. B. M. **Educação escolar na primeira república: memória, história e perspectivas de pesquisa**. Tempo [online]. 2009, v. 13, n. 26 [Acessado 30 abril 2022], pp. 32-55. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1413-77042009000100003>>. Epub 09 Jun 2009. ISSN 1980-542X. <https://doi.org/10.1590/S1413-77042009000100003>.

SILVA, M. C. L. Régua e compasso no ensino Primário? Circulação e apropriação de práticas normativas para as matérias de desenho e geometria. **Revista Hist. Educ.** (on line). Porto Alegre, v. 18, n. 44, Set/dez. 2014.

SOARES, T. S. S. **Uma história do ensino de aritmética em Jequié, Poções e Vitória da Conquista-Bahia (1936-1980):** inter-relações entre a cultura escolar, política educacional e prática educativa. 2017. Dissertação (mestrado em Educação Científica e Formação de Professores). Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Jequié, 2017.

SOKOLOWSKI, M. História do curso de pedagogia no Brasil. **Comunicações**. Piracicaba, Ano 20, n. 1, p. 81-97, jan.-jun. 2013.

SOUZA, D. M. R. **Intelectuais, ideologia e política educacional baiana durante a ditadura civil-militar brasileira (1964-1985)**. 2016. 281f. Tese. (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação da UNICAMP. Campinas-SP: UNICAMP, 2016.

SOUZA, R. F. (1996). **Templos de civilização: um estudo sobre a implantação dos grupos escolares no Estado de São Paulo (1890-1910)** (Tese de Doutorado). Universidade de São Paulo, São Paulo.

SOUZA, R. F. **História da organização do trabalho escolar e do currículo**

SOUZA, R. F. **Templos de civilização: a implantação da escola da escola primária no Estado de São Paulo (1890-1910)**. São Paulo: UNESP, 1998.

TAVARES, L. H. D. **Idéias políticas de Manuel Vitorino**. Cronologia, notas bibliográficas e textos selecionados. Brasília, Senado Federal; Rio de Janeiro, Fundação Casa de Rui Barbosa, 1981.

TRAJANO, A. **Aritmética Primária**. 118ª. ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1947. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/104078>. Acesso em 09 de novembro de 2021.

VALENTE, W. **A matemática na formação do professor do ensino primário**. São Paulo, 1875–1930. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2011.

VALENTE, W. R. A constituição do elementar matemático: uma análise de programas de ensino (São Paulo, 1890–1950). **Educação Unisinos**, v. 19, n. 2, 2015, p. 196–205.

VALENTE, W. R. **Euclides Roxo e a modernização do ensino da matemática no Brasil**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004.

VALENTE, W. R. O que é número? Produção, circulação e apropriação da Matemática Moderna para crianças. **Bolema**, Rio Claro (SP), v. 26, n. 44, p. 1417-1441, dez. 2012

VALENTE, W. R. Quem somos nós, professores de matemática? **Cad. Cedes**, Campinas, vol. 28, n. 74, p. 11-33, jan./abr.2008.

VALENTE, W. R. **Uma história da matemática escolar no Brasil, 1730-1930**. 2ª ed. São Paulo: Annablume. FAPESP, 2007.

VALENTE, W. R.; PINHEIRO, N. V. L. Chega de decorar a tabuada! – As cartas de Parker e a Árvore do Cálculo na ruptura de uma tradição. **Educação Matemática em Revista**, Canoas, v.1, n.16, p. 22–37. 2015

VIDAL, D. G. Cultura e prática escolares: uma reflexão sobre documentos e arquivos escolares. *In*: SOUZA, R. F. VALDEMARIM, V. T. (org.). **A cultura escolar em debate**: questões conceituais, metodológicas e desafios para a pesquisa. Campinas, SP: Autores Associados, 2005.

VIDAL, D. G. Tecendo história (e recriando memória) da escola primária e da infância no Brasil: os Grupos Escolares em foco. *In*: VIDAL, D. (org.) **Grupos Escolares**: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971). Campinas: SP: Mercado de Letras, 2006, p. 7-20.

VOLMERI, J. P. S. **Cronologia histórica da educação no território de Valença-Bahia**. Publicado em 22 de fevereiro de 2011 pela autora. Disponível em: <https://www.webartigos.com/artigos/cronologia-historica-da-educacao-no-territorio-de-valenca-bahia/59846>. Acesso em: 5 mar. 2020.

APÊNDICE A - Roteiros de entrevistas

Público: ex-professores e funcionários

Nome do entrevistado: _____

Grau de escolaridade: _____

Data da entrevista: _____

Local: _____

- 1 Qual o seu nome completo e idade?
- 2 Ainda mora em Valença? Se não, por quanto tempo morou?
- 3 Fale um pouco da sua trajetória de vida:
 - ✓ Onde nasceu;
 - ✓ Onde passou sua infância;
 - ✓ Sua trajetória escolar.
- 4 Você pode relatar um fato marcante ocorrido em Valença?
- 5 O que levou o senhor (a) ser professor (a)?
- 6 Quando iniciou a prática docente? Fale um pouco dessa experiência inicial.
- 7 Quais lembranças têm do período que trabalhou no ensino primário?
Tem registros?
- 8 Quais festas eram comemoradas na escola e/ou grupo escolar?
- 9 Existiam aulas extraclases? Passeios?
- 10 Sobre as aulas, o que o (a) senhor (a) recorda?
- 11 Sobre as disciplinas, tem recordações de quais os alunos mais gostavam e menos gostavam?
- 12 Sobre as aulas de matemática da época, como descreve?
- 13 Recorda se havia exame(prova) aplicado ao aluno que concluía o ensino primário e desejava ingressar o ginásial? Se sim, relate.

APÊNDICE B - Roteiros de entrevistas

Público: ex-alunos

Nome do entrevistado: _____

Grau de escolaridade: _____

Data da entrevista: _____

Local: _____

- 1 Qual é o seu nome completo, idade e profissão.
- 2 Qual o grau de escolaridade?
() Ensino Fundamental () Ensino Médio () Ensino Superior
- 3 Fale um pouco da sua trajetória de vida:
 - ✓ Onde nasceu;
 - ✓ Onde passou sua infância;
- 4 Ainda mora em Valença? Se não, por quanto tempo morou?
- 5 Você pode relatar um fato marcante ocorrido em Valença?
- 6 Relate um pouco sobre sua trajetória escolar, quais escolas e/ou grupo escolar você estudou?
- 7 Teve dificuldades para frequentar as aulas? Por quê?
- 8 O que mais lhe chamava atenção na escola e/ou grupo escolar?
- 9 Quais festas eram comemoradas nesses ambientes?
- 10 Recorda se haviam aulas extraclases? Passeios?
- 11 Quais as disciplinas que você mais gostava? Existia alguma que gostava menos? Por quê?
- 12 Quais recordações você tem das professoras do ensino primário?
- 13 Quais recordações você tem das aulas?
- 14 Sobre as aulas de matemática da época, como você descreve?
- 15 Tem recordações dos exames finais que eram feitos no final do ano? Se sim, relate um pouco.

16 Você se recorda do exame de admissão ao ginásio? Participou de algum?

Se sim, como foi a experiência?

17 Qual é a sua relação com a matemática hoje?

APÊNDICE C - Autorização para coleta de dados



Comitê de Ética
e Pesquisa

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA- UESB
Recredenciada pelo Decreto Estadual Nº 16.825, de 04/07/2016

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTU SENSU EM EDUCAÇÃO CIENTÍFICA E
FORMAÇÃO DE PROFESSORES, COM ÁREA DE CONCENTRAÇÃO EM “ENSINO DE
CIÊNCIAS E MATEMÁTICA”**

AUTORIZAÇÃO PARA COLETA DE DADOS

Eu, Josélia Maria dos Santos, ocupante do cargo de diretora, do Núcleo Territorial de Educação – NTE 06, locada atualmente nas instalações do antigo Grupo Escolar Conselheiro Zacarias de Góes em Valença-BA, **AUTORIZO** a coleta de dados do projeto de pesquisa intitulado “O ENSINO PRIMÁRIO DE MATEMÁTICA EM VALENÇA: uma análise dos registros históricos (1920-1960)”, dos pesquisadores Taniele de Sousa Pereira e Claudinei Camargo de Sant’Ana após a aprovação do referido projeto pelo Comitê de Ética em Pesquisa - CEP/UESB.

Valença-BA, 4 de setembro de 2020.

Nome do responsável do local da coleta

Carimbo:

Josélia Maria dos Santos
Diretora Territorial da Educação
Cad. 11.452.169-3
Decreto Simples D. O. E 14/05/2020
NTE 06 / Valença

APÊNDICE D - Autorização para coleta de dados



CÂMARA MUNICIPAL DE
VALENÇA

Juntos por uma Valença Melhor.

Gabinete da Presidência

AUTORIZAÇÃO PARA A COLETA DE DADOS

Eu, Mateus Orge Passos, ocupante do cargo de Presidente da Câmara Municipal de Valença - BA. **AUTORIZO** a coleta de Dados do projeto de pesquisa intitulado “O ENSINO PRIMÁRIO DE MATEMÁTICA EM VALENÇA: uma análise dos registros históricos (1920 – 1960)”, dos pesquisadores Taniele de Sousa Pereira e Claudinei Camargo Sant’Ana após a aprovação do referido projeto pelo Comitê de Ética em pesquisa – CEP/UESB.

Valença-Ba, 11 de setembro de 2020.

Mateus Orge Passos.
Presidente da Câmara Municipal.

Mateus Orge Passos
Presidente
2019/2020

ANEXO A - Termo de autorização de Imagem e depoimento

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA USO DE IMAGENS E DEPOIMENTOS

(Aprovado em reunião plenária do Comitê de Ética em Pesquisa da UESB em 14/02/2020)

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

TÍTULO DA PESQUISA:	O ENSINO DE MATEMÁTICA NO GRUPO ESCOLAR CONSELHEIRO ZACARIAS EM VALENÇA-BA (1948-1982)
PESQUISADOR RESPONSÁVEL:	Taniele de Sousa Pereira

Estando ciente, esclarecido e assegurado quanto:

- aos objetivos, procedimentos, riscos e benefícios referentes ao estudo acima apontado, tal como consta nos Termos de Consentimento e/ou Assentimento Livre e Esclarecido (TCLE e/ou TALE);
- a inexistência de custos ou vantagens financeiras a quaisquer das partes envolvidas na pesquisa; e
- o cumprimento das normas pertinentes, leia-se, Resoluções 466/2012 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde; Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (Lei N.º 8.069/ 1990), Estatuto do Idoso (Lei N.º 10.741/2003) e Estatuto das Pessoas com Deficiência (Decreto N° 3.298/1999, alterado pelo Decreto N° 5.296/2004),

AUTORIZO, através do presente documento, e **CONSINTO COM A UTILIZAÇÃO**, em favor dos membros da pesquisa acima indicada, e apenas para fins de estudos científicos (livros, artigos, slides e transparências), a captura e utilização de fotos e de de gravações (sons e imagens)

- da minha pessoa,
 do indivíduo pelo qual sou responsável.

Jequié, de de

Assinatura do(a) participante (e/ou do seu responsável)

Assinatura do(a) pesquisador



Impressão Digital
(Se for o caso)

Página 1

Campus de Jequié

(73) 3528-9727 | cepjq@uesb.edu.br

Campus de Itapetinga
Praça da Primavera, 40
Bairro Primavera
CEP 45.700-000
PABX.: (77) 3261 - 8600

Campus de Jequié
Rua José Moreira Sobrinho, s/n
Bairro Jequezinho
CEP 45.200 - 000
PABX.: (73) 3528 - 9600

Campus de Vitória da Conquista
Estrada do Bem Querer, km 4
Bairro Universitário
CEP: 45031 - 900
PABX.: (77) 3424 - 8600

Rubricas:

ANEXO B - TCLE

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE Conforme Resoluções nº 466/2012 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde – CNS

CARO(A) SENHOR(A),

Este documento é um CONVITE ao(à) Senhor(a) (ou à pessoa pela qual o(a) Sr.(a) é responsável) para participar da pesquisa abaixo descrita. Por favor, leia atentamente todas as informações que nele constam e, se estiver de acordo, rubrique as primeiras páginas e assine a última, no campo adequado.

1. QUEM SÃO AS PESSOAS RESPONSÁVEIS POR ESTA PESQUISA?

1.1. PESQUISADOR RESPONSÁVEL: Taniele de Sousa Pereira

1.2. ORIENTADOR/ORIENTANDO: Claudinei Camargo de Sant'Ana

2. QUAL O NOME DESTA PESQUISA, POR QUE E PARA QUE ELA ESTÁ SENDO FEITA?

2.1. TÍTULO DA PESQUISA

O ENSINO DE MATEMÁTICA NO GRUPO ESCOLAR CONSELHEIRO ZACARIAS EM VALENÇA-BA (1948-1982)

2.2. POR QUE ESTAMOS FAZENDO ESTA PESQUISA (Justificativa):

Consciente de uma pesquisa histórica, sobretudo da História do Ensino de Matemática no Grupo Escolar Conselheiro Zacarias em Valença, interior da Bahia, essa pesquisa se justifica por sua relevância social, cultural e educacional.

2.3. PARA QUE ESTAMOS FAZENDO ESTA PESQUISA (Objetivos):

A pesquisa busca entender como se deu o Ensino de Matemática no Grupo Escolar Conselheiro Zacarias em Valença-BA no período de 1948 a 1982. Para isso, pretendemos apresentar informações e elementos da prática pedagógica, das experiências e conhecimentos de atores que vivenciaram na época supracitada como ex professores, alunos e funcionários.

3. O QUE VOCÊ (OU O INDIVÍDUO SOB SUA RESPONSABILIDADE) TERÁ QUE FAZER? ONDE E QUANDO ISSO ACONTECERÁ? QUANTO TEMPO LEVARÁ? (Procedimentos Metodológicos)

3.1 O QUE SERÁ FEITO:

Será feito coleta de dados dos documentos disponíveis no antigo Grupo Escolar Conselheiro Zacarias de Góes e na Câmara Municipal de Valença-BA, assim como entrevistas semiestruturadas a ex

Campus de Jequié

(73) 3528-9727 | cepjq@uesb.edu.br

Campus de Itapetinga
Praça da Primavera, 40
Bairro Primavera
CEP 45.700-000
PABX.: (77) 3261 - 8600

Campus de Jequié
Rua José Moreira Sobrinho, s/n
Bairro Jequezinho
CEP 45.200 - 000
PABX.: (73) 3528 - 9600

Campus de Vitória da Conquista
Estrada do Bem Querer, km 4
Bairro Universitário
CEP: 45031 - 900
PABX.: (77) 3424 - 8600

Rubricas:

DECLARAÇÃO DE AUTORIA

Eu, Taniele de Sousa Pereira declaro para os devidos fins que a presente dissertação é de minha autoria e que estou ciente:

- do conteúdo da Lei no 9.610⁶², de 19 de fevereiro de 1998, sobre os Direitos Autorais;
- e que plágio consiste na reprodução integral ou parcial de obra alheia, apresentando-a como se fosse de própria autoria, ou ainda na inclusão em trabalho próprio de textos, imagens de terceiros, sem a devida indicação de autoria.

Declaro, ainda, estar ciente de que, se a qualquer tempo, mesmo após a defesa, for detectado qualquer trecho do texto em questão que possa ser considerado plágio, isso poderá implicar em processo administrativo, resultando, inclusive, na não aceitação do trabalho para a defesa ou, caso esta já tenha ocorrido, na perda do título (Mestrado ou Doutorado) do Programa de Educação Científica e Formação de Professores (PPG-ECF),

Assinatura do(a) Autor(a)

Local e data

⁶² Disponível em <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19610.htm>.